



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

ANTÔNIO JÚLIO REBELO NETO

**UMA REFINARIA EM PERNAMBUCO: DO DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA
À CONSTATAÇÃO DO FRACASSO**

RECIFE

2018

ANTÔNIO JÚLIO REBELO NETO

**UMA REFINARIA EM PERNAMBUCO: DO DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA
À CONSTATAÇÃO DO FRACASSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Comunicação Social.

Área de concentração: Comunicação

Orientadora: Profa. Dra. Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes

RECIFE

2018

ANTÔNIO JÚLIO REBELO NETO

**UMA REFINARIA EM PERNAMBUCO: DO DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA
À CONSTATAÇÃO DO FRACASSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Comunicação Social.

Aprovada em: 30/08/2018

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dra. Cristina Teixeira Vieira de Melo (Examinadora interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dra. Mariana Olívia Santana dos Santos (Examinadora externa)
Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste

AGRADECIMENTOS

Acredito que todos que passam pelo processo do mestrado compreendem o árduo caminho que precisam percorrer até chegar à composição final. Não é fácil, e, talvez, por isso mesmo, o sentimento que fica gravado por último no coração seja de agradecimento.

Agradeço a Deus, por toda a sabedoria concedida e apoio incondicional.

A minha orientadora Isaltina Gomes, que sempre me acolheu e teve muita paciência comigo.

A Mariana Olívia, que como costume dizer é um anjo em forma de gente e sempre foi uma pessoa inspiradora para mim.

A Cristina Teixeira, que lá no começo da graduação me apresentou o caminho da pesquisa em Comunicação.

A todos os professores do Departamento de Comunicação, que carregam com orgulho e afinco a árdua e nobre tarefa de ensinar.

A Inês Calado, companheira de trabalho, amiga de todas as horas, que sempre compreendeu a dura missão de trabalhar e estudar.

A Fernanda Macêdo, que sempre me incentivou a tentar o mestrado e depois a concluir o processo.

Aos companheiros de aula, que sempre estiveram à disposição para ajudar, principalmente a Flora Freire por todo apoio dado.

A Liliane Feitoza, pela preciosa colaboração na fase final do projeto.

Ao amigo Cristiano Ferraz, presente numa das horas mais difíceis, e que motivou uma transformação importante na minha vida.

A Rafaela Melo, por toda a energia concentrada para que o melhor acontecesse.

Ao meu irmão Ivanzinho. Sempre presente.

A minha mãe Fátima Rebelo, porto seguro de amor e incentivo.

Ao meu pai Ivan Brondi, forte devoto do conhecimento como fonte segura de sustentação.

A minha família.

E a todos que de alguma forma contribuíram para a minha jornada.

RESUMO

A pesquisa em curso busca observar no discurso midiático sobre a Refinaria Abreu e Lima uma possível mudança de postura quanto aos processos sociopolíticos que envolvem o empreendimento, através das notícias publicadas pelos portais JC Online e Diário de Pernambuco, nos anos de 2014, 2015 e 2016, período que marca o início das operações da Refinaria, em Pernambuco. A investigação também busca evidenciar a abordagem midiática pós-instalação da Refinaria, momento seguinte ao “boom” do noticiário baseado no discurso do chamado “crescimento econômico”, que pouco repercutia os impactos socioambientais. Em análises feitas em anos anteriores, quando a refinaria ainda estava sendo implantada, era possível perceber um discurso desenvolvimentista praticado pelos portais citados. Para compreender como se deu o posicionamento midiático no instante em que a refinaria passou a funcionar, reunimos 167 notícias, que foram analisadas tomando como base o referencial teórico fornecido pela Análise Crítica do Discurso, de Norman Fairclough. Verificamos que há, de fato, uma diferença na construção das notícias, em ambos os jornais, o JC Online e o Diário de Pernambuco, que demonstram um desencanto com o empreendimento e sucumbem ao fracasso do projeto.

Palavras-chave: Impactos socioambientais. Refinaria Abreu e Lima. Análise Crítica do Discurso. Cobertura jornalística.

ABSTRACT

The current research seeks to observe's the media speeching about the Abreu and Lima Refinery, as a possible change of position about the sociopolitical processes, and that includes the enterprise through by the news published by the portals JC Online and Diário de Pernambuco, 2014, 2015 and 2016 years , period that marks the beginning of the operations of the Refinery in Pernambuco. The research also looks for to highlight the period after installation media approach to the Refinery, following the news "boom" based on the knowed as "economic growth" speeching, that had little repercussion on socioenvironmental impacts. In analyzes made in previous years, when the refinery was being implanted, it was possible to observe a developmental speeching practiced by the websites quoted. To understand the media position at the time the refinery started to work, we got 167 news and were analyzed based on the theoretical framework provided by Norman Fairclough's Critical Discourse Analysis. We find that, in fact, a difference in the construction of the news, in both newspapers, JC Online and Diario de Pernambuco, which show a unhappines with the enterprise and to the failure of the project.

Keywords: Socioenvironmental impacts. Abreu and Lima Refinery. Critical Discourse Analysis. News coverage.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	PERCURSO METODOLÓGICO	10
1.2	CONTEXTUALIZANDO SUAPE	12
2	DISCURSO, DOMINAÇÃO E MUDANÇA SOCIAL	16
2.1	JORNALISMO E PODER	25
3	COMUNICAÇÃO E MEIO AMBIENTE: UMA RELAÇÃO EM CONSTRUÇÃO	29
3.1	OS DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO AMBIENTAL	32
4	SUAPE: UMA JOIA ELEITOREIRA	42
5	DO DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA AO DESENCANTO	61
5.1	CATEGORIA ECONÔMICA	69
5.2	CATEGORIA AMBIENTAL.....	74
5.3	CATEGORIA SOCIAL.....	80
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
	REFERÊNCIAS	95

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do percurso da graduação, diversas inquietações surgiram me impulsionando a encontrar respostas sobre como os principais jornais do estado de Pernambuco se posicionavam discursivamente em relação à Suape, território escolhido para abrigar uma refinaria. Por essa razão, pesquisas foram realizadas e o olhar questionador extrapolou as salas de aula. O ápice desse movimento inquietante deu-se na Iniciação Científica, junto à Fiocruz-PE, e que culminou em uma monografia. Relacionado a esse breve percurso, este estudo continua a busca por conhecimentos que permitam compreender os conflitantes processos socioambientais que permeiam a comunicação ambiental.

Observando entrevistas e discursos de diversos atores envolvidos direta ou indiretamente na instalação do complexo industrial de Suape, bem como analisando notícias publicadas em dois grandes portais eletrônicos locais, surgiu a vontade de conhecer com mais propriedade como se dá esse posicionamento midiático, agora, que a refinaria está em funcionamento.

O conhecimento de como os principais meios midiáticos, de Pernambuco, se posicionam sobre um tema fundamental para o território, que é o funcionamento de uma refinaria de petróleo, com todos os seus possíveis impactos socioambientais, permite que pesquisas futuras possam ser construídas com o propósito de contribuir para uma compreensão menos restrita do tema, o que, necessariamente, passa pelos discursos noticiosos.

Por isso, este trabalho parte da problemática do discurso e a sua análise vai permitir conhecer as formas pelas quais a mídia pode colaborar com a formação de uma consciência ecológica, bem como a identificar como ausências na cobertura midiática podem indicar exclusões e danos aos processos emancipatórios dos cidadãos.

Os impactos ambientais decorrentes da ação humana constituem um aspecto da complexa interação das pessoas com o meio ambiente. É justamente a crença de que o estudo pode concorrer para um melhor esclarecimento sobre o papel da mídia na formação da opinião pública, principalmente relacionada a problemas socioambientais que afligem a sociedade, que instiga os desdobramentos que a pesquisa pode fornecer.

Diversos estudos e artigos anteriores foram realizados ainda quando a Refinaria de Abreu e Lima era apenas um projeto no papel. Nesse sentido, o Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho (Lasat), que pertence à Fiocruz-PE, tem tido um papel fundamental na construção e na divulgação de conhecimento formado acerca do território de Suape.

Através do Lasat, muitas produções científicas foram desenvolvidas com o objetivo de empoderar os grupos vulnerabilizados em Suape e contribuir para uma mudança de paradigma no acesso à comunicação. Nossos caminhos se cruzaram durante a minha graduação em jornalismo e pude ter contato mais intenso com as problemáticas em questão, além de ampliar os questionamentos relacionados ao modelo de gestão adotado para a região. O laboratório já tinha desenvolvido pesquisas que compreendiam o período efervescente do Programa de Aceleração do Crescimento, lançado no segundo Governo Lula, que pretendia alavancar o desenvolvimento industrial, em diversas localidades do país, incluindo o Estado de Pernambuco.

As pesquisas realizadas pelo Lasat constituíram saberes sobre o Complexo Industrial e Portuário de Suape desde 2007, com análises dos discursos midiáticos daquela época, período marcado pela pré-instalação, bem como dos discursos registrados dos sujeitos sociais envolvidos direta ou indiretamente com o processo realizado no lugar. Entre os anos de 2011 e 2013 também pude contribuir com os estudos, e naquele momento, tornou-se evidente que o modelo de produção praticado era danoso ao meio ambiente e que, ainda assim, as pautas jornalísticas formuladas tratavam do tema em sua grande maioria sob o ponto de vista econômico.

Nesse contexto, as matérias publicadas pouco contribuía para o esclarecimento do público sobre a dinâmica intervencionista que ocorria na área ambiental e que também afetava negativamente as populações tradicionais localizadas no território. Eram notícias com baixa diversidade de fontes jornalísticas e que, muitas vezes, excluía as vozes dos vulnerabilizados.

É, portanto, bastante pertinente que os questionamentos realizados até então continuem sendo feitos, uma vez que Suape já conta com a refinaria em funcionamento, e que, agora, cabe conhecer como o que foi noticiado anteriormente, através da mídia e de falas das autoridades ligadas ao poder público, está acontecendo no local, e como os discursos midiáticos estão, atualmente, se posicionando.

O polo de Suape já apresenta uma série de impactos negativos decorrente das atividades de preparação da infraestrutura e da instalação portuária e de algumas indústrias. No entanto, esse quadro poderá ficar ainda mais crítico, tanto na área de implantação das indústrias como do entorno. O estágio atual ainda comporta medidas preventivas, ofertando oportunidade de atuar precocemente através da problematização dos impactos.

O custo social e ambiental dos empreendimentos precisa ser conhecido e discutido por toda a sociedade para que esta possa construir possibilidades de participação nas ações

de ocupação de territórios e no controle das situações nocivas para a democratização dos discursos e dos ambientes de forma planejada.

É necessária uma reflexão diferenciada, aproximando conhecimentos de campos disciplinares como a sociologia, a antropologia, a epidemiologia, a política e a comunicação com os saberes populares, garantindo dessa forma o direito humano à comunicação.

Portanto, este estudo torna-se relevante na perspectiva de subsidiar estratégias de comunicação que auxiliem os grupos sociais vulneráveis no seu processo de organização em defesa de sua inclusão nos lugares de fala, e do ambiente, no território com industrialização acelerada, receptor de indústrias poluentes como a refinaria de petróleo.

Nesse sentido, nosso objetivo geral é:

- Observar se houve uma mudança de postura midiática relacionada à Refinaria Abreu e Lima depois que o empreendimento passou a funcionar.

Nossos objetivos específicos são:

- Analisar a percepção da mídia, neste caso os portais noticiosos JC Online e Diário de Pernambuco, frente aos preceitos da comunicação ambiental, lugar do discurso, desenvolvimento sustentável e da relação entre participação popular e meio ambiente.

- Compreender, em caso de uma possível mudança de posicionamento midiático quanto ao tema, como e de que forma se deu essa transformação.

1.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Para alcançar os objetivos, nossa investigação irá partir de um estudo descritivo e analítico, de abordagem qualitativa. O plano analítico apoia-se nos conceitos e princípios orientadores da Análise do Discurso Crítica (ADC) de Fairclough (2001), a partir das teses que dão sustentação a perspectiva do ambiente e da comunicação ambiental.

A ADC apresenta uma concepção de discurso e um corpo teórico adequado para o uso na pesquisa científica e social e no estudo da mudança social, pois tem o objetivo de reunir a análise de discurso orientada linguisticamente e o pensamento social e política para o discurso e a linguagem (FAIRCLOUGH, 2001). Quanto a essa questão, Sylvestre (2013, p.20) ressalta "a importância da articulação entre o linguístico e o social para a pesquisa em ADC, uma vez que as análises discursivas precisam articular análises linguísticas do texto e explicações de caráter social."

Fairclough compreende o discurso como uma forma de prática social que é constitutivo, na medida em que possibilita a definição das estruturas sociais, ao mesmo tempo em que é constituído socialmente. A ADC pretende mostrar o modo como as práticas

linguístico-discursivas estão imbricadas com as estruturas sociopolíticas mais abrangentes, de poder e dominação. De acordo com Fairclough (1989, p.1), a ADC pretende também "aumentar a consciência de como a linguagem contribui para a dominação de umas pessoas por outras, já que essa consciência é o primeiro passo para a emancipação".

Concordamos com Sylvestre quando ela afirma

A ADC tem como um dos principais diferenciais fornecer subsídios científicos para estudos qualitativos que têm no texto o seu principal material de pesquisa. Como se pode perceber, o foco no texto é essencial para que se constitua a análise, e se torna o maior diferencial da corrente da Análise do Discurso Crítica (SYLVESTRE, 2013, p. 21).

Logo, o texto, para as pesquisas da ADC, é compreendido como a materialização do discurso. Através da construção textual é possível localizar as evidências discursivas que podemos averiguar na Comunicação Ambiental. É por meio de signos linguísticos, que o texto torna muitos dos recursos de dominação ideológica visíveis, e propicia sua identificação (SYLVESTRE, 2013).

Nesse contexto, Van Dijk (2008, p. 13) explica

(...) o abuso de poder só pode se manifestar na língua onde existe a possibilidade de variação ou escolha, tal como chamar uma pessoa de “terrorista” ou de “lutador pela liberdade”, dependendo da posição e da ideologia do falante. Semelhantemente, notícias na imprensa sempre têm manchetes desempenhando ou não um papel da reprodução de preconceitos étnicos. Embora esse tipo de perspectiva seja, em geral, correto, há casos nos quais as estruturas de dominação influenciam não só as opções ou variações do uso linguístico ou do discurso, mas também os sistemas semióticos ou discursivos como um todo, os gêneros e outras práticas sociais.

Van Dijk também propõe uma mudança da expressão Análise Crítica do Discurso para Estudos Críticos do Discurso (ECD) por entender que os ECD “usam qualquer método que seja relevante para os objetivos dos seus projetos de pesquisa e tais métodos são, em grande parte, aqueles utilizados em estudos de discurso em geral” (VAN DIJK, 2008, p. 10). Desse modo, compreendemos a proposta de Van Dijk como uma ampliação dos estudos desenvolvidos por Fairclough, sendo complementares. Sobre os métodos utilizados por esses dois autores, Van Dijk afirma:

(...) apesar de todas essas diferenças, podemos chamar essas abordagens de *maneiras* de fazer a *análise* ou a *descrição* de discurso. Embora neste caso não seja tão comum falar de “métodos”, no sentido tradicional, não há nenhum problema sério em descrever essas “maneiras de análise” em termos de “métodos” (VAN DIJK, 2013, p. 12).

Fairclough (2001, p. 275), por sua vez, diz que “(...) não há procedimento fixo para se fazer análise de discurso; as pessoas abordam-na de diferentes maneiras, de acordo com

a natureza específica do projeto e conforme suas respectivas visões do discurso”, destacando a possibilidade de abordagens distintas no âmbito da ADC.

Dessa forma, os autores evidenciam o aspecto libertador da ADC enquanto método, uma vez que não há uma rigidez ou um percurso metodológico específico para se realizar as análises discursivas. Cabe ao pesquisador ante os referenciais teóricos indicar o caminho que será adotado para a realização da pesquisa. No nosso caso, que temos como objeto o discurso em si, materializado na forma textual por matérias e falas discursivas (entrevistas transcritas), pretendemos seguir pela abordagem transdisciplinar da ADC, como se poderá observar nos capítulos seguintes. Também utilizaremos o caráter crítico permitido pelos estudos da ADC, marcando no processo analítico pontuações próprias que irão revelar as posições de dominação e poder nos textos analisados.

Nossa análise se debruçará na base textual dos discursos coletados, focando nos termos usados, além de identificar determinados aspectos jornalísticos, como fontes e informações primárias e secundárias na produção noticiosa.

Para compor o corpus deste trabalho, foram coletadas matérias online dos sites www.jconline.com.br e www.diariodepernambuco.com.br, utilizando as palavras “Refinaria Abreu e Lima” na caixa de busca, para os anos 2014, 2015 e 2016. A busca resultou em 167 produtos jornalísticos notícias. As matérias foram salvas em formato .pdf, e divididas por ano e meses de publicação.

1.2 CONTEXTUALIZANDO SUAPE

O território estratégico de Suape é composto por cinco municípios, sendo dois de abrangência direta (Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca) e três de abrangência indireta (Jaboatão dos Guararapes, Moreno e Escada). Ocupa um território de 1.774,07 km², com população de 991.711 habitantes, densidade demográfica de 559 habitantes/km² e taxa de urbanização de 94,4%.

Os municípios que compõem o território estratégico de Suape possuem forte tradição rural, com predomínio da cana-de-açúcar, além da pesca tradicional; e recentemente tem explorado seu potencial turístico (GURGEL, 2009). Os municípios de Moreno, Ipojuca e Escada possuem baixos índices de desenvolvimento humano (IDH), respectivamente, 0,652, 0,619 e 0,632 (IBGE, 2017).

O Cabo de Santo Agostinho representa o principal distrito industrial do estado e Ipojuca é um dos mais importantes polos turísticos, graças às belezas do litoral e a riqueza

dos seus manguezais. Ambos integram a microrregião geográfica de Suape. Jaboatão dos Guararapes é o segundo município da Região Metropolitana do Recife, e teve durante séculos sua economia baseada na monocultura da cana de açúcar, mas na atualidade é um polo logístico, às margens da BR 101. Em Moreno 78% da população reside na zona rural. O município não possui um polo industrial, mas apresenta potencial natural e cultural para o agroecoturismo (PERNAMBUCO, 2010).

O município de Escada está localizado na Mesorregião Mata Sul e na Microrregião Meridional do Estado de Pernambuco, onde 79,5% dos habitantes residem na zona urbana e a economia formal se compõe basicamente da indústria de transformação (BELTRÃO et al, 2010).

Ipojuca é um dos principais destinos turísticos do estado, com praias como Porto de Galinhas e Serrambi, que atraem mais de 500 mil turistas anualmente. Esse momento positivo contrasta com a realidade vivida pelos moradores da cidade. Mesmo possuindo o maior PIB (Produto Interno Bruto) per capita do estado, o município ocupa o 44º lugar no ranking do IDH entre os 184 municípios pernambucanos. As praias paradisíacas convivem com palafitas encravadas nos mangues e os negócios milionários destoam da tradicional cultura da cana-de-açúcar.

O Cabo de Santo Agostinho também tem potencial turístico, porém é caracterizado por atividades de agricultura, indústria, comércio e prestação de serviços, principalmente em torno do Porto de Suape. Com uma população de mais de 180 mil habitantes, O Cabo possui várias reservas ecológicas e belas praias conhecidas em todo país, como Gaibu, Calhetas e Paraíso.

Possui diversos monumentos históricos (Engenho Massangana, Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e as ruínas do convento carmelita, que datam do final do século XVI, e o Forte Castelo do Mar, construído em 1631) e foi descoberto pelos espanhóis (sob comando do navegador e explorador Vicente Yañez Pinzón) antes da colonização portuguesa chegar a Pernambuco.

Ainda na década de 70 do século passado, em 1977, precisamente, tiveram início as obras para a construção do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS). O projeto foi desenvolvido e detalhado pela Suape Complexo Industrial Portuário, empresa pública de direito privado, vinculada à Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo do Estado de Pernambuco. Somente em abril de 1984, o porto de Suape começou a operar, após a conclusão da primeira etapa do projeto (instalação e funcionamento do porto), no qual o porto interno era operado exclusivamente pela iniciativa privada (CAVALCANTI, 2008).

O CIPS está localizado predominantemente entre os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, no litoral sul de Pernambuco, mas também fazem parte de sua composição os municípios de Jaboatão dos Guararapes, Moreno e Escada, como citado anteriormente.

A região é marcadamente rural, até começar a ser modificada por um forte processo de industrialização. Foi a partir dos anos 2000, após o intervalo de quase 20 anos, com a chegada de grandes indústrias, com destaque para o Estaleiro Atlântico Sul (EAS), a Petroquímica Suape e a Refinaria Abreu e Lima (RNEST), que o cenário realmente passou por uma transformação.

Os espaços, que antes eram lugar de atividades tipicamente voltadas ao comércio local, como a pesca, agricultura familiar e a venda de produtos extraídos da natureza deu espaço às atividades industriais, com promessas de aumento de empregos e novas descobertas no campo tecnológico (GURGEL, 2009; SANTOS, 2011; SILVA, 2009).

Por outro lado, houve o surgimento de novos riscos ao meio ambiente e à população local, oriundos do desmatamento das matas e do manguezal, bem como das atividades de dragagem que culminaram na morte massiva de peixes e crustáceos além do desaparecimento de espécies de corais. Há ainda o fato preocupante da exposição dos moradores a substâncias químicas, de origem da cadeia produtiva do petróleo.

Todo esse processo de retomada industrial da área encontrou um ambiente marcado pela pobreza, no qual não se consolidaram movimentos de resistência ao modelo de desenvolvimento pensado para a região. Em sentido oposto, tal modelo encontrou apoio nos discursos oficiais e midiáticos, o que contribuiu para a implantação de indústrias potencialmente poluidoras sem grandes dificuldades (NETO, 2015; GOMES, 2010; SANTOS, 2011).

O que aconteceu com a Ilha de Tatuoca é um exemplo do aspecto assimétrico das tomadas de decisões que marcam o processo de industrialização da área. Tatuoca era composta por pescadores e por pessoas que desenvolviam atividades de subsistência, e que tiveram suas vidas densamente alteradas pela implantação do Estaleiro Atlântico Sul. Primeiro, após o aterramento feito no local, o lugar deixou de ter um acesso agora por estrada via terrestre. Com essa nova formatação ambiental, o acesso à água doce foi drasticamente reduzido, forçando os moradores a se mudarem. Depois houve uma negociação para que as pessoas se mudassem para um habitacional, localizado longe dali, e que se relaciona a irrisórios valores indenizatórios pagos aos moradores.

De acordo com Santos (2011, p. 42),

A localização da RNEST na área de Suape foi definida para atender a várias demandas de ordem econômica e política. Considerando nessa localização vantagens diferenciais tais como: a área, que oferece uma taxa elevada de lucro e poucas resistências sociais e políticas no que diz respeito ao controle da degradação ambiental e das injustiças sociais. Observa-se falta de comunicação, informação, fragilidade dos trabalhadores e da população pelas precárias condições de vida, indefinição de políticas integradas e de ações intersetoriais dos municípios de abrangência dos empreendimentos, bem como a falta de rigor no cumprimento das legislações ambientais e trabalhistas.

Os efeitos dessa falta de planejamento estratégico, que ignora os anseios sociais e as necessidades ambientais, são desastrosos. É possível notar que os empregos prometidos para a região são pontuais, voltados principalmente à construção civil, e que depois de um determinado tempo já não suporta a quantidade inicial de trabalhadores. Além disso, pelo pouco acesso à escolarização, os postos de trabalhos ocupados pelos moradores locais são precários, e o que se viu foram as empresas oferecendo os melhores cargos a trabalhadores de outros estados do país.

Ante a promessa de novos empregos, milhares de pessoas migraram para o território de Suape, ocasionando um “inchaço” populacional, que acarretou em diversos problemas, como o tráfico de drogas, a favelização e o aumento da violência. Também foi possível perceber que a imensa mão de obra voltada para a refinaria era apenas destinada às ações de instalação do empreendimento, resultando no aumento do desemprego após a conclusão das obras (GURGEL, 2009; SANTOS, 2011).

2 DISCURSO, DOMINAÇÃO E MUDANÇA SOCIAL

A presente pesquisa compreende a linguagem como uma forma de interação do homem com o mundo. Não nega seu aspecto formal (estruturalista) e fechado em suas regras linguísticas, mas é a sua face dinâmica e social que interessa neste trabalho. Por isso, encontramos em Norman Fairclough o aporte teórico ideal para o desenvolvimento deste tópico.

A percepção da linguagem como um sistema social aberto e dinâmico é uma das razões pela qual Norman Fairclough é considerado o expoente de maior destaque no campo da Análise do Discurso Crítica (ADC). O pensamento teórico desenvolvido pelo pesquisador pretende superar as barreiras puramente estruturalistas da língua quando diz que “O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”, em que a linguagem constitui a sociedade e é por ela constituída numa relação dialógica, complexa e indissociável (FAIRCLOUGH, 2001, p.91).

Ao usar o termo 'discurso', proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem varias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90).

Portanto, os discursos contribuem para construir as relações sociais bem como para a construção de sistemas de conhecimento e crença. Assim, percebemos que a linguagem permeia a rede das relações humanas, e por essa razão não é estática, ao contrário, age dialeticamente na sociedade. É o que Bakhtin denomina de “dialogismo”, uma vez que os discursos são construídos sempre em referencial ao que já foi dito, ou como uma resposta ao que poderá ser questionado (FORIN, 2008).

Para Bakhtin, não existe um discurso isolado e distante socialmente do “outro”. Os enunciados interagem mutuamente, e “o discurso encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e intensa” (BAKHTIN, 1988 apud FIORIN, 2008). E ainda: os enunciados também não se limitam à interação face a face, e sim, circulam por todo o processo comunicacional dialogicamente.

É o que afirmam Resende & Ramalho (2011, p. 17):

Bakhtin apresenta uma visão dialógica e polifônica da linguagem, segundo a qual mesmo os discursos aparentemente não dialógicos, como textos escritos, sempre são parte de uma cadeia de discurso dialógica, na qual respondem a discursos anteriores e antecipam discursos posteriores de variadas formas.

Por isso, os discursos midiáticos a exemplo das publicações jornalísticas, que têm uma periodicidade regular, também não são produzidos isoladamente ou “protegidas” pelo mito da objetividade. Ao contrário, são enunciados repletos de referenciais a outros discursos, inclusive, política e ideologicamente, uma vez que fazem parte de uma realidade social, amplamente marcada pelo modo capitalista de produção (SOUSA, 2002; TUCHMAN, 1993).

Os meios de comunicação, como já foi dito, estão inseridos numa realidade socialmente compartilhada. Seu ofício, a divulgação de notícias, se realiza através de práticas jornalísticas, que possuem, como todo trabalho, formas de produção próprias, como a apuração dos fatos, a seleção do que é notícia, a escolha das fontes e a maneira de escrever o texto (KUNZIK, 2002; TRAQUINA, 1993; TUCHMAN, 1993).

Em todas as fases há uma forte presença subjetiva, característica do jornalista responsável pela construção da notícia (GOMIS, 1991). Além disso, as redações onde as matérias são produzidas, também contam com a atividade de editores, que por sua vez agem como um “filtro” sobre o trabalho realizado. Ou seja, é uma atividade repleta de interferências internas (subjetivas) e externas (a ação dos editores e interesses particulares das empresas).

Los médios actúan de mediadores entre la realidad global y el público o audiencia que se sirve de cada uno de ellos. Pero esa mediaciónes algo más que simple comunicación. Los médios no sólo transmiten, sino que preparan, elaboran y presentan una realidad que no tienen más remedio que modificar cuando no forman (GOMIS, 1991, p. 16).

Dessa forma, Gomis ainda refuta a Teoria do Espelho e explica que um espelho não toma decisões, visto que as tomadas de atitudes acontecem a todo o momento nas organizações midiáticas, que ainda seguem uma política, lutam contra a falta de tempo e a limitação de recursos.

Também é importante destacar que os discursos, além de suas interações com o “outro”, são produzidos dentro de um determinado contexto. E isso é fundamental tanto para a ADC quanto para a compreensão do processo de produção daquele enunciado. A primeira porque afirma ser condição imprescindível para sua aplicação teórica levar em

consideração a dimensão da 'prática discursiva', como interação, que especifica a natureza dos processos de produção e tipos de discursos, e a dimensão de 'prática social', que analisa questões como as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo (FAIRCLOUGH, 2001). E a segunda, quando percebe ser indispensável a observação sobre como o contexto situacional de um enunciado (a situação social na qual ele ocorre) e seu contexto verbal (sua posição em relação a outros enunciados que o precedem e o seguem) determinam a forma que ele toma e o modo pelo qual é interpretado (FOUCAULT, 1972, 97-98, apud FAIRCLOUGH, 2001).

A observação adicional importante que Foucault faz é que a relação entre a fala e seu contexto verbal e situacional não é transparente: a forma como o contexto afeta o que é dito ou escrito, e como isso é interpretado, varia de uma formação discursiva para outra. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 72).

Dessa forma, a linguagem participa da construção da realidade, e, portanto, pode se tornar motivo de relações que envolvem poder e dominação. Isso ocorre, principalmente, porque a sociedade apresenta diversas contradições relacionadas ao modo de produção, no qual o viés econômico é predominante, e a sua manutenção interessa às elites que detêm o poder.

Consequentemente a ordem social vigente em uma determinada sociedade encontrará respaldo nos discursos disseminados em seu interior. Assim, o discurso dos grupos dominantes estará presente tanto nos enunciados publicados pela grande mídia quanto nos pronunciamentos públicos oficiais (SANTOS, 2011).

O campo midiático, portanto, se constitui como lugar de relação de forças na disputa por formas hegemônicas de representar a realidade, de modo que as ideias veiculadas favorecem, principalmente, aqueles grupos com acesso privilegiado ao já citado campo. Esse fato ocasiona em um viés excludente de outras vozes sociais, reforçando a característica assimétrica das relações de poder no debate público (CAMPOS, 2012).

Nesse contexto, Rocha (2008, p. 121) diz: “Os grupos sociais que atuam fora do consenso são vistos como marginais e a sua marginalidade é tanto maior quanto mais se afastarem do social legitimado, através da afirmação e da demonstração de atos de violência.”

Dentre os diversos pesquisadores dessa temática, Peruzzo (2010) e Guareshi (2013) reconhecem que os media tendem a apresentar pontos de vista pouco

heterogêneos e que priorizam os seus financiadores (anunciantes privados e estatais), em detrimento da diversidade de sujeitos e pontos de vista que compõem a sociedade. Como assinala Guareshi (2013), esses media se “transformam em grandes conglomerados” e se empenham em transparecer uma atitude neutra, natural, desprovida de interesses próprios. Quanto a isso, Rocha explica:

A naturalização é a modalidade estratégica mais importante que o discurso jornalístico desenvolve para compor as diferenças entre as instituições na ideologia hegemônica, tornando "natural" o caráter arbitrário das convenções necessárias à manutenção da legitimidade do poder exercido pelas instituições sobre os domínios da experiência. (ROCHA, 2008, p. 126).

Eagleton (1997, p. 39) demonstra que o uso da ideologia pela linguagem ressalta a importância da ocupação dos lugares de fala. Usualmente, as ideologias dominantes contribuem para unificar uma formação social de modo que seja conveniente para seus governantes, “pois não se trata apenas da imposição de ideias pelos que estão acima, mas de garantir a cumplicidade das classes e grupos subordinados, e assim por diante.”

Dessa forma, os discursos enquanto práticas sociais são perpassados pelos conceitos de ideologia e de hegemonia, como modo de dominação, que se baseia em alianças, na incorporação de grupos subordinados e na geração de consentimento. Essa configuração muito se assemelha a um sistema retroativo, no qual as práticas sociais citadas anteriormente dão origem a discursos, e estes, por sua vez, reforçam a dimensão hegemônica dos grupos sociais dominantes.

Em sua abordagem teórica sobre a ADC, Fairclough chama a atenção, principalmente, para este “jogo de poder” implicado nas práticas sociais e discursos:

O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. Como implicam essas palavras, a prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, pois a ideologia são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94).

A hegemonia de um grupo depende, em parte, de sua capacidade de gerar práticas discursivas e ordens de discurso que a sustentem. Para tanto, apenas o uso da força não é suficiente, uma vez que as hegemonias são relações de dominação baseadas mais no consenso do que na coerção. Na verdade, a manutenção do poder e a sua

legitimação é proporcional à sua eficácia em naturalizar as práticas e relações sociais vigentes (EAGLETON, 1997). Para Fairclough (1997 apud RESENDE & RAMALHO, 2011, p. 47), “as convenções do discurso podem encerrar ideologias naturalizadas, que as transformam num mecanismo eficaz de preservação de hegemonias”.

Isso não quer dizer que, necessariamente, haverá, sempre, o consenso mútuo entre os sujeitos sociais. Pelo contrário, os conflitos pela quebra da hegemonia ideológica serão cada vez mais frequentes. Pois, são os sujeitos sociais inseridos em práticas discursivas que contribuem para a vigência ou mudança de estruturas.

Embora haja constrangimentos sociais definidos pelos poderes causais de estruturas e práticas sociais, os agentes sociais são dotados de relativa liberdade para estabelecer relações inovadoras na (inter) ação, exercendo sua criatividade e modificando práticas estabelecidas. Desse modo, a importância do discurso na vida social transita entre a regulação e a transformação. De um ponto de vista discursivo, a luta hegemônica pode ser vista como disputa pela sustentação de um status universal para determinadas representações particulares do mundo material, mental e social. (RESENDE & RAMALHO, 2011, p. 46)

Esse caráter dinâmico da sociedade corrobora para que a dominação se encontre em um equilíbrio instável, de onde aparece a noção de luta hegemônica como foco de luta sobre pontos de instabilidade em relações hegemônicas. Gramsci (1988,1995 apud RESENDE & RAMALHO, 2011), diz que o poder de uma das classes em aliança com outras forças sociais sobre a sociedade em geral nunca é atingido senão parcial e temporariamente na luta hegemônica. O conceito de luta hegemônica, assim compreendido, está em harmonia com a dialética do discurso.

Essa noção de várias vozes, que se articulam e debatem na interação, é crucial para a abordagem da linguagem como espaço de luta hegemônica, uma vez que viabiliza a análise de contradições sociais e lutas pelo poder que levam o sujeito a selecionar determinadas estruturas linguísticas ou determinadas vozes, por exemplo, e articulá-las de determinadas maneiras num conjunto de outras possibilidades. (RESENDE & RAMALHO, 2011, p. 18).

No entanto, a ADC revela que “A desconstrução ideológica de textos que integram práticas sociais pode intervir de algum modo na sociedade, a fim de desvelar relações de dominação” (RESENDE & RAMALHO, 2006, p.22). Quanto a isso, Fairclough (2001) destaca que ao mostrar conexões e causas que estão ocultas, a abordagem crítica pela ADC pode interceder socialmente para produzir mudanças que beneficiemos que se encontram em situação de desvantagem. O autor explica:

Critico' implica mostrar conexões e causas que estão ocultas; implica também intervenção - por exemplo, fornecendo recursos por meio da mudança para aqueles que possam encontrar-se em desvantagem. Nesse sentido, é importante evitar uma imagem da mudança discursiva como um processo unilinear, de cima para baixo: há luta na estruturarão de textos e ordens de discurso, e as pessoas podem resistir às mudanças que vêm de cima ou delas se apropriar, como também simplesmente as seguir. (FAIRCLOUGH, 2011, p. 28).

Dessa forma, o pesquisador britânico demonstra que o discurso midiático entendido como sistema aberto pode tanto reproduzir as relações de poder, como também reestruturá-las, “combatendo” as hegemonias existentes. Nesse sentido, concordamos com a explanação de Rocha:

Coerente com a sua preocupação de vislumbrar a perspectiva da resistência no embate ideológico pela mudança social, Fairclough defende uma aplicação analítica da teoria do discurso que contemple a multiplicidade das práticas e suas contradições como reflexo de processos históricos que são moldados pela luta entre as forças sociais, na qual a mudança é uma possibilidade efetiva. (ROCHA, 2008, p. 126).

É por essa razão que ressaltamos e utilizamos os termos da ADC como mecanismos de “revelação” das formas de dominação pelo discurso, principalmente, no nosso caso, das práticas discursivas midiáticas. Nessa linha de argumentação, é fundamental a atuação dos estudos críticos que envolvem a teoria de mudança social de Fairclough. Pois, é por essa linha de pesquisa teórica do discurso que é possível tornar visíveis tais mecanismos, buscando, assim, neutralizar sua atuação nas práticas sociais e reivindicar a possibilidade de mudança social.

Partindo desse ponto, fica claro que o poder deve ser reivindicado, e até mesmo compartilhado. Nesse sentido, encontramos afinidade no que afirma Mey (2001, p. 174 apud SYLVESTRE, 2013, p. 40):

A análise do discurso é, portanto, para Fairclough, a análise ‘do poderá ser tomado’, e, nesse sentido, ele se coloca firmemente num caminho socialmente relevante: o poder que existe, e existe para ser tomado, não reside nas construções gramaticais, ou na conversação como tal, como também não é algo que surge em conversa, ou no ‘discurso’, no sentido de ‘conversação’ (...): o poder está firmemente enraizado nas estruturas de nossa sociedade, e para discernir esse poder (o que é uma pré-condição para ‘tomá-lo’) precisamos analisar tais estruturas.

Como já foi dito anteriormente, toda forma de dominação experimenta a instabilidade, e, portanto, uma maneira de expor esse estado de opressão é justamente identificando as estruturas discursivas de controle, bem como os possíveis espaços para

a mudança social. É nesse contexto que nossa pesquisa está inserida, buscando nas análises das matérias publicadas e nos discursos dos entrevistados os elementos discursivos de manutenção de poder, e também espaços e alternativas de questionamento da dominação hegemônica.

Também sabemos que é possível o questionamento, como ressalta Sylvestre (2013, p.41), “se o mero desvelamento dos mecanismos de dominação e manutenção do poder constituído é suficiente para tornar a pesquisa crítica socialmente relevante.” A mesma autora, no entanto, encontra em Meurer (2005, p. 92 apud SYLVESTRE, 2013, p. 41) a explicação de que “ter conhecimento sobre o envolvimento da linguagem nas questões de poder pode cooperar para mudanças no exercício de formas de poder”.

De fato, evidenciar desigualdades pode conduzir à mudança social, pode possibilitar que um indivíduo ou um grupo de indivíduos, que está submetido a alguma forma de manipulação, venha a buscar alterar esse quadro, uma vez consciente de sua realidade enquanto dominado. (SYLVESTRE, 2013, p. 41).

Ainda com base nas palavras de Fairclough, Sylvestre (2013) remete a Meurer (2005, p. 94) para reforçar tal ponto de vista, afirmando que “uma vez que alguém se torne consciente do valor ideológico de determinado discurso, pode resistir a ele, e o aspecto ideológico pode conseqüentemente perder ou diminuir seu efeito”, e considera, ainda, que “a compreensão do papel da linguagem como prática social pode cooperar para a emancipação de grupos menos privilegiados”. É dentro desse propósito que Mey (2001, p. 174 apud SYLVESTRE, 2013, p. 41) afirma que “somente analisando, e desse modo neutralizando, o poder dominante na sociedade, podemos entendê-la, e assim neutralizar seus problemas” no que diz respeito à análise dos mecanismos de dominação, enquanto potencial para mudança social.

Portanto, acreditamos que tornar os sujeitos sociais conscientes das dominações e manipulações discursivas às quais estão propensos pode conduzir à mudança social, levando em consideração as atitudes posteriores à conscientização adotada pelos sujeitos.

Nesse ponto, é importante para o nosso trabalho delimitar esse espaço onde ocorre os processos comunicacionais, seja para manter o *status quo* de um(ns) determinado(s) grupo(s) dominante(s) seja para a mudança social. Por isso, recorreremos a Habermas (1997, p. 92) que restringe e conceitua o campo da esfera pública:

Esfera ou espaço público é um fenômeno social elementar, do mesmo modo que a ação, o ator, o grupo ou a coletividade (...) A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a

comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos.

Portanto, é um lugar de ação, ou como Habermas denomina de “agir comunicativo”, que determina uma dinâmica social, pela qual as pessoas, instituições ou organizações marcam suas posições através dos enunciados (pronunciamento) emitidos publicamente.

Partimos desse ponto de vista quando nos debruçamos nas matérias publicadas nos portais online, objeto do nosso trabalho, que reproduzem inúmeros discursos. Esses últimos, por sua vez, nada mais são do que as manifestações propositais de grupos de interesse. Dessa forma, a mídia se constitui como mais um espaço a ser ocupado, que para o mundo ideal deveria ser democraticamente acessível, quando, contudo, é possível percebê-la como um lugar assimetricamente dividido.

Permeando esse dinamismo social encontra-se a linguagem, ponto comum entre os grupos dominantes e aqueles que anseiam pela quebra do paradigma imposto. Portanto, é a linguagem o mecanismo pelo qual podemos encontrar as intenções de manutenção do poder ou tentativas de resistência. E é aí que surge um processo importante e que marca o campo midiático como estratégico: a capacidade de influência.

Nesse sentido, a competência para influenciar as audiências, sejam elas partes interessadas ou não nas tomadas de poder, é crucial para a sustentação das estruturas sociais estabelecidas através do sistema político vigente. Quanto a isso, Habermas afirma que “as opiniões públicas representam potenciais de influência política, que podem ser utilizados para interferir no comportamento eleitoral das pessoas ou na formação da vontade nas corporações parlamentares, governos e tribunais.” (HABERMAS, 1997, p. 95).

Intrinsecamente à vontade de se exercer influência, nas dinâmicas da esfera pública, encontra-se a obtenção ou a vigência dos interesses particulares de determinados grupos. Esses interesses muitas vezes estão ligados a negócios escusos, que se revelados poderiam minar o poder de influência, e, conseqüentemente, diminuir a força de convicção necessária para o ganho de vantagens.

Por isso, os interessados na manutenção do *status quo* atuam na manipulação da esfera pública, ocultando os seus reais interesses, e travestindo os discursos publicados

com outras “roupagens” que possam ser bem recebidas pelas audiências e legitimadas pelo senso comum.

Na questão presente neste trabalho, a Refinaria Abreu e Lima, localizada no território de Suape, é de se supor que os discursos emergentes acerca do tema estejam sempre ligados a palavras-chave como desenvolvimento, sustentabilidade e emprego. Ora, a quem interessaria que a mídia, publicasse sistematicamente matérias com teor ambientalistas? Ou que na grande maioria das notícias publicadas contivessem em maior número as vozes das comunidades locais residentes no entorno da RNEST?

Por isso, encontramos na ACD a contribuição para as análises textuais, uma vez que as matérias jornalísticas carregam em si a complexidade existente em uma sociedade diversificada, na qual o jogo de poder é um território de disputas pela obtenção de vantagens. Também fornece ferramentas metodológicas capazes de revelar o que está oculto, e, assim, colaborar para as mudanças sociais.

Temos que fazer uma distinção entre atores que surgem do público e participam na reprodução da esfera pública e atores que ocupam uma esfera pública já constituída, a fim de aproveitar-se dela. Tal é o caso, por exemplo, de grandes grupos de interesses, bem organizados e ancorados em sistemas de funções, que exercem influência no sistema político através da esfera pública. Todavia, eles não podem usar manifestamente, na esfera pública, os potenciais de sanção sobre os quais se apoiam quando participam de regulações negociadas publicamente ou de tentativas de pressão não-públicas. Para contabilizar seu poder social em termos de poder político, eles têm que fazer campanha a favor de seus interesses, utilizando uma linguagem capaz de mobilizar convicções. (HABERMAS, 1997, p. 96)

Levando em consideração que a notícia é parte da construção social da realidade, responsável por enquadrar determinados aspectos da vida cotidiana temos, por fim, um cenário em que os debates relacionados a temas importantes, que tocam nas experiências individuais, podem ou não emergir para as esferas públicas e coletivas. Por exemplo, se partirmos do princípio dos meios jornalísticos como estruturas que funcionam como serviços públicos deveríamos esperar discussões amplas e contextualizadas, que inserissem os mais diversos contextos a fim de evitar os processos de exclusão. Ou como ressalta Park (2008, p. 51):

A notícia, como “algo que faz as pessoas falarem”, tende a possuir o caráter de um documento público e está limitada de um modo característico a eventos que causam mudanças súbitas e decisivas. Atenção exclusiva voltada para algumas coisas inibe respostas a outras resultando na limitação do alcance e caráter da notícia à qual a sociedade irá reagir coletivamente e individualmente. A função da notícia é orientar o homem e a sociedade no mundo real.

Desse modo, a notícia como uma orientação fornece aos leitores (o público, em geral) assuntos para debater e refletir (mesmo que isso nem sempre aconteça). A partir de então, as pessoas transmitem umas às outras as informações obtidas através das matérias publicadas, instaurando no seio da sociedade diversas discussões e opiniões, que no primeiro momento são individuais (pessoais), mas que em um segundo estágio passa a ser consenso ou opinião pública.

Park (2008, p. 60) detalha esse processo:

A primeira reação típica de um indivíduo à notícia é provavelmente o desejo de repeti-la para alguém. Isso cria a conversação, provoca maiores comentários e talvez comece uma discussão. Mas a única coisa é que, uma vez iniciada a discussão, o evento logo deixa de ser notícia, e quando as interpretações de um evento diferem, as discussões se voltam da notícia para as questões que ela levanta. O conflito de opiniões e sentimentos que a discussão inevitavelmente suscita geralmente acaba numa espécie de consenso ou opinião coletiva – que nós chamamos de opinião pública.

A opinião pública pode ser uma forte aliada nas tomadas de decisões, nas imposições de opiniões e, por que não, nas mudanças de paradigmas. No entanto, esta última, seja talvez a mais improvável de acontecer, uma vez que os grandes veículos de comunicação possuem interesses imbricados com o poder público. E assim, usualmente ocorre a vigência da ordem política já instaurada.

Isso porque o poder da imprensa se dá de forma eficaz quando as notícias circulam pelas sociedades, anunciando mudanças e levantando questões. Do mesmo modo, este poder pode ser comprometido ou anulado se as abordagens realizadas pela mídia tenham o foco reduzido ou restrito, suscitando outras questões, que não necessariamente provoquem transformações na ordem estabelecida. Para exemplificar, basta imaginarmos a seguinte cena: um castelo de areia próximo ao mar, onde cada vez que uma onda bate contra a estrutura cai uma parte do castelo. No entanto, as notícias sobre o tema são sempre sobre a beleza do castelo, e o principal, que o castelo inevitavelmente irá desaparecer não é abordada.

2.1 JORNALISMO E PODER

O jornalismo tem sido fundamental para a propagação de conhecimento e informação. Desde o aprimoramento da prensa, ainda em meados do século XV, a maneira de divulgar informações foi se aperfeiçoando, com novos meios para se noticiar algo, até atingir o momento atual, em que os grandes conglomerados midiáticos concentram

diversas plataformas.

Em consequência, há uma chance maior das notícias chegarem até as pessoas, seja por jornal impresso, rádio, televisão ou pela Internet. Nesse sentido, Gaye Tuchman atesta que as empresas de comunicações tomam certas medidas para a produção das notícias, que devem seguir um padrão e evitar que os conglomerados jornalísticos sofram represálias, como processos, por exemplo.

Os jornalistas invocam os procedimentos rituais para neutralizar potenciais críticas e para seguirem rotinas confinadas pelos 'limites cognitivos da racionalidade'. O termo 'estratégia' denota a tática ofensiva destinada a prevenir o ataque ou a defletir, do ponto de vista defensivo, as críticas (TUCHMAN, 1993, p.75).

São ações que os profissionais tomam para legitimar o que estão noticiando, e que ao mesmo tempo, os mantêm distantes daquilo que noticiam. Dessa forma, almejam o status de objetivos. Para tanto, de acordo com Tuchman (1993), os jornalistas adotam quatro procedimentos rotineiros, além da verificação dos fatos, para que consigam alcançar a objetividade. São eles: apresentação de possibilidades conflitais, apresentação de provas auxiliares, uso judicioso das aspas e, finalmente, a estruturação da informação numa sequência apropriada.

No entanto, todo indivíduo é dotado de subjetividades e vivências, o que permeia os pensamentos e ações, e, conseqüentemente, aquilo que se escreve. Cada frase ou palavra são cuidadosamente escolhidas pelo autor do texto, que filtra e seleciona as ideias baseado em experiências pessoais. Kunczik (2002) afirma que "o termo 'realidade dos meios de comunicação' significará a imagem do mundo criada na cabeça dos receptores como resultado dos critérios de seleção de notícias dos jornalistas." Ou seja, durante sua atividade profissional, os jornalistas selecionam os fatos que eles acreditam ser de mais destaque e produzem as notícias, que por sua vez irão circular entre os consumidores daquele jornal ou portal, constituindo-se como "realidade".

Neste sentido, o pesquisador Lorenzo Gomis (1991) argumenta que os jornalistas ou os meios de comunicação oferecem aos leitores e à sociedade um presente social, algo como uma referência comum a todos, que pode ser comentada.

Yo lo que los medios de comunicación hacen es ofrecernos el presente social. Sin ellos, el presente social resultaría pobre y encogido, sería apenas el de la familia, la vecindad más inmediata, el medio de trabajo. Gracias a los medios, vivimos en el mundo y sabemos lo que está pasando un poco en todas partes (GOMIS, 1991, p. 14).

Temos então uma realidade que é construída socialmente, e a mídia contribui para

essa construção com a diferença de que o faz profissionalmente, num processo de mediação entre os fatos destacados e o grande público. Continuando, Gomis alerta para o cuidado que devemos ter ao receber as notícias, uma vez que as mesmas são formuladas por trabalhadores das empresas de comunicação, e são eles que escolhem como vão montar as notícias, com critérios próprios.

Esta constatação nos leva a refletir sobre a importância do processo da construção da notícia. No ideal, deve-se priorizar a pluralidade de vozes, ou a diversidade de enquadramentos, com o objetivo de se enriquecer a matéria e garantir a contextualização do fato. Como afirma Sousa (2002, p. 18):

Assim sendo, parece-me inegável que, especialmente em sistemas de democracia de partidos, assentes em estados de direito, ou noutros sistemas democráticos, os meios jornalísticos são um instrumento vital de troca de informações e de estimulação da cidadania, em que o jornalista-mediador assume ou deve assumir um papel essencial.

No entanto, o mesmo autor lembra:

Todavia, não será menos certo, a acreditar em vários estudos (...) que os meios jornalísticos são também usados em função de interesses particulares, como os interesses de determinados poderes, podendo, igualmente, contribuir para a amplificação dos poderes e para a sustentação do *statu quo*.

Uma das características marcantes do processo de manutenção do *statu quo* é a baixa pluralidade de vozes, com pouca diversidade de fontes ou o uso de referenciais de apenas um determinado "lado". Quando isto acontece, o produto jornalístico perde qualidade e os consumidores recebem uma informação de baixa contextualização. Como afirma Sousa:

As fontes são, frequentemente, entidades interessadas na cobertura mediática, pelo que põem em campo táticas adequadas a garantir não só essa cobertura, mas também que essa cobertura se faça num ângulo favorável, que sejam desprezadas informações negativas para essas mesmas fontes e que acontecimentos desfavoráveis possam ser cobertos favoravelmente (SOUSA, 2002, p. 62).

A escolha das fontes, portanto, seria um dos fatores com capacidade de influenciar o conteúdo das notícias, e os jornalistas ao selecionarem já estão a influenciar o conteúdo das matérias. Diversos autores - entre eles, Molotch e Lester (1974), Gans (1980) e Schlesinger (1992) - enfatizam a negociação que ocorre entre as fontes e os jornalistas, ligações entre políticos e jornais e os promotores de notícias, contudo, percebemos que no caso analisado neste artigo, em Suape, a imensa maioria das matérias produzidas parecem negar a existência dessa negociação.

Na verdade, fica a sensação de que há uma tendência natural jornalística em se produzir notícias ligadas à Refinaria Abreu e Lima baseadas apenas em fontes oficiais, o que reduz o amplo debate acerca do assunto e contribui para uma visão enviesada da situação local. Mais à frente, poderemos perceber, claramente, este fato ao se analisar as matérias produzidas.

Este tipo de conduta jornalística reforça a ideia de forças ideológicas agindo para a manutenção do poder vigente. Ora, como questionar a execução de uma obra do tipo de uma refinaria se grande parte das notícias publicadas apenas retratam o que as fontes governamentais dizem? Leon Sigal (1973, apud Sousa 2002, p.64) afirma que as fontes de informação dominante (governo) possuem uma força maior nas notícias e àquelas "desconhecidas" precisam realizar algo de espetacular para aparecerem nas matérias, o que, inclusive, reforça o autor, os coloca em desvantagem "porque pareceriam menos respeitáveis que as fontes oficiais". Aliás, veremos que as ditas "fontes desconhecidas" aparecerão bastante nas matérias quando realizam protestos, param o trânsito e acabam por "atrapalhar" a vida das pessoas, o que reforça a afirmação de Sigal (1973) ao dizer que seriam menos respeitáveis.

Nessa mesma linha temos a contribuição de Traquina (1993) quando diz que "(...) as pessoas com maior autoridade, essas que têm contactos regulares com os profissionais do campo jornalístico, permitindo assim provar a sua credibilidade, são favorecidas no processo de produção de notícias." E que o lado contrário, ou seja, as pessoas que não possuem acesso regular aos órgãos noticiosos, devem "incomodar" para seus feitos se tornarem notícias. Schudson (1986, p.31, apud Traquina, 1993, p. 173) traz acréscimos ao afirmar que o processo de produção de notícias é "normalmente uma questão de representantes de uma burocracia apanhando notícias pré-fabricadas de representantes de outra burocracia".

Todo esse quadro fortalece uma relação de poder e dominação, através de interesses, pelo Estado sobre o território de Suape.

As rotinas dos jornalistas e das fontes, as convenções profissionais, os valores e a estrutura organizacional combinam-se, assim, para manter um sistema de controle e reprodução das ideologias dominantes, levando os *media* a gerar construções simbólicas que fazem perceber a ordem existente como natural e imutável. (SOUSA, 2002, p. 75).

3 COMUNICAÇÃO E MEIO AMBIENTE: UMA RELAÇÃO EM CONSTRUÇÃO

Ao longo da história das civilizações, a humanidade estreitou suas fronteiras, e viu-se cercada de línguas, costumes e tradições diferentes. Pelo caminho natural da experiência com o mundo, a civilização humana buscou formas de convivências com o “diferente”, que evitasse o conflito, apesar das inúmeras batalhas ocorridas, com o objetivo maior que é sobreviver.

Dessa forma, nosso mundo passou por diversas transformações, sociais e culturais, que também alteraram o modo de vida das pessoas. Assim foi no passado remoto das civilizações pré-históricas, como na Idade Média e também na Modernidade. A crença religiosa deixou de explicar os fenômenos naturais e o homem passou a conceber a natureza à base da razão.

Com a chamada Revolução Científica, a partir do século XVI, o conhecimento adquirido pela humanidade passou a se sustentar em experimentos, cálculos e tentativas de erros e acertos para se consolidar como saber científico (ARANHA, 2012). O desenvolvimento desse pensamento lógico, ou metodológico, resultou em algumas cadeias de raciocínios práticos, como o Positivismo, de Augusto Comte.

Como explica Castañon (2007), o Positivismo se tornou um movimento originado do pensamento Iluminista e que se fez presente em grande parte da cultura ocidental, de cerca de 1840 até as vésperas da Primeira Guerra Mundial. Mesmo nos dias atuais, é possível perceber o legado deixado por esta corrente de pensamento, cuja influência atingiu praticamente a todos os domínios culturais humanos: Filosofia, Economia, Política, Pedagogia, História e Literatura.

O contexto histórico do Positivismo foi marcado pela Revolução Industrial, com suas bases de produção e consumo, campo propício à consolidação e expansão do capitalismo. Naturalmente, as sociedades passaram a acreditar na ideia do progresso, sem limites pré-determinados, e que através do conhecimento científico alcançado seria capaz de encontrar as soluções para quaisquer de seus problemas (CASTAÑON, 2007, p.36).

Já no século XX, a ciência se depara com seus próprios limites, e perde um de seus pilares, até então fundamentais, que é a verdade. Neste momento, instaura-se a crise da verdade, como elucida Signates (2012):

Ao situar a falseabilidade como o norte da pergunta científica, e a indução – um sofisma empirista – o seu modo de pensar, a ciência perdeu a capacidade de dizer a verdade e passou a trabalhar com as aproximações

plausíveis, seja pelo cálculo de probabilidades, seja pelos gradientes de intensidade dos métodos qualitativos (...)A verdade, então, entra em crise para sempre, seja dentro da visada pós-moderna, em que praticamente perde o sentido, ao converter-se em apenas fragmentos das disputas discursivas entre proposições todas elas efêmeras e precárias; seja no âmbito da modernidade tardia, onde assume de vez a relatividade dos processos linguageiros, concebida como o consenso possível entre sujeitos de fala que reivindicam para seus argumentos a validade das regras de interlocução. (SIGNATES, 2012, p. 137).

Nesse sentido, se aproxima o que pensa Aranha (2012) quando afirma que as sustentações científicas alteraram seu estado, em que o determinismo deu lugar à imprevisibilidade. Agora, a interpretação, espontaneidade e auto-organização dominam ao invés do mecanicismo e “a desordem e a incerteza foram incluídas no universo matematicamente seguro e preciso da ciência moderna.” A pesquisadora constata que, na verdade, a mudança principal ocorreu no próprio homem.

O curso da História e um rol de novas descobertas e constatações, tanto na ciência quanto na filosofia, aproximaram o pesquisador do objeto, mudando as ideias rígidas acerca de si mesmo, e complementando-as com os saberes valorativos, presentes na ação do homem em sociedade, repensando o paradigma da ciência moderna, cedendo espaço a um novo modelo de consciência, voltado à integração entre o homem e o todo que o cerca, seja o ecossistema, seja na sua relação com o outro. (ARANHA, 2012, p. 5).

Assim também aconteceu com os cientistas ou pesquisadores das ciências naturais, que passaram de uma postura fria e distante do público leigo para uma aproximação maior com a sociedade. Neste momento, enxergaram a importância de fazer circular seus pressupostos, e desse modo contribuir no sentido da consolidação do conhecimento como ferramenta de transformação social e preservação da vida (GOMES, 1995).

Agora, percebe-se a fundamental ação do jornalismo. É preciso informar, divulgar e fazer circular informações, que antes estavam confinadas em círculos elitistas fechados de pesquisadores. Contudo, esta mudança de paradigma não ocorreu da noite para o dia.

Historicamente, o jornalismo que se prestava a informar sobre assuntos científicos era limitado a pequenos grupos de estudiosos, que tinham a necessidade de publicizar suas descobertas apenas entre os seus pares. Burkett (apud GOMES, 1995, p.2) diz que foi Henry Oldenburg, secretário da Royal Society for the Improvement of Natural Knowledge, natural da Inglaterra, o precursor do Jornalismo Científico, quando, em março de 1665, publicou o *Philosophical Transactions*, periódico da Royal Society. De acordo com Gomes (1995), “a partir daí, outras sociedades científicas passaram a ter suas publicações, fato que ajudou a fortalecer as pesquisas científicas na Europa e nos Estados Unidos.”

A partir dos avanços tecnológicos oriundos das Grandes Guerras, os meios de comunicação passaram a se debruçar com seriedade sobre os temas ligados à ciência e passaram a investir no jornalismo especializado. Foi quando houve uma maior aproximação entre a classe científica, os jornalistas e o público leigo.

Contextualmente, o pensamento social havia mudado. Não era mais possível aceitar com “bons olhos” o uso indiscriminado dos recursos naturais da Terra, como se tentava fazer crer até a segunda metade do século XX. Tal visão destruidora apenas perdeu força na década de 50, quando as correntes do pensamento ecológico começaram a se fortalecer. E nos anos 70 adquiriram ainda mais força quando dos movimentos de contracultura mundiais, que difundiam a ideia das relações entre os seres, analisando a Terra como um planeta interligado pelas espécies que o habitam e suas dinâmicas comportamentais. Assim, surge a visão ecologista da sociedade, que combate o pensamento cartesiano quanto ao tratamento dado à vida em comum (CAPRA, 2003; GIRARDI, 2006). A interdisciplinaridade ganhava força e a Ecologia surgia para explicar os sistemas biológicos, como ligações interdependentes dos fenômenos naturais e humanos, e esta visão sistêmica da vida também deveria nortear as abordagens jornalísticas (BUENO, 2007; VICTOR, CALDAS & BORTOLIERO, 2009).

Dessa forma, há a necessidade real de se tratar o debate sustentável de maneira responsável, não apenas para “vender” notícias, mas que a divulgação midiática ambiental seja base para reflexões sociais acerca da relação entre desenvolvimento e equilíbrio ecológico.

Uma vez que o conhecimento sobre a vida social deve ser disseminado para que exerça seus efeitos, a imprensa surge como a principal operadora de reflexividade das sociedades contemporâneas. Os resultados de pesquisas sociológicas... só entram no circuito de reflexividade, isto é, passam a alimentar a consciência dos agentes depois de processados (ou diluídos) através do jornalismo... É claro que podem existir caminhos alternativos, como a publicação de livros de divulgação... porém, a inclusão na pauta dos meios de comunicação representa o diferencial entre o conhecimento científico restrito e massificado. (MIGUEL, 1999, p.204).

De acordo com Calvo Hernando (apud Gomes, 1995, p. 3) é fundamental o papel do jornalismo científico, como afirma o autor a seguir:

A divulgação científica é imprescindível no mundo de hoje e pode se tornar a estrela informativa do século XXI. Para o autor, a missão do jornalismo científico consiste em colocar ao alcance da maioria os conhecimentos da minoria, adquiridos por pequenos grupos de homens entregues à fascinante tarefa de medir, contar, descrever e explicar o universo, a natureza, o homem e a sociedade.

No entanto, superado o debate acerca da importância de se divulgar os assuntos de cunho ambiental, diversos pesquisadores se debruçaram sobre como estava sendo feita esta divulgação e os resultados apontavam para a direção contrária do que tinha sido proposto para o jornalismo ambiental. Vários estudos foram realizados abordando as características das matérias produzidas sobre meio ambiente e ciência/tecnologia (C&T), e as conclusões eram de que as notícias pouco se aproximavam daquela visão sistêmica da vida, defendida a partir da segunda metade do século XX.

Autores como Gomes (2011), Santos (2011), Bueno (2007) e Del Vecchio de Lima (2014) salientam o fato de que apesar da abertura dos jornais aos temas ambientais, as publicações, em sua maioria, são distantes do ideal, com pouca diversidade de fontes, utilizam, geralmente, apenas as fontes oficiais, apresentam baixa contextualização para o leitor e tendem à espetacularização dos fatos.

Os pesquisadores acreditam que as distorções encontradas nas matérias sejam resultados do sistema de produção vigente na maior parte do mundo, que privilegia o lucro e trata as notícias como mercadorias, e no qual estão inseridas as grandes empresas de comunicação. Por isso, Del Vecchio de Lima et al (2014, p. 205) afirma que:

Como os próprios veículos de comunicação são empresas dentro deste sistema – e dependem de investimentos de anunciantes que nem sempre pensam nos custos da degradação para se sustentar –, é difícil que eles disseminem um discurso contrário ao crescimento econômico ou favorável ao fim da deterioração ambiental. Mais que isso, vê-se que formas de comunicação como a publicidade e o jornalismo são utilizadas como instrumentos na construção e manutenção de uma cultura de consumo consonante com tal modelo de desenvolvimento.

Tal pensamento é complementado por Tavares (2009) quando diz: “A maioria dos jornalistas, por autocensura, por medo de perder o emprego, por enfado ou até mesmo porque conspiram destas ideias de pensamento único, tampouco se esforça para abrir espaço aos diversos discursos e fontes não-oficiais.”

3.1 OS DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO AMBIENTAL

Portanto, percebem-se duas situações que cerceiam a produção noticiosa sobre meio ambiente e alteram a qualidade das matérias produzidas: o sistema de capital que norteia as empresas de comunicação e os jornalistas inseridos nesta lógica de produção. De um lado temos um conjunto de teorias que dão conta da importância da pauta ambiental na mídia, com seus pressupostos ideais, e do outro os constrangimentos mercadológicos, que cercam os profissionais da imprensa.

É neste contexto que o nosso trabalho está inserido. Nosso objeto é o Complexo Industrial de Suape, especificamente a Refinaria Abreu e Lima. Atualmente, o Brasil se encontra em um novo momento de ruptura política e abalos na área econômica. Os diversos empreendimentos produtivos e de infraestrutura que começaram a ser implantados em diversas regiões do país, agora passam por um período de retração. Muitas localidades que sofrem essas transformações são palcos de conflitos socioambientais e suas comunidades são excluídas do processo de discussão e decisão sobre a nova reconfiguração socioeconômica e produtiva do território, colocando em situação de risco as populações tradicionais, povos indígenas isolados e os ecossistemas.

Nesse cenário, o petróleo ocupa um papel de destaque por predominar no setor de transportes e ser o principal responsável pela geração de energia elétrica em diversos países. Em Pernambuco, está sendo construída uma refinaria de petróleo, a Refinaria Abreu e Lima (RNEST), projeto cuja idealização parte da década de 1970, momento em que se iniciou a construção do porto de Suape, mas que começou a ser concretizado em 2007. Na época, a descoberta de petróleo na camada do pré-sal reforçava a perspectiva do aumento do consumo dessa matriz energética no Brasil e a previsão de conclusão da refinaria era 2014.

Em seu trabalho intitulado *Desenvolvimento, Ambiente e Saúde: implicações da (des)localização Industrial*, publicado em 2008, a pesquisadora Raquel Maria Rigotto revela que as indústrias ditas como “sujas”, como é o caso da refinaria, pelo seu alto poder poluidor, são renegadas aos países menos desenvolvidos que facilitam o processo com anuência de impostos e as recebem de braços abertos, justamente por terem menos condições de fiscalização ambiental e de organização social. Novos processos produtivos introduzem novos perigos, novas relações de trabalho, novas configurações do território e, conseqüentemente, novos impactos na saúde dos trabalhadores e da população. O autor ainda destaca que as situações de riscos ocupacionais não atingem igualmente pessoas dos diversos segmentos e classes sociais e nem se restringem aos muros das fábricas, atingindo também a população residente do entorno.

É possível perceber que a sociedade pernambucana, em geral, tem uma percepção predominantemente positiva do recente processo de industrialização de Pernambuco. Isso pode ser justificado pelo fato de o Estado ser um lugar com desigualdades sociais discrepantes, como pobreza, alto índice de doenças negligenciadas, desemprego, baixa alfabetização, problemas com abastecimento de água e saneamento básico, moradia, dentre

outros. Partindo dessa ideia, a pesquisadora Santos (2011, p.13), em sua dissertação *Análise crítica do discurso da mídia impressa sobre a saúde e o ambiente no contexto da instalação da refinaria de Petróleo em Suape-PE*, afirma que:

Este pensamento hegemônico deve-se tanto pela carencia histórica de emprego, como pelo discurso desenvolvimentista defendido pelo Estado há anos e que vem sendo fortalecido através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal.

Observa-se que a sociedade não tem se mobilizado de forma contundente contra os processos industriais em Suape. Esse estado de inércia é alimentado pelo pensamento institucional, que, por sua vez, não age de modo a coibir os impactos negativos gerados pelos grandes empreendimentos. Assim, a população está alienada de seus próprios interesses, pois as vulnerabilidades e as situações de perigo encontradas no crescimento industrial desordenado, em Pernambuco, são minimizadas, enquanto promessas de benefícios econômicos e sociais são colocadas pelo Governo como objetivos ufanistas, ainda citando Santos (2011).

Os autores Freitas e Porto (2006) argumentam em seu trabalho denominado *Saúde, ambiente e sustentabilidade* que:

Os principais beneficiários deste modelo econômico de globalização, que se apresenta como única opção de desenvolvimento para muitos economistas e governantes, é uma elite formada por especuladores financeiros, empresários e profissionais de alta capacitação técnica. Trabalhadores e família rurais são expulsos do campo pelas grandes monoculturas, trabalhadores e industriais veem suas condições de trabalho tornar-se cada vez mais precárias e são submetidos a diferentes tipos de riscos à saúde.

Os impactos ambientais decorrentes da ação humana constituem um aspecto da complexa interação das pessoas com o meio ambiente. Nesse sentido, analisar o discurso de uma comunidade sobre os perigos que potencialmente está exposta ajuda a entender o nível de consciência e organização que ela possui para o seu enfrentamento. Assim também, a análise do discurso da mídia pode colaborar com a formação de uma consciência ecológica bem como a identificação da ausência pode indicar exclusões e danos aos processos emancipatórios midiáticos.

As empresas de comunicação privadas no Brasil representam 90% dos meios de comunicação existentes e são distribuídos em torno de 10 famílias, que as preservam como oligarquias, e o que prevalece são os interesses privados de uma minoria rica em detrimento do bem comum (GUARESHI, 2013). Com o surgimento de novas formas de se comunicar,

sobretudo através das redes sociais na internet, os cidadãos e movimentos sociais organizados conseguem ter mais espaço de expressão, apesar de o Brasil ainda ser um país com grande dificuldade na democratização do acesso à internet.

A problemática dos impactos decorrentes da implementação de grandes empreendimentos é uma das mais desafiadoras, pois se por um lado os governantes e empresários defendem resultados positivos, principalmente do ponto de vista econômico, por outro, são evidenciados diversos impactos negativos nas vidas das pessoas, além de acentuar problemas sociais já existentes que não foram resolvidos antes. O crescimento econômico moderno e a difusão do conhecimento não modificaram as estruturas profundas do capital promotor de desigualdade. Ao contrário, a readequação dos investimentos e das atividades produtivas, a centralização da riqueza para poucos e o ônus da pobreza da maioria afeta de forma diferenciada aqueles em situação de maior vulnerabilidade (PIKETTY, 2014).

As refinarias são grandes degradadoras do ambiente, pois têm potencial para afetá-lo em todos os níveis: ar, água, solo e, conseqüentemente, todo o meio biótico em seu entorno (MARIANO, 2001). A nova configuração industrial pela qual a região de Suape está passando com a instalação da Refinaria e demais empresas modifica toda uma lógica de organização do território e contribui para a transição epidemiológica além de introduzir novos fatores de riscos para a saúde da população. Mas, os impactos socioambientais, como grande parte dos decorrentes da cadeia produtiva do petróleo, são deflagrados de forma lenta, sendo muitos deles negligenciados e até ocultados. À medida que as indústrias vão se instalando, a maioria da população não percebe sensorialmente os impactos no seu cotidiano, pois eles ficam invisibilizados durante longo período até o surgimento dos efeitos, como por exemplo, os cânceres que demoram anos para serem diagnosticados, e, poucas vezes, são relacionados aos impactos.

Trazendo o exemplo do ocorrido na cidade de Cubatão, no estado de São Paulo, Joaquim Miguel Couto (2003), em sua tese *Entre estatais e transnacionais: o polo industrial de Cubatão*, relata que foram necessários quase trinta anos para se chegar ao limite máximo de poluição para que políticas públicas fossem providenciadas no intuito de reverter o quadro sanitário e ambiental nos impactos nefastos sofridos por anos pela população (COUTO, 2003).

O filósofo Félix Guatarri (1990), em *As Três Ecologias*, afirma que, para as pessoas tomarem consciência dos perigos mais evidentes que ameaçam o meio ambiente natural das

sociedades, é necessário um novo modelo de visão e organização de mundo, que leve em conta a inter-relação fundamental existente entre as esferas natural, social e subjetiva. Portanto, uma maior visibilidade e discussão dos problemas ambientais tanto nos espaços institucionais como na grande mídia (GUATTARI, 1990). Segundo Porto (2011) no artigo *Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: um ensaio de epistemologia política*:

[...] As populações impactadas por certos projetos econômicos de desenvolvimento e concepções de mundo reduzem a sua vulnerabilidade à medida que se constituem e passam a protagonizar o seu papel enquanto sujeitos coletivos, permitindo a expressão pública e política de vozes sistematicamente ausentes dos processos decisórios que definem os principais projetos de desenvolvimento nos territórios.

Dentre as estratégias de enfrentamento aos processos de injustiça ambiental e vulnerabilização socioambiental, a comunicação tem bastante relevância, pois pode oferecer aprendizado, produção de conhecimento, troca de saberes e a visibilização dos problemas, facilitando que mais atores e instituições se articulem para sua resolução e que os sujeitos das comunidades envolvidas possam ter um papel mais ativo nos processos decisórios. Vale salientar que os meios de comunicação de massa, justamente por possuírem concessão pública, devem ter um papel mais voltado ao interesse público, contemplando uma comunicação participativa e dialógica, combatendo e superando a lógica massiva, verticalizada, centralizadora e homogeneizante do sistema vigente.

Em um mundo onde a crise ambiental é evidente, questionadora e desafia governos a resolvê-la, o papel que a ecologia, a sustentabilidade e a responsabilidade sobre o meio ambiente exercem sobre os centros informacionais é tão importante ao ponto desses temas estarem sempre presentes nos momentos em que se pensa nas pautas jornalísticas.

Cidadão do mundo hoje é aquele que não enxerga apenas a si mesmo, é o homem que planeja suas ações pensando naquilo que seus atos podem gerar. Então, nesse contexto, é considerável compreender como os medias, que são mediadores sociais e cumprem a importante função de informar a sociedade com precisão e exatidão dos fatos, se posicionam ao repassar questões complexas como as que envolvem o meio ambiente. Focando os impactos noticiosos no campo do desenvolvimento sustentável, agendando acontecimentos ecológicos que influenciem a vida nas cidades e ampliando a diversidade de fontes, o que suscita reflexões acerca do embate ético do desenvolvimento versus sustentabilidade.

O Jornalismo Ambiental se realiza através da periodicidade de publicação e por

profissionais da imprensa, tanto pelas matérias/colunas/editoriais/cadernos sobre meio ambiente, como nos veículos ou espaços de produção jornalística exclusivamente destinada aos assuntos ambientais.

Assim, é útil à discussão delimitar o que é meio ambiente, para que haja consenso, ordem e não sobre as arestas. Portanto, para Bueno, meio ambiente é:

o complexo de relações, condições e influências que permitem a criação e a sustentação da vida em todas as suas formas. Ele não se limita apenas ao chamado meio físico ou biológico (solo, clima, ar, flora, fauna, recursos hídricos, energia, nutrientes, etc.), mas inclui as interações sociais, a cultura e expressões/ manifestações que garantem a sobrevivência da natureza humana (política, economia, etc.) (BUENO, 2007, p. 35).

O tema ambiental se ramifica em diversos outros subtemas como reciclagem, poluição do ar, aquecimento global, combustíveis fósseis, evidenciando a multidisciplinaridade dos assuntos ambientais e fornecendo inúmeras pautas jornalísticas. O jornalista ambiental não deve priorizar as partes em detrimento do todo, quando é clara a interligação entre pessoas com meios-físicos e biológicos, constituindo sistemas vivos e dinâmicos. Conceituando, então, o jornalismo ambiental: processo pelo qual ocorre captação, produção, edição e circulação de informações contendo temáticas ambientais e que se destinam ao público leigo e não especializado (BUENO, 2007).

O jornalismo ambiental é muito importante para a sociedade porque cumpre funções necessárias ao desenvolvimento social, pois além de informar, o jornalista ambiental também ensina e politiza. Informa quando fornece aos cidadãos conteúdos úteis sobre sua qualidade de vida, umbilicalmente ligada entre posturas cidadãs (descarte consciente do lixo, por exemplo), processos (aquecimento global, enchentes urbanas, contaminação dos lençóis freáticos, etc.) e modelos ambientais (qual o mais adequado ao desenvolvimento urbano).

Age de modo pedagógico, quando educa ambientalmente os cidadãos, indicando excessos sobre o meio ambiente e evidenciando soluções para os problemas ambientais. Politicamente, o Jornalismo Ambiental tende a mobilizar as pessoas contra as causas que favorecem empresas que poluem os ecossistemas, por exemplo, como também contra governos, ao denunciar os descasos ambientais.

Assim, o Jornalismo Ambiental é primordialmente instrumento para a democratização das informações e para a ampliação dos debates públicos, sempre servindo ao interesse comum, jamais devendo ser manipulado por grupos de interesses ou segmentos

da sociedade que pretendam legitimar seus poderes e privilégios. De modo que, o jornalista ambiental é um profissional militante.

Como mediador social, o jornalismo cumpre importante papel pela comunicação em difundir informação, promover debates e estimular a troca de ideias (BAHIA, 1990), sempre atento, contudo, a veicular conteúdos noticiosos que façam parte da realidade (TRAQUINA, 2004).

Por muitos anos, uma ideia falsa e mortal permaneceu como guia para as civilizações modernas: a ideia de que os recursos naturais seriam infinitos, e que, portanto, a natureza suportaria qualquer ação exploratória do homem. Em consequência, os meios ambientes foram excluídos do que era considerado produtivo, acarretando em degradações ambientais e destruições ecológicas (GIRARDI, 2006; LEFF, 2001).

Tal visão destruidora apenas perdeu força na década de 50, quando as correntes do pensamento ecológico começaram a se fortalecer. E nos anos 70 adquiriram ainda mais força quando dos movimentos de contracultura mundiais, que difundiam a ideia das relações entre os seres, analisando a Terra como um planeta interligado pelas espécies que o habitam e suas dinâmicas comportamentais. Assim, surge a visão ecológica da sociedade, que combate o pensamento cartesiano quanto ao tratamento dado à vida em comum (CAPRA, 2003; GIRARDI, 2006).

No entanto, foi somente nos anos 80 que o termo Desenvolvimento Sustentável foi utilizado pela primeira vez, pela Aliança para a Natureza (UICN). Em 1987, a ex- ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland (ONU) afirmou que o desenvolvimento só pode ser duradouro quando da utilização, no presente, dos recursos naturais necessários, sem comprometer o acesso das gerações futuras aos mesmos recursos (GIRARDI, 2006).

Apesar de sua importância, o meio ambiente ainda é coadjuvante no sistema econômico atual, predominantemente capitalista. Porque são forças antagônicas (economia e biologia) o embate entre desenvolvimento tecnológico e preservação ambiental ainda deve perdurar por muitos anos. O desenvolvimento sustentável deve ser delineado dentro das sócio-políticas, na busca de uma economia ecológica, sustentável, de forte apelo social.

Como afirma Girardi:

Desenvolvimento Sustentável pressupõe a criação de um modelo econômico capaz de gerar bem-estar, enquanto promove a coesão social e impede a destruição da natureza. Tal modelo buscaria satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. Ou seja, utilizar recursos naturais sem comprometer sua produção, fazer proveito da natureza sem devastá-la e buscar a melhoria da qualidade de vida. (GIRARDI, 2006, p.

06).

De fato, no contexto histórico e atual, o jornalismo foi por várias vezes aliado das questões ambientais, pois referenciava termos utilizados apenas pelos meios acadêmicos e científicos. Por exemplo, ampliou debates sobre o uso de agrotóxicos, a destruição da camada de ozônio, o avanço da desertificação, entre outros (GIRARDI, 2001).

É pertinente lembrar que para ser adequada a apresentação dos temas ambientais pelos jornalistas, estes devem superar seus conhecimentos e enxergar o meio ambiente não apenas como partes naturais da vida, tal a fauna ou a flora, e sim, deve compreender que ecologia envolve as mais diversas formas de ligações entre as partes ou os seres e sua dinâmica ambiental (CAPRA, 1982; GIRARDI, 2006).

No entanto, nem sempre isso acontece, porque como argumenta Massuchin (2009) e Sousa (2002) as organizações noticiosas podem sofrer pressões externas, como patrocinadores do veículo, ou por manter relações de parceria com outras instituições (poluidoras), e que, conseqüentemente, irá direcionar a escolha das fontes. É o que Sousa (2002) diz ser a combinação de fatores (rotinas produtivas, valores notícias, fontes e estrutura organizacional) para manter a ideologia dominante. Assim, em veículos mais conservadores, por exemplo, fontes como ONGs e ambientalistas dificilmente serão ouvidas.

Tais correntes de pensamento fazem parte das teorias estruturalistas e interacionistas, nas quais quem detém o poder sobre as notícias são as fontes, os jornalistas se apresentam como meros instrumentos (TRAQUINA, 2004). Portanto, a construção da notícia envolve não apenas o acontecimento, e sim, vários outros fatores como o constrangimento organizacional, a economia, o valor notícia, etc.

Assim, quando a mídia trata de um acontecimento em particular, como um desastre natural provocado pelas enchentes, por exemplo, ela apenas informa o fato ocorrido, explorando seus aspectos mais assustadores, ressaltando o medo causado pela catástrofe ao invés da consciência individual ao tratar o meio ambiente, na maioria das vezes, o que se constitui como cobertura pontual. Ao contrário, Trigueiro (2005) diz que cabe ao jornalismo ambiental ampliar sua cobertura dos fatos, oferecendo ao público aspectos noticiosos que incentivem a melhoria na qualidade de vida.

Por isso, a academia é tão importante ao jornalismo ambiental. Devendo ser local para discussões que enfatizem a importância do jornalista que cobre o meio ambiente. Pois, em muitos veículos não há editorias que incitem a pauta ecológica, função muitas vezes

cumprida apenas pela curiosidade dos jornalistas (MASSUCHIN, 2009). Deveria ser também papel das universidades possibilitar o encontro entre estudantes e profissionais, porque o jornalismo ambiental deixa sua imparcialidade de lado, quando se posiciona favor da sustentabilidade, do consumo consciente e do uso correto de recursos da natureza (TRIGUEIRO, 2005).

Mas, após as afirmações, é saudável questionar o quanto nossa sociedade está interessada em conhecer os assuntos relacionados ao meio ambiente. Isto é, como esta sociedade encara as notícias científicas quando por muito tempo a ciência servia apenas para fornecer seus produtos sem que houvesse questionamentos ou discussões acerca do seu campo de atuação. Parece claro que com o aumento das informações e a facilidade em acessá-las instigou as pessoas a serem mais curiosas, o que pode despertar o interesse nos temas científicos (SUZINA & PICHELLI, 2005).

O que, de fato, pode-se perceber é que as discussões ambientais no contexto mundial ganharam força com o passar do tempo e à medida que os impactos das reações da natureza passaram a infligir de forma mais contundente a vida das pessoas. Hoje, é praticamente nula a prerrogativa de que alguém nunca ouviu falar no aquecimento global, ou que alimentos à base de agrotóxicos são mais danosos à saúde do que àqueles cultivados organicamente. Como afirma John (2001, p. 89):

Um olhar sobre pesquisas de opinião e enquetes ambientais mostra que, de modo geral, tem havido algum progresso: o público acha necessário proteger “o verde” e, sobretudo, a fauna; sabe que a poluição é ruim; receia a energia nuclear, as invenções incertas, como os transgênicos, e discute algumas relações entre saúde e águas contaminadas. Reconhece os recursos naturais como patrimônio (embora atribua todos os encargos de cuidar deste patrimônio ao governo) e mostra disposição em trabalhar voluntariamente pela melhora do meio ambiente (embora ainda restrinja a maioria das ações a pequenas atitudes do dia a dia, desde que não atrapalhem muito sua rotina).

Revistas, programas de TV, folhetos, são alguns exemplos de formatos que podem trazer ao público as descobertas científicas e suas explicações. É considerável pensar que o discurso científico, geralmente, é distante do cotidiano das pessoas. Estes tratados usualmente comungam de linguagem própria, técnica e rebuscada, o que aumenta o espaço entre o que é produzido nos saberes científicos e o que é assimilado pelo cidadão comum (SUZINA & PICHELLI, 2005).

Naturalmente, é importante haver um estreitamento entre o que os indivíduos vivem no seu dia a dia e o que se produz cientificamente. Isto porque conscientiza as pessoas ecologicamente, reduzindo os danos ao meio ambiente, e, em consequência, às suas

qualidades de vida. Como lembra John (2001) parece que as pessoas ainda não possuem clareza suficiente para encarar os sistemas vivos como parte de suas práticas diárias, e não apenas como manchetes de jornal ou anúncios na televisão e rádio. É como diz Capra (2005, p.20) “nas próximas décadas, a sobrevivência da Humanidade dependerá de nossa alfabetização ecológica – nossa capacidade de compreender os princípios básicos da ecologia e viver de acordo com eles”.

Soulé (1997, p.594) explica que a construção da percepção da natureza passa por três dimensões: experiencial, analítica e valorativa. A dimensão de valor contrapõe valores utilitários e intrínsecos (espirituais/éticos); a dimensão analítica “percebe a biodiversidade como um fenômeno a ser organizado e explicado”. Já a dimensão experiencial é fundamental, pois “a experiência fornece a matéria-prima a partir da qual se formulam as dimensões mais conceituais”.

É deste ponto que Suzina & Pichelli (2005) evidencia o meio por onde o discurso da questão ambiental deveria passar, na perspectiva de gerar a motivação necessária para que a sociedade saia do discurso a favor do meio ambiente para uma práxis mais efetiva.

Evidentemente esse caminho perpassa pela Comunicação, que pode fornecer meios mais adequados para atingir de maneira eficiente e ampla, o público. Como pensa Pichelli et al (2006) ao afirmar que “simplesmente seria acreditarmos que a Comunicação se resume a divulgar e produzir materiais. Há necessidade de planejá-los a cada público de acordo com a sua realidade e necessidade.”

4 SUAPE: UMA JOIA ELEITOREIRA

O território de Suape é uma região de natureza rica, com praias e fauna e flora diversificadas. Sua área compreende cinco municípios, Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Moreno e Escada, e abrange ainda um conjunto remanescente expressivo de Mata Atlântica, constituído por 15 Reservas Ecológicas, das 40 definidas legalmente pela Lei Estadual 9.989/87. Além disso, o lugar abriga nos estuários de toda a extensão do litoral, manguezais, importantes ecossistemas responsáveis pelo equilíbrio ecológico e por ser morada de várias espécies de flora e fauna, o que contribui para a subsistência de comunidades tradicionais (BRAGA & LIMA, 2009).



Figura 1. Mapa da Região Metropolitana do Recife com o Complexo Industrial de Suape. Fonte: Agência Condepe/FIDEM.

Por tudo isso, a área é estratégica para Pernambuco e poderia ter o seu turismo muito mais impulsionado. No entanto, ainda na década de 1970, os líderes políticos da

época pensaram em edificar um complexo portuário no local. E em 1978, surgiu como instituição pública através da Lei Estadual nº 7.763, que criou a empresa SUAPE, Complexo Industrial Portuário, cuja finalidade era administrar a implantação do distrito industrial, o desenvolvimento das obras e a exploração das atividades portuárias (Agência Nacional de Transportes Aquaviários, 2018).

Os estudos começaram ainda nos anos 1960 e em 1973 passou a ser elaborado o plano diretor para a implantação do complexo industrial e portuário, integrando extensa área para indústrias e serviços de apoio ao porto marítimo. Já em 1974 foi lançada a Pedra Fundamental do Porto de Suape no governo de Eraldo Gueiros Leite, e em 1975, quando da criação da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco –Fidem - a implantação de Suape passou também a ser resultado “de uma das ações estruturadoras para o desenvolvimento metropolitano integrado proposto no Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Recife – PDI/RMR” (MEDEIROS et al. 2014, p.70).

Com a movimentação governamental no entorno da área, diversos grupos se levantaram contra a ideia. Um deles, formado por pesquisadores e ambientalistas, lançou um manifesto em 1975 se posicionando contra o plano governamental de intervenções para a área. O texto foi, inclusive, replicado em um semanário do Recife, o Jornal da Cidade (ano II, no 24, 6-12.4.75), hoje extinto, e que trouxe manchete de capa, com os dizeres: “Cientistas lançam manifesto contra o Complexo de Suape” (FÓRUM SUAPE, 2018).

O “Manifesto contra o complexo de Suape” trazia um arcabouço de ideias ecologistas e que questionavam o modelo de desenvolvimento pensado para a região. Vale ressaltar, que a época era marcada, mundialmente, por uma mudança de perspectiva acerca da visão sobre os ecossistemas. Passava a ganhar força a ideia das relações entre os seres, analisando a Terra como um planeta interligado pelas espécies que o habitam e suas dinâmicas comportamentais. Surgia a visão ecologista da sociedade, que combate o pensamento cartesiano quanto ao tratamento dado à vida em comum (CAPRA, 2003; GIRARDI, 2006).

Um dos primeiros relatórios, publicado em 1972, intitulado *Limites do Crescimento*, apontava para o crescente ritmo do consumo social, em todo mundo, que resultaria em um colapso do ecossistema global, por isso a necessidade de despertar para as tendências catastróficas que este modelo desenvolvimentista poderia ou não ocasionar. No entanto, foi somente nos anos 1980 que o termo Desenvolvimento Sustentável foi utilizado pela primeira vez, pela Aliança para a Natureza (UICN).

Ou seja, havia naquele período uma ebulição de ideias contrárias à gestão dos

recursos naturais como simples “combustíveis” para o desenvolvimento de indústrias, que era ligado à premissa de crescimento. O Manifesto, então, estava sintonizado com o discurso pró-meio ambiente e, de acordo com Cavalcanti (2008) “comentava a omissão de discussão quanto a taxas de retorno do projeto, usos alternativos do dinheiro público destinado a Suape, relação de custo-benefício da iniciativa, etc.”.

Ainda segundo o pesquisador, os aspectos ambientais simplesmente eram nulos no projeto e apenas o vetor econômico era levado em consideração, seguindo uma lógica destrutiva baseada no chamado “desenvolvimento a todo custo”. O documento dedicava metade de sua argumentação a contestações no plano econômico. Era imperioso que assim procedesse, por duas razões principais. Primeiro, porque a economia era o móvel essencial do projeto. Em segundo lugar, porque, na época, não havia condições de uma análise de parâmetros ecológicos, até por nenhuma iniciativa pública (do tipo da Transamazônica, da ponte Rio-Niterói, Itaipu, Programa Nuclear, etc., empreendimentos de então) abrir espaço para avaliações de impacto ambiental. O tema simplesmente não existia (CAVALCANTI, 2008, p. 7).

O documento, de acordo com Cavalcanti (2008), gerou repercussões que vieram sob forma de respostas publicadas em jornais da época, como o Diário de Pernambuco e o Jornal do Commercio. O pesquisador cita, como exemplo, uma nota oficial publicada no Diário de Pernambuco, no dia 08 de abril de 1975, pelo Serviço de Imprensa de Pernambuco (governo estadual). O teor da nota é uma contestação ao manifesto e afirma que o mesmo foi escrito com base apenas em aspectos emocionais e por pessoas que desconheciam completamente o assunto. Afirmava que o viés ambiental estava protegido e não havia risco de poluição. Mas, o que chama mais atenção na nota é a defesa do projeto Suape com sustentação argumentativa no plano econômico e as promessas de emprego e aumento da qualidade de vida.

Aqui, dizemos que chama atenção por ser o principal argumento desde aquela época até os dias atuais, e que, infelizmente, após inúmeros estudos realizados para a região, o que ficou comprovado é que não houve melhora na qualidade de vida das pessoas, que ao contrário, sofreram com o inchaço populacional e os problemas decorrentes disso, como o crescimento desordenado das cidades e a falta de saneamento. Na verdade, o discurso de emprego e renda, publicitado desde os anos 1970, atraiu milhares de trabalhadores vindos de todo lugar do Brasil e que quando chegaram a Pernambuco se depararam com o desemprego em massa.

Nesse ponto, concordamos com Cavalcanti (2008) quando afirma haver um grave desentendimento entre os saberes ecológicos e a busca desenfreada pelo crescimento econômico, que muitas vezes “abafa” as vozes dissonantes. É como se fosse uma espécie de “heresia” seguir em direção contrária ao discurso oficial, cuja argumentação é veiculada massivamente na imprensa e parece impregnar o pensamento público.

Aí fica patente o descompasso entre o pensamento ecológico dos que levantavam razões contra a obra e a crença cega, dominante também nos dias atuais, nos poderes ilimitados do crescimento econômico (escondido, este, sob o disfarce perigoso do desenvolvimento). A crença era (é) de todos, praticamente. (CAVALCANTI, 2008, p.10)

Também existiram algumas manifestações tímidas que propunham uma reflexão sobre o tema. Assim foi com um editorial publicado pelo Diário de Pernambuco, em 08/04/1975, que dizia ser “Inegável o otimismo fofo com que o projeto de Suape se viu cercado, numa repetição atualizada do ufanismo”. Também reconhecia que os signatários do manifesto não eram “pessoas que necessitam de alvoroços impressos para se fazerem lembradas”, que não deveriam ser temidos, e que o debate era necessário. Usando um discurso parecido, o Jornal do Commercio também publicou um editorial em 10/04/1975 e que perguntava: “Será Suape uma ilusão, uma utopia, um gasto excessivo, um planejamento sem sentido?”

No âmbito da política, algumas vozes apareceram propondo um aprofundamento sobre o tema, como o então deputado da oposição, Roberto Freire (MDB), que em face do manifesto, justificava a convocação de uma audiência pública, uma vez que a Assembleia Legislativa de Pernambuco não poderia se furtar à discussão da matéria. Outro deputado do MDB, Marcus Cunha, pediu na ocasião a transcrição do manifesto, em ata, defendendo que o assunto interessava “de perto, ao povo pernambucano” (Diário de Pernambuco, 1975 apud CAVALCANTI, 2008).

No entanto, a posição geral e dominante era a favor do projeto Suape. O JC, no dia 09/04/1975 (apud CAVALCANTI, 2008), publica um editorial em defesa do empreendimento lembrando que o historiador pernambucano Oliveira Lima (1867- 1928) considerava “que o Recife era a capital mundial da inveja”, e questionava: “A quem interessam os emocionais debates políticos em torno de Suape? Certamente, àqueles mesmo de quem falava Oliveira Lima”. Seguiu afirmando que Suape daria a Pernambuco importante área com o poder de atrair para o Estado outros projetos, até mesmo uma refinaria. Nesse mesmo sentido, o Diário de Pernambuco, em 10/04/1975, publicou, através

da coluna “Periscópio”, do jornalista Edmundo Morais, um posicionamento afirmando que “Não entendo ... como vozes pernambucanas se levantam contra esta cópia de iniciativas que me parecem vitais para o nosso Estado. Entenderia, sim, se tais vozes fossem paulistas, bahianas, embora em nenhum momento duvide da boa fé e da honestidade de propósitos dos qualificados opositores de Suape” (apud CAVALCANTI, 2008).

Toda essa movimentação instigou uma nova publicação dos cientistas contrários ao projeto e que haviam participado do primeiro manifesto. Intitulada de “Ainda a propósito de Suape”, a nota foi publicada na íntegra no JC, enquanto o Diário de Pernambuco, o Jornal da Cidade e o Jornal da Semana publicaram apenas trechos considerados por eles mais importantes. O teor do documento era fundamentado em princípios ecológicos e rebatia as críticas afirmando que o posicionamento superava o aspecto apenas estético, que a região sofreria, abrangendo muito mais a qualidade de vida das pessoas ligada diretamente à saúde do meio ambiente.

Cavalcanti (2008) ressalta que a partir dessa nova publicação, as reações contrárias se tornam mais agressivas. O pesquisador cita como exemplo, publicação assinada por Marco Aurélio de Alcântara, em sua coluna “Panorama Econômico” (DP,13.4.1975), que proclamava ter uma “filosofia e ideologia ... desenvolvimentista”. A publicação considerava que:

A contestação a Suape é uma mesquinha do pior tipo (...) Inadmissível que um grupo de intelectuais responsáveis vá aos jornais criticar um projeto que somente benefícios trará ao Estado (...) Não é concebível que se procure obstruir um projeto de governo sob uma perspectiva naturalista da paisagem de Pernambuco, que, como geografia bucólica, pode servir ao deleite estético, mas não se transforma em riqueza geradora de empresas e bem-estar para milhares de pessoas (...) E Pernambuco? Continuará a oferecer ao Brasil esse espetáculo degradante de inveja, mesquinhez, paroquialismo e caciquismo em torno de seu projeto maior, Suape?

A posição favorável a Suape também aparece em figuras públicas, como, inclusive, políticos ligados à oposição, a exemplo de deputado cassado, ligado ao então exilado Miguel Arraes, Artur Lima Cavalcanti, que, de acordo com Cavalcanti (2008), era expoente da oposição ao regime militar em Pernambuco e amigo íntimo de Renato Carneiro Campos (signatário do manifesto). Para o político, Suape é “um empreendimento que representa uma das únicas saídas para a região (...) como fonte de progresso, de mão-de-obra e bem-estar social”, discurso publicado no Diário de Pernambuco, em 14/04/1975.

O mesmo aconteceu com o senador Marcos Freire, principal líder da oposição aos militares em Pernambuco, que discursou no senado a favor da obra. No dia seguinte, o

Diário, em 16/04/1975, publicou a fala do político que dizia “Ninguém pode ser contra um complexo industrial portuário que venha tornar mais dinâmico o ritmo de nosso progresso” e que “É preciso ser a favor de Suape, não apenas porque vai carrear recursos (...) mas pelo fato, que se possa demonstrar, de ser ele, entre outras possíveis, a alternativa mais válida e oportuna para todos nós”. Todo esse contexto era para Cavalcanti (2008) um cenário completamente favorável para o projeto já que as opiniões contrárias praticamente não eram noticiadas enquanto que os posicionamentos favoráveis foram sistematicamente publicados pela imprensa da época, o que estruturava a opinião pública na mesma direção:

Dada a importância de Marcos Freire no cenário político da época, sua posição “isenta e serena” é óbvio que isolava mais o manifesto do que arregimentava opiniões a seu favor. Ou seja, ajudava os promotores da ideia. A imprensa soube aproveitar isso com manchetes de primeira página (CAVALCANTI, 2008, p. 17).

O fato é que as vozes contrárias não surtiram efeito para se repensar o empreendimento e a obra teve o aval para continuar. Assim, em novembro de 1978 cria-se a empresa Suape – Complexo Industrial Portuário, objetivando administrar a implantação do distrito industrial, o desenvolvimento das obras no momento já iniciadas e a exploração das atividades portuárias.

Em 1983, Suape inicia a operação, com o uso do Pier de Granéis Líquidos (PGL-1) e com a movimentação do álcool pela Petrobrás, ao que se sucederam, após a transferência das empresas de combustíveis do Porto do Recife para lá, a BR Distribuidora, a Shell e a Texaco, apenas para citar algumas das mais conhecidas, formando o “Pool de Derivados de Petróleo”.

Já em 1991 inaugura-se o “Cais de Múltiplos Usos”, com o objetivo de movimentar contêineres e granéis sólidos, diversificando o desembarque de outros tipos de cargas, além dos combustíveis que inicialmente ativaram o porto. A partir de então, Suape entra na lista dos 11 portos prioritários do Brasil, e em 1996 é incluído no “Programa Brasil em Ação” recebendo direcionamento de recursos públicos federais de investimentos, e implementando a construção da primeira etapa do seu porto interno, concluída em 1999 (MEDEIROS et al. 2014).

No ano de 2001 é inaugurado o PGL-2 e inicia-se a construção da segunda etapa do seu porto interno, estendendo o número de cais agora para 4. Nesse mesmo ano, os cais 2 e 3 do porto interno são arrendados pela empresa Tecon Suape. Em 2002 inicia-se a duplicação da avenida portuária e a construção do 1º Prédio da Central de Operações Portuárias, obras necessárias para atender à expansão do porto e ao aumento de sua

movimentação. O ano de 2005 marca a definição da instalação da Refinaria General José Inácio Abreu e Lima em Pernambuco.

Em 2007, durante o governo Lula (PT), tem início o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O programa tinha como objetivo promover a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país e atende cerca de 40 mil empreendimentos, entre eles, a Refinaria Abreu e Lima, em Suape (Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2018).

O período em que o programa é criado compreende o governo de Eduardo Campos (PSB), em Pernambuco. Eduardo foi eleito governador do estado no mesmo tempo que Lula era reeleito presidente. Exímio estrategista, o governador busca alavancar de vez as obras da refinaria e para isso procura o apoio federal. Este último, por sua vez, enxerga a possibilidade de se popularizar ainda mais com o seu nome ligado a uma obra tida como estratégica para o Brasil. Somada à transposição do Rio São Francisco e à ferrovia Transnordestina, Lula e Eduardo se viam ligados por interesses eleitorais comuns.

Eis que também surge uma terceira figura: Hugo Chávez, presidente da Venezuela, nação reconhecida mundialmente por suas reservas petrolíferas. Ainda em 2005, Lula e o representante venezuelano trataram um acordo com o intuito de dividir os custos e os ganhos com a RNEST. A matéria do JC Online intitulada “Sem PDVSA, custo da refinaria fica menor”, publicada em 31/05/2011, resgata detalhes do acordo.

Costa lembra que em fevereiro de 2005, os governos do Brasil e da Venezuela assinaram 17 protocolos de entendimento. Na época, antes da descoberta das reservas do pré-sal, a Petrobras tinha interesse em explorar reservas gigantes de petróleo no campo de Carabobo, na Venezuela. Na ocasião, o presidente Lula disse que abrigaria uma refinaria o Estado brasileiro que oferecesse infraestrutura e um sócio para o projeto. Hugo Chávez sugeriu que a unidade fosse em Pernambuco e fosse batizada de Abreu e Lima (nome do general que lutou ao lado de Simon Bolívar pela independência da Venezuela). (GUARDA, A. Sem PDVSA, custo da refinaria fica menor. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Economia. Notícia. 31 maio 2015).

Segundo o acordo inicial, a refinaria seria construída com um aporte de 60% do valor pela Petrobras e os restantes 40% pela estatal venezuelana Petroleos de Venezuela SA (PDVSA). Mas o que parecia ser uma parceria de sucesso acabou se tornando um imbróglio político internacional. O Brasil aguardava a contrapartida da Venezuela, que nunca acontecia, e esta última afirmava que setores na Petrobras dificultavam a participação venezuelana.

Chávez disse que também reclamou sobre a situação com o ex- presidente do Brasil e antecessor de Dilma, Luiz Inácio Lula da Silva. "Eles falaram

não sei quantas vezes para Lula que estava tudo pronto e não estava, faltava isso, faltava aquilo", disse Chávez. "Lamento falar essas coisas, mas é a verdade. Estou convencido de que existem setores ou atores na Petrobrás que não querem o acordo", disse Chávez. "Eu não me refiro ao governo do Brasil". (Chávez critica Petrobras por atraso em obra de refinaria Abreu e Lima. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Economia. Notícia. 29 set. 2011).

O fato é que Lula terminou seu período legal de governo sem conseguir firmar a parceria com a Venezuela. No entanto, a Petrobras iniciou as obras três anos depois do acordo sem a participação da PDVSA porque não houve consenso sobre o montante que a estatal venezuelana destinaria à obra. E finalmente, em 2013, a Petrobras se pronuncia e afirma que terminaria sozinha a construção da RNEST, após a incorporação da refinaria, uma vez que as negociações com a empresa venezuelana não avançaram. Dessa forma, a Petrobras assume todos os custos sozinha, e observa o valor da obra saltar de R\$ 2,5 bilhões, em 2005, para cerca de R\$ 20 bilhões.

Apesar do salto nos custos da refinaria, a quebra total de uma possível parceria com a PDVSA não acarreta em grandes demonstrações de insatisfações pública. Na verdade, apenas o senador na época Jarbas Vasconcelos (PMDB) se posicionou publicamente para cobrar explicações sobre saída da Venezuela da Refinaria Abreu e Lima. A fala do senador foi divulgada pela matéria "Jarbas quer explicações sobre saída da Venezuela da Refinaria Abreu e Lima", publicada pelo JC Online no dia 17/10/2013, em que o político exige que o governo brasileiro solicite explicações formais da Petróleos da Venezuela AS (PDVSA) para o seu afastamento da parceria com a Petrobras na construção e operação da Refinaria Abreu e Lima.

À parte da confusão internacional, o governo pernambucano contava com as verbas aprovadas de Brasília (DF) destinadas às obras da refinaria, e colhe para si a "mina de ouro" que era Suape. O projeto passa a ser o grande mote discursivo eleitoral, base propagandista de Eduardo Campos, e por tudo isso, assunto quase que irreparável ou amplamente blindado em Pernambuco. Era como se o passado, lá nos anos 70, quando o empreendimento estava sendo lançado, estivesse de volta nos anos 2000. Era tido como "profano" quem no estado se levantasse contra a obra ou questionasse o modelo implantado. E o governo sabia disso. O "oba oba" invadia as redações e uma "enxurrada" de matérias positivas sobre o local era publicada.

Suape, entre 2005 (início das obras da refinaria) e 2013, imediatamente antes a morte de Eduardo Campos, era o novo Eldorado pernambucano. Promessa de desenvolvimento e emprego, o complexo seria, de acordo com o discurso oficial, o

responsável por tirar o estado do atraso industrial e obter um PIB maior do que o gerado pelo Brasil.

Um exemplo disso é uma matéria publicada no dia 25/08/2013 ressaltando Suape como a salvação econômica do Estado e do seu desenvolvimento. Intitulada de “Suape salvou a economia do Estado”, a matéria é longa e traz um histórico do desenvolvimento econômico de Pernambuco, desde a cana-de-açúcar até o polo industrial.

É composta de diversas fontes, e realmente, se caracteriza perfeitamente na editoria de Economia. A notícia é bastante positiva para o empreendimento, contudo, por ser puramente econômica, todas as falas utilizadas reforçam o discurso de desenvolvimento como a da economista e professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Tânia Bacelar, o presidente da Agência Condepe/Fidem, ligada ao Estado, Maurílio Lima e Rodolfo (o jornal não dá mais informações sobre a fonte) também da Condepe/Fidem, fragilizando os demais aspectos da situação, como o ambiental, por exemplo. Aliás, este ocupa lugar no último parágrafo da notícia em que diz: “Resta agora melhorar na questão ambiental. ‘Temos de sair dessa fase de encantamento e cobrar mais pelos impactos socioambientais negativos que não dão para esconder. Fazer de conta que não trouxe impactos negativos é ruim, temos de enfrentá- los’, considera a economista Tânia Bacelar”, sem esclarecer que impactos são esses ou medidas devem ser tomadas para evitar/minimizar as interferências nos ecossistemas.

Com o discurso pronto e a propaganda positiva sendo divulgada gratuitamente na imprensa pernambucana, Eduardo Campos lança voo e tenta conseguir a cadeira da presidência do Brasil, em 2014. Para isso, disputa a autoria da obra com Dilma Rouseff, eleita pelo PT em 2010, e o clima “azedado” entre os dois. A matéria “Dilma “corta” fala de Eduardo aos operários em Suape”, publicada em 17/12/2013 pelo JC Online, já traz no subtítulo o desconforto político entre eles: “Primeira visita da presidente após rompimento político com o governador é marcado por saia justa e deixa clara tensão existente na relação entre PT e PSB”. Ou seja, é possível notar dois fatos: um que há, de fato, a briga pra se ter o nome oficialmente ligado à RNEST, visto que Dilma veio a Pernambuco falar com os operários da refinaria; e outro, que a fusão PT-PSB, formada com Lula e Eduardo, estava rachada, com Eduardo e Dilma.

A tão comentada “saia justa” aconteceu porque, apesar da presença do então governador de Pernambuco na refinaria, junto com a presidenta, a palavra não lhe foi concedida. Além disso, a própria construção noticiosa causa certa estranheza no leitor, por

quase emitir juízo de valor numa possível disputa de quem foi mais festejado pelos trabalhadores.

A palavra não foi concedida ao governador Eduardo Campos, provável adversário político da presidente nas eleições 2014. Eduardo só falou quando ambos chegaram ao Estaleiro Atlântico Sul, duas horas depois do horário previsto. Lá, tanto ele quanto Dilma foram bastante festejados, embora a festa tenha sido maior para a presidente. (GUARDA, A. e SERRA, B. Dilma "corta" fala de Eduardo aos operários em Suape. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Política. Notícia. 17 dez. 2013).

Na verdade, antes mesmo da visita presidencial, os jornais já noticiavam o racha entre os partidos, agora, completamente explicitado pela agenda política de Dilma. A matéria “Vinda de tropa presidencial anima petistas”, publicada quase um mês antes da vinda da presidenta, em 23/11/2013, assinada por Bruna Serra, setorista de política do *Jornal do Commercio*, na época, traz a fala do advogado Bruno Ribeiro, que tomaria posse como vice-presidente do PT durante o período. De acordo com a publicação, Bruno “Destacou que o PT fará o debate político mostrando que os avanços experimentados nos últimos dez anos no Estado têm a digital do governo federal, com as gestões Lula e Dilma”. Ou seja, a fala exclui completamente a participação do PSB na obra, através do então governador do Estado, Eduardo Campos.

Além disso, o advogado faz questão de marcar o rompimento da aliança PT- PSB, em todas as esferas regionais.

Vamos apresentar ao Brasil e aos pernambucanos que o desenvolvimento, o Estaleiro Atlântico Sul, a Refinaria Abreu e Lima, a Fiat e diversos outros empreendimentos que se instalaram em Pernambuco são fruto do trabalho e das decisões políticas do governo do PT. É natural que o presidente do PSB faça as movimentações dele. Mas a aliança de 19 anos chegou ao fim, não existe mais nacional e nem localmente”, disparou Ribeiro. (SERRA, B. Vinda de tropa presidencial anima petistas. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Política. Notícia. 23 nov. 2013).

A quebra da aliança é instigada pelo então senador Armando Monteiro (PTB) e candidato na época a governador do Estado. Armando parte para o ataque, flertando com o PT e questionando um dos principais pilares que Eduardo tentava manter em pé, que era a imagem de uma “nova política”. Para o senador, Eduardo era um político convencional, e que, agora, era preciso construir um momento “pós-Eduardo.” A crítica foi realizada durante a entrevista de Armando Monteiro para o JC Online, publicada no dia 10/12/2013, intitulada "Eduardo encarna a nova política?".

No dia 21/12/2013, Eduardo rebate as críticas e os posicionamentos contrários à sua

posição política. Em entrevista ao JC Online, o futuro candidato à presidência afirmou que o “discurso de mágoa, de raiva, de ressentimento, foi testado e derrotado”. Com isso, Eduardo sinaliza que não se arrepende de tentar voo solitário em direção a presidente do Brasil, mesmo que implicasse em quebrar uma união tida como consolidada com o PT.

Sem receio, o então candidato da época afirmou que “uma série de questões que já eram muito ruins antes de Suape ter esta situação. Já eram péssimas. O padrão de desenvolvimento da Mata Sul pernambucana nunca foi sustentável, correto, humanamente perfeito. Tem a marca da escravidão, a marca da maior mortalidade infantil, da pior habitabilidade da região. Esta era a situação real. (Eduardo Campos: 'o discurso da mágoa já foi derrotado'. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Política. Entrevista. 21 dez. 2013).

A fala tenta preservá-lo das péssimas condições encontradas em Suape, mesmo em 2013, sete anos após seu governo. O discurso de Eduardo joga para o governador anterior a ele, Jarbas Vasconcelos (PMDB), a culpa pela região permanecer com sérios problemas estruturais. Além disso, com o apoio de Eduardo, o Recife elege Geraldo Júlio prefeito, em 2012, quebrando o ciclo de 12 anos do PT na prefeitura da capital pernambucana. O discurso do governador também atinge os petistas na gestão municipal, como o ex-prefeito João Paulo, que afirmou, após ter a sua gestão na PCR comparada com o Estado, que Eduardo "se beneficiou do sucesso dos governos do PT".

De acordo com a matéria “João Paulo reage a críticas de Eduardo Campos”, publicada em 14/12/2013, o político do PT destacou várias obras em Pernambuco que possuem o DNA do governo federal, como a Hemobrás, a Refinaria Abreu e Lima, o Estaleiro Atlântico Sul, a Via Mangue e o Corredor Leste-Oeste. A afirmação é uma clara tentativa de excluir a ação do PSB para que as obras citadas acontecessem, promovendo ao Governo Federal (PT, com Lula e Dilma) a responsabilidade pelos empreendimentos.

O clima acirrado entre os partidos contamina a política nacional, no ano que antecede as eleições. A ruptura entre PSB e PT, expondo a RNEST, que hora passa a ser uma obra de sucesso e outra um fracasso, também atrai a atenção de outros candidatos. Um exemplo é o então presidente nacional do PSDB, o senador Aécio Neves (MG). A matéria “Aécio vê proximidade entre PSDB e aliança PSB-Marina”, publicada em 16/10/2013, traz a informação de que o político afirmou que as posições defendidas pela ex-senadora Marina Silva e pelo governador de Pernambuco, na época, Eduardo Campos (PSB), são próximas das ideias dos tucanos. O discurso é motivado, principalmente, por enfraquecer o PT, como evidenciado pela fala de Aécio Neves contida na matéria: “Acho que a Marina, assim como

o próprio Eduardo, percebem que este é um governo que caminha para o seu encerramento, porque ele fracassou”. A matéria ainda traz a informação de que “Citando o aumento da previsão de preços da refinaria de Abreu e Lima e da transposição do rio São Francisco, Aécio Neves disse que ‘o Brasil não pode aceitar o padrão da ineficiência como algo normal”.

Toda essa movimentação nos bastidores da política acaba contribuindo para o atraso das obras e o encarecimento das mesmas. O calendário de inauguração passa a ser ditado pelo calendário eleitoral e fica à mercê, hora do governo estadual que chama para si a responsabilidade pelo empreendimento, hora pelo poder federal, que conclama sua marca na refinaria.

A matéria “Dilma e Eduardo: pressão política custa caro”, publicada em 11/08/2013, reflete os danos causados por conta dos impasses políticos. A publicação é assinada por Giovanni Sandes, setorista de Política do Jornal do Commercio, e traz a informação de que “Mudanças em projeto de olho no calendário eleitoral trazem prejuízos bilionários”.

A pressão eleitoral em canteiros de obra custa caro, uma “herança maldita para governos de sucessores que é paga, ao final, pela população. Em Pernambuco, megaprojetos federais do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva feitos a toque de caixa e que ajudaram na eleição da então ministra Dilma Rousseff (PT), hoje presidente de olho na reeleição, cobram o custo da ingerência política: só a Refinaria Abreu e Lima acumula R\$ 2 bilhões em erros de projeto. (SANDES, G. Dilma e Eduardo: pressão política custa caro. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Política. Notícia. 11 agos. 2013)

Além disso, o jornalista ainda repercute o atraso dos empreendimentos, que demoram a ficar prontos, não somente pelos erros no projeto, como também por pressões exercidas no campo político.

Dilma tem enfrentado o problema com as duas obras federais, destaques locais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Lançado em 2007, o programa foi o alicerce da campanha da “mãe do PAC” e, só para se ter uma ideia da pressão política, definia que exatamente em 30 e 31 de dezembro de 2010, Lula e Dilma entregariam 19 obras, de R\$ 21,5 bilhões, entre elas a refinaria e o Eixo Leste da transposição. (SANDES, G. Dilma e Eduardo: pressão política custa caro. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Política. Notícia. 11 agos. 2013).

Aqui vale lembrar o ano da notícia, 2013. Ou seja, três anos após o prazo estipulado pelo governo federal petista para a entrega da Refinaria Abreu e Lima e do Eixo Leste da Transposição do Rio São Francisco.

Para se ter uma ideia do montante gasto com o empreendimento, a matéria “Refinaria contratará mais 3 mil funcionários”, publicada pelo Jornal do Commercio, em

24/03/2012, traz a informação de que “Todos os meses, a Petrobras desembolsa R\$ 800 milhões para a obra. Para efeito de comparação, o valor é suficiente para construir uma indústria do porte da Companhia Brasileira de Vidros Planos (CBVP), anunciada em Goiana com investimento de R\$ 770 milhões.”.

Por isso, com tantos recursos, a Refinaria Abreu e Lima continua sendo uma joia eleitoreira, o que se repercute também no governo Paulo Câmara (PSB), eleito em 2014 e sucessor direto de Eduardo Campos, morto numa tragédia de avião. No entanto, o político assiste “de mãos atadas” a obra ser paralisada constantemente devido a vários indícios de corrupção.

É chegado o tempo de uma das maiores operações policiais da história do Brasil: a Operação Lava Jato.

No dia 17 de março de 2014, a Polícia Federal deflagrou a operação que viria a ser conhecida como Lava Jato, unificando quatro investigações que apuravam a prática de crimes financeiros e desvio de recursos públicos.

As operações receberam os nomes de Dolce Vita, Bidone, Casablanca e Lava Jato. Enquanto as três primeiras correspondem a títulos de filmes clássicos, escolhidos de acordo com o perfil individual de cada doleiro, o nome Lava Jato faz referência a uma rede de lavanderias e um posto de combustíveis de Brasília que era utilizado por uma das organizações criminosas investigadas inicialmente para movimentar dinheiro ilícito. Inicialmente, foi identificada a atuação dos principais personagens do mercado clandestino de câmbio no Brasil no esquema criminoso investigado. Esses doleiros eram responsáveis pela movimentação financeira e lavagem de dinheiro de inúmeras pessoas físicas e jurídicas, o que acabava por envolver uma grande diversidade de outros crimes, como tráfico internacional de drogas, corrupção de agentes públicos, sonegação fiscal, evasão de divisas, extração, contrabando de pedras preciosas, desvios de recursos públicos, dentre outros.

Num primeiro momento, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF/MF) registrou que o grupo realizou operações financeiras atípicas que superavam R\$ 10 bilhões. O avanço das investigações permitiu descobrir que os doleiros facilitavam também o repasse de propinas ajustadas em desfavor da Administração Pública Federal e decorrentes de contratos públicos celebrados mediante fraude em processos licitatórios.

A análise do material apreendido nas diversas buscas determinadas pela Justiça Federal demonstrou a indicação política de agentes públicos que promoviam e facilitavam a

contratação fraudulenta de bens e serviços com sobrepreço. Segundo informações de investigados e réus colaboradores, também houve a formação de cartéis em diversos setores econômicos, o que causou grave prejuízo financeiro às empresas públicas contratantes. Fraudes em processos licitatórios eram realizadas para permitir a celebração de contratos das empreiteiras envolvidas no esquema criminosos com diversos setores da Petrobras. Entre eles, a Refinaria Abreu e Lima.

Em 03 de março de 2015 é publicada pelo Diário de Pernambuco a primeira matéria que toca na política local quando o assunto é corrupção. Intitulada de “Youssef afirma que Eduardo Campos recebeu R\$ 10 milhões de propina pagos por empreiteiras”, a notícia repercute o depoimento dado pelo doleiro Alberto Yousseff à Operação Lava-Jato em que o mesmo afirma que o ex-governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB) recebeu entre 2010 e 2011 R\$ 10 milhões de propina por meio de contrato com um consórcio formado pelas empreiteiras Odebrecht e OAS, responsável pela execução de obras da Refinaria de Abreu e Lima. “Ainda de acordo com Youssef, a propina destinada a Eduardo Campos ocorreu para o governo de Pernambuco não criar dificuldades nas obras.”

A denúncia é grave e pode explicar o motivo pelo qual a RNEST passou a ser construída “a todo custo”, mesmo com fortes indícios de que não era viável economicamente e ambientalmente danosa à região, sem esquecer os milhares de trabalhadores demitidos e com direitos desrespeitados.

A matéria traz as respostas divulgadas pelo PSB e pela família Campos, em forma de intertítulo. Segue o trecho:

(...) repelir veementemente a tentativa de envolver um a pessoa que não está mais aqui para se defender". A nota afirma ainda que "todo mundo sabe" que a Petrobras é a responsável pela execução da obra "com contratos feitos pela diretoria da empresa, sem conexão alguma com o governo de Pernambuco. (Youssef afirma que Eduardo Campos recebeu R\$ 10 milhões de propina pagos por empreiteiras *Diário de Pernambuco*. Pernambuco. Política. Notícia. 03 mar. 2015).

A resposta é contraditória, uma vez que há vasto material jornalístico dando conta da relação do Governo de Pernambuco com a obra da refinaria e a Petrobras.

No dia 10/03 o Diário segue acompanhando o tema e publica a matéria “Fernando Bezerra nega que tenha recebido "doação" de Youssef para campanha de reeleição de Eduardo”, em Política. A notícia é densa, com 13 parágrafos, e segue repercutindo as declarações feitas pelo o doleiro Alberto Youssef, que envolve o Governo de Pernambuco no esquema de corrupção dentro da Petrobras e a RNEST. Desta vez, as denúncias recaem sobre Fernando Bezerra Coelho, que à época de 2010 era secretário do Desenvolvimento do

Estado de Pernambuco e dirigente do Porto de Suape, e teria recebido propinas para financiar a reeleição do ex-governador Eduardo Campos em 2010.

Por meio de nota publicada na matéria, Bezerra afirmou que "não atuou na coordenação ou captação de doações para a campanha à reeleição do ex-governador Eduardo Campos" e que "não conhece ou manteve contatos com Alberto Yousseff", publicado pelo DP, Política em 10/03/2015.

Apesar da declaração de Fernando Bezerra, a Polícia Federal deu prosseguimento às investigações e realizou operações na casa do político, como noticiado na matéria "Lava Jato apreende documentos nas casas de Eduardo da Fonte, de FBC e na Refinaria Abreu e Lima", publicada pelo JC Online, no dia 14/07/2015.

De acordo com a matéria, documentos, HDs e notebooks foram apreendidos pela Polícia Federal nas casas do senador Fernando Bezerra Coelho (PSB) e do deputado federal Eduardo da Fonte (PP), acusados de receber dinheiro desviado da Petrobras, e na Refinaria Abreu e Lima, no Porto de Suape, durante o cumprimento de oito mandados de busca e apreensão de uma nova fase da Operação Lava Jato em Pernambuco. Ainda segundo a reportagem, em Brasília, a Polícia Federal também esteve nos apartamentos de Eduardo da Fonte e Fernando Bezerra Coelho.

Os mandados foram baseados em processos instaurados a partir de provas obtidas na Operação Lava Jato. Novamente por meio de nota, o senador Fernando Bezerra Coelho se colocou à disposição para colaborar com as investigações e fornecer todas as informações demandadas. Já o deputado Eduardo da Fonte ainda não se pronunciou sobre a operação.

Mais de um ano depois, percebe-se que o processo investigativo contra o senador Fernando Bezerra Coelho e as investigações envolvendo a RNEST no período do governo Eduardo Campos seguiu adiante, como exposto na matéria "Fernando Bezerra acusado de desviar dinheiro de refinaria para campanha de Eduardo Campos", publicada em 03/10/2016, na editoria de Política.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, denunciou ao Supremo Tribunal Federal (STF) o senador Fernando Bezerra Coelho (PSB), o ex-presidente da Companhia Pernambucana de Gás e o empresário dono do avião que se acidentou com o então candidato à Presidência em 2014 Eduardo Campos (PSB) pelo recebimento de R\$ 41,5 milhões em propinas de empreiteiras nas obras da Refinaria de Abreu e Lima, da Petrobras, em Pernambuco.

Na denúncia de 64 páginas, o procurador-geral da República aponta que grande parte

dos recursos desviados da Petrobras por meio das empreiteiras Queiroz Galvão, OAS e Camargo Corrêa teriam abastecido o caixa da campanha de Campos à reeleição para o governo do Estado de Pernambuco em 2010.

Os nomes do senador e de Eduardo Campos voltam a aparecer, desta vez em outra investigação. De acordo com a matéria “Comprador de avião era 'entregador' de propina de Eduardo Campos, aponta PF”, publicada em 03/08/2016, pelo Diário de Pernambuco, os políticos tinham ligação com um empresário, dono do avião que caiu e vitimou Eduardo Campos. O elo entre eles era criminoso e servia para lavagem de dinheiro.

Ao indiciar 20 investigados na Operação Turbulência, a Polícia Federal apontou o empresário João Carlos Lyra Pessoa de Melo Filho como líder de suposto grupo criminoso e encarregado de entregar propina da empreiteira Camargo Corrêa ao ex-governador Eduardo Campos - morto em acidente aéreo em agosto de 2014 - e ao senador Fernando Coelho Bezerra (PSB-PE), pai do ministro das Minas e Energia do governo interino Michel Temer (PMDB), Fernando Filho. (Comprador de avião era 'entregador' de propina de Eduardo Campos, aponta PF *Diário de Pernambuco*. Pernambuco. Política. Notícia. 03 agos. 2016).

A notícia traz a informação de que os investigadores da Turbulência, em busca dos verdadeiros proprietários do jatinho, mapearam uma teia de empresas de fachada utilizadas para lavar e supostamente escoar dinheiro oriundo de obras públicas para campanhas políticas. Apesar de ser outra operação, independente da Lava Jato, a investigação sinaliza o mesmo objetivo criminoso de desvio de verbas para sustentar campanhas eleitorais.

A matéria explica que “estão na mira da PF repasses da Camargo Corrêa e da OAS que teria origem em desvios praticados em obras da Petrobras realizadas no Estado e na transposição do Rio de São Francisco.”.

O mesmo teor investigativo e de denúncia também é publicado pelo Jornal do Commercio, no dia 03/08/2016, com a matéria “Eduardo Campos e FBC são citados como "clientes" em denúncia do MPF da Operação Turbulência”, assinada por Marcela Balbino e Paulo Veras.

A nível nacional, as investigações culminaram na criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, conhecida como CPI da Petrobras. Além dela, os deputados federais também criaram um grupo investigativo, denominado Comissão de Trabalho, de Administração e do Serviço Público (CTASP). O grupo esteve presente nos canteiros de obras em Suape, como noticiado na matéria “Comissão da Câmara dos Deputados realiza visita técnica na Refinaria Abreu e Lima”, publicada pelo JC Online, no dia 08/05/2015.

Além dos objetivos práticos como a criação de um relatório sobre as condições

encontradas no local, a visita deixou transparecer o aspecto político do ato.

É um caos generalizado que o PT fez aqui em Pernambuco. Lula e Dilma vieram para estourar champanhe, botar navio no mar e depois deixar essa esculhambação que a gente está vendo aqui", afirmou o deputado federal Augusto Coutinho (SD), membro da CTASP e que organizou a visita. (ARAÚJO. M. Comissão da Câmara dos Deputados realiza visita técnica na Refinaria Abreu e Lima. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Política. Notícia. 08 maio 2015).

A despeito de toda a movimentação política em torno da RNEST, o fato é que nacionalmente a presidente Dilma Rousseff perdeu o cargo após sofrer um processo de impeachment, em que o vice-presidente Michel Temer assumiu o posto maior da nação. Já localmente, o governador Paulo Câmara segue governando e parece não se contaminar com os inúmeros processos judiciais sobre a refinaria.

Ao contrário, Câmara, assim como aconteceu nos anos anteriores citados anteriormente, na era Lula-Dilma-Eduardo, continua utilizando as obras da RNEST como um trampolim eleitoral. A matéria "Paulo Câmara anuncia a continuidade das obras da Refinaria Abreu e Lima", publicada pelo JC Online, no dia 09/07/2015, explicita a conduta do político.

Paulo Câmara reitera a importância da conclusão das obras da Refinaria Abreu e Lima para que ela comece a funcionar "a pleno vapor". "É importante não apenas para Pernambuco, mas também para a economia brasileira, que precisa voltar a crescer e criar empregos", completou. (Paulo Câmara anuncia a continuidade das obras da Refinaria Abreu e Lima *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Política. Notícia. 09 jul.2015).

De acordo com a notícia "Paulo diz que "medidas irresponsáveis" do governo federal tiraram empregos de Pernambuco", publicada em 04/09/2015, pelo JC Online, o governador coloca na conta da ingerência federal a conta pelas demissões, ignorando as investigações policiais no canteiro de obras.

Estamos tendo muitas dificuldades em relação a empreendimentos do governo federal. Principalmente à refinaria (Abreu e Lima), que já era para estar pronta, parou no meio, demitiu gente demais e agora em 2015 talvez retorne a funcionar. (BENITES, F. *Jornal do Commercio*. Paulo diz que "medidas irresponsáveis" do governo federal tiraram empregos de Pernambuco. Pernambuco. Política. Notícia. 04 set. 2015).

Paulo evita, segundo a notícia, especificar que ações do governo federal fizeram com que as obras atrasassem.

Eu não digo medidas irresponsáveis do governo federal, mas digo que hoje tudo o que está acontecendo na Petrobras foi falta de condução de seus diretores em relação a essa empresa. Isso afetou Pernambuco porque temos um empreendimento que já era para estar pronto, já para estar

gerando renda. (BENITES, F. Paulo diz que "medidas irresponsáveis" do governo federal tiraram empregos de Pernambuco. *Jornal do Commercio*.. Pernambuco. Política. Notícia. 04 set. 2015).

Por fim, já em 2016, talvez por ter percebido o fracasso que é a refinaria construída em Suape, Paulo recua um pouco no discurso pró-RNEST e foca em outras obras. Isso fica claro na matéria publicada no dia 27/10/2016, no Diário de Pernambuco, intitulada “Em reunião, Paulo Câmara apresenta lista de prioridades a Temer”. Já no subtítulo percebemos o recuo, quando “A preocupação do socialista foi centrada nas grandes obras hídricas e de logística”, sem citar a refinaria.

A preocupação do socialista foi centrada nas grandes obras hídricas e de logística, como a Transposição do São Francisco, a Adutora do Agreste e a requalificação e duplicação da BR-232. A devolução da autonomia de Suape também foi assunto do almoço com o peemedebista. Paulo Câmara foi ao encontro, que aconteceu no Palácio do Planalto, acompanhado do vice-governador e correligionário de Temer, Raul Henry (PMDB). Ao fim, avaliou a reunião como “positiva”. (*Diário de Pernambuco*. Em reunião, Paulo Câmara apresenta lista de prioridades a Temer. Pernambuco. Política. Notícia. 27 out. 2016).

Fica clara a intenção de Paulo de evitar ter seu nome associado a uma obra falida, uma vez que no mesmo ano, meses antes, em julho, ele cobrava celeridade para a RNEST. Agora, mesmo diante do presidente Michel Temer, Paulo Câmara opta por tratar de outros temas como prioridades, deixando de lado a refinaria. Uma conduta impensável pelo que vinha acontecendo antes.

Durante o almoço, Câmara também externalizou preocupação com dois problemas que têm afetado fortemente o estado, que são a violência urbana e a crise no sistema prisional. De acordo com o socialista, ambos os temas precisam de uma articulação para o seu enfrentamento. “Sem uma atuação conjunta, da União, estados, municípios e demais Poderes da República, não teremos um sucesso perene no combate à criminalidade”, falou. Depois de conversar com Michel Temer, o governador teve uma audiência com o ministro da Defesa, o pernambucano Raul Jungmann, quando voltou a falar da questão da segurança pública. (Em reunião, Paulo Câmara apresenta lista de prioridades a Temer. *Diário de Pernambuco*. Pernambuco. Política. Notícia. 27 out. 2016).

Podemos perceber como Suape teve o seu valor relativizado pelos interesses políticos na região. Desde o início, quando o local passou a ser estratégico, politicamente falando, o viés econômico e o discurso desenvolvimentista permearam a área e cercaram posições contrárias. Ainda na fase de pré-instalação do Complexo Industrial e Portuário de Suape já havia a exclusão de falas contestadoras e questionadoras do modelo hegemônico pensado para a região. Consequentemente, os discursos oficiais tiveram ampla divulgação e

passaram a dominar as discussões sobre o tema, ao mesmo tempo em que as notícias negligenciaram outros aspectos importantes, como a preservação ambiental e outras propostas de desenvolvimento para a área.

Esse conjunto de fatores empobreceu o debate sobre Suape e contribuiu para a manutenção do poder dominante das elites políticas aliadas a interesses particulares. Mesmo décadas depois, a imprensa pernambucana se manteve na postura otimista e bondosa com os empreendimentos ligados à Suape, como a Refinaria Abreu e Lima. Questionamentos profundos e contundentes sobre os impactos socioambientais gerados pela obra não foram realizados e a abordagem midiática já na fase de instalação da RNEST permaneceu rasa e superficial.

5 DO DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA AO DESENCANTO

Ao longo do processo de análise das 167 notícias, coletadas nos portais JC Online e Diário de Pernambuco nos anos de 2014, 2015 e 2016, ficou clara a dificuldade enfrentada pelos jornais de permanecer em defesa da RNEST ante o “bombardeio” dos casos de corrupção que vieram à tona em Suape. Percebemos uma nítida contradição nos dois portais quanto a isso, uma vez que ambos lançam matérias e editoriais a favor do empreendimento, mas, no dia a dia das notícias, há inúmeras publicações dando conta das irregularidades praticadas no local e que, inevitavelmente, conduzem o projeto à falência.

Em análises feitas entre 2007 e 2013, era possível perceber um encantamento com o anúncio da construção da Refinaria Abreu e Lima. A refinaria era tida como salvação econômica para o Estado e região, e abriu-se um precedente bastante perigoso no âmbito público: o discurso positivo sobre a obra extrapolava as falas oficiais e contaminava as redações. Não havia espaço para tratar de outras perspectivas, como o meio ambiente, por exemplo, ou a opinião contrária de quem discordava do projeto.

Na matéria intitulada “Uma visita ao futuro”, publicada pelo JC Online, no dia 14/05/2011, o jornalista traz a voz de um estudante em que numa visita à Suape diz: “Essas indústrias vão trazer emprego e renda para Pernambuco. O Nordeste nunca foi considerado pelo Brasil e agora nós somos motivo de orgulho para a nossa região. Antes as pessoas saíam daqui em busca de emprego e agora elas estão vindo para cá”. A fala escolhida é colocada para contextualizar o cenário no significado positivo, de desenvolvimento, além de propagar uma ideia de avanço, visto que antes a região era atrasada, segundo a fonte usada. Além disso, o discurso positivo econômico também já aparece no título quando a notícia é o fato de alunos irem visitar Suape como uma “Visita ao futuro”, o que conota desenvolvimento ou avanço de algo muito bom.

No dia 05/01/2013 foi publicada a matéria “Refinaria Abreu e Lima vai produzir diesel verde”, que aborda a nova forma de refino realizada na Refinaria Abreu e Lima. De acordo com a notícia, a técnica é menos poluente. Já no lead há a informação de que “Pelo menos 70% do processamento de petróleo da unidade será dedicado à produção de diesel e o combustível estará alinhado à onda verde do mercado”, o que apoia o discurso estatal de desenvolvimento com responsabilidade ambiental, em que o termo “onda verde” consagra essa ideia. Contudo, os demais impactos no meio ambiente não são explicitados, e nem o porquê de se implantar a chamada “onda verde” ou o seu conceito.

No dia 13/02/2013 é publicada pelo JC a matéria “Brasil importou volume recorde

de gasolina em 2012”, da Agência Estado, e representa bem o discurso midiático observado até aqui, que apoia a voz do Estado em relação a desenvolvimento. A notícia aborda o prejuízo para a economia brasileira de ter que importar gasolina por não ser um país produtor de petróleo. O fato, de acordo com a matéria, tende a melhorar com a construção da Refinaria Abreu e Lima, colocando o empreendimento como salvação para o problema.

- (1) Diante da incapacidade de produzir mais derivados no curto e médio prazos, o Brasil vê distanciar-se ano a ano o sonho da autossuficiência em petróleo e derivados [...] O cenário deve melhorar com a entrada em operação da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, em 2014, segundo a previsão da Petrobras. (Brasil importou volume recorde de gasolina em 2012. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Economia. Notícia. 13 fev. 2013).

Este tipo de discurso é perigoso à sociedade, pois se sabe que as atividades industriais do porte das que ocorrem em Suape geram diversos impactos negativos ao meio ambiente, além de conflitos sociais, e quando a realidade retratada pela mídia é de apenas benefícios ocasiona alienação aos leitores e perpetua as irresponsabilidades praticadas pelas empresas.

Já durante o período analisado neste trabalho, de 2014 a 2016, inicialmente, há uma tendência dos portais de comunicação a permanecer em defesa da refinaria, mesmo quando as denúncias de irregularidades já se intensificavam e a situação dos trabalhadores beirava o caos social.

Por exemplo, a matéria “Refinaria recebe a licença de operação. Petrobras já pode marcar inauguração” publicada pelo Diário no dia 17/11/2014, aborda a licença concedida pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) que permite o início da operação do empreendimento. Apesar de a matéria ter um forte apelo ambiental, a mesma está inserida na editoria de Economia e não possui nenhuma fonte, contribuindo para o empobrecimento do conteúdo e a baixa contextualização do fato.

Aliás, no último parágrafo do texto há um enaltecimento das características da refinaria, sem levar em conta qualquer tipo de risco que a atividade pode acarretar.

- (2) A Abreu e Lima terá capacidade de processamento de 230 mil barris de petróleo por dia e será a unidade da Petrobras com maior taxa de conversão de petróleo cru em diesel (70%). No total, a produção de diesel da Rnest será de 161 mil barris por dia. Ou seja, a cada 100 barris de petróleo processados, 70 barris de diesel S-10 (com baixo teor de enxofre) serão produzidos. Além de diesel, a refinaria ainda produzirá gasolina, Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), óleo combustível e coque. (DANTAS. R. Refinaria recebe a licença de operação. Petrobras já pode marcar inauguração. *Diário de Pernambuco*. Pernambuco. Economia. Notícia. 25 nov. 2014).

Termos como “maior” e enunciações entre parênteses tal como “com baixo teor de enxofre” dão um caráter positivo ao empreendimento que é notoriamente poluidor.

A matéria intitulada “Petrobras tem primeira receita com a Refinaria Abreu e Lima”, em 17/12/2014, Economia, repercute a venda inaugural de um dos produtos gerados pela refinaria. O JC Online reproduziu a notícia via Agência Brasil. A abordagem proposta se encaixa perfeitamente na editoria de Economia por reproduzir apenas o discurso econômico, com direito a citações e desdobramentos dessas falas apenas dentro do contexto de números, lucros e prejuízos.

- (3) Ela (Graça Foster) disse que a primeira nota fiscal foi emitida para a Petrobras Distribuidora, com volume de aproximadamente 1.600 metros cúbicos (m³) do produto. O diretor de Abastecimento, José Carlos Cosenza, disse que, com a operação, a importação de derivados, principalmente de diesel e de gasolina, deverá ser reduzida em 100 mil barris por dia. A refinaria dispõe para o mercado local 13 mil m³ de diesel S-500 (teor de enxofre de 500 partes por milhão). (Petrobras tem primeira receita com a Refinaria Abreu e Lima *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Economia. Notícia. 17 dez. 2014).

Por se tratar da reprodução de um release o *Jornal do Commercio* perde a oportunidade de apurar a notícia. Assim, a matéria é construída apenas com fontes oficiais – a presidenta da Petrobras, na época era Graça Foster, e um diretor da empresa – o que a torna pouco contextualizada.

Com o passar do tempo, especialmente a partir de 2015, as informações acerca de corrupção e comprometimento das operações da RNEST se tornaram impossíveis de serem ignoradas pelos jornais, que se veem obrigados a reportar os escândalos políticos. É quando, para as redações, “a ficha parece cair”. O empreendimento estava fadado à falência. Está tudo noticiado.

Um exemplo é a matéria publicada em Política, no JC Online, “Pediram para omitir que Abreu e Lima daria prejuízo, diz ex-gerente da Petrobras”, no dia 07/02/2015. A notícia repercute o depoimento prestado pela ex-gerente da Petrobras, Venina Velosa, à justiça. É interessante que em dezembro o *Diário* já havia publicado o mesmo teor desse depoimento sendo que em uma entrevista, pela Agência Estado. Só em fevereiro, o JC deu espaço ao tema, via Agência Brasil.

O fato é grave e expõe a vontade política de que a refinaria saísse do papel a todo custo, mesmo sabendo que o empreendimento traria prejuízos, inclusive, econômicos.

- (4) A ex-gerente da Área de Abastecimento da Petrobras, Venina Velosa, disse, em depoimento prestado ontem (6) à Justiça Federal em Curitiba, que recebeu um pedido para omitir de seus relatórios que a construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, era um

projeto que traria prejuízos financeiros para a estatal. (*Jornal do Commercio*. Pediram para omitir que Abreu e Lima daria prejuízo, diz ex-gerente da Petrobras. Pernambuco. Política. Notícia. 07 fev. 2015).

É cada vez mais notória a farsa que foi montada, com respaldo da mídia tradicional, para que se acreditasse que a RNEST seria uma “salvação econômica” para o chamado desenvolvimento do estado, quando, na verdade, o projeto apresentava sérias falhas econômicas e de planejamento. Agora, fica praticamente impossível manter um filtro noticioso positivo para os fatos relacionados à refinaria.

- (5) Ela disse ao juiz que os ex-diretores Paulo Roberto Costa e Renato Duque, ex-diretores de Abastecimento e de Serviços, respectivamente, sabiam que a refinaria teria retorno negativo de US\$ 3 bilhões. Mesmo tendo sido alertados, ambos determinaram a execução do projeto, segundo ela. A execução foi aprovada em 2012 pelo Conselho de Administração, com investimento de US\$ 17 bilhões. (Pediram para omitir que Abreu e Lima daria prejuízo, diz ex-gerente da Petrobras. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Política. Notícia. 07 fev. 2015).

Nesse sentido, o Diário também revela o desequilíbrio econômico da obra, que compromete o discurso prévio de desenvolvimento e crescimento econômico. O aspecto é evidenciado pela matéria “Perdas com a Refinaria Abreu e Lima podem constar no balanço da Petrobras”, publicada na editoria de Política, no dia 21/01/2015. Após as revelações feitas pelo ex diretor de abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, a própria empresa solta nota à imprensa reconhecendo que a RNEST trouxe prejuízo aos negócios da Petrobras.

- (6) O balanço do terceiro trimestre de 2014 da Petrobras pode incluir os prejuízos decorrentes de contratos envolvendo negócios com a Refinaria Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco, investigados pela Operação Lava-Jato. (Perdas com a Refinaria Abreu e Lima podem constar no balanço da Petrobras. Pernambuco *Diario de Pernambuco*. Política. Notícia. 21 jan. 2015).

Na verdade, há um atraso na divulgação dos números de 2014, que segundo a Petrobras é em decorrência das investigações da Lava Jato, uma vez "que levou auditores independentes a se negarem a assinar o balanço do terceiro trimestre.”.

E, finalmente, há uma mudança de postura dos veículos analisados. Percebemos um tom de frustração nas notícias e tentativas de encontrar justificativas para o fracasso da refinaria.

Isso fica evidente, por exemplo, na matéria “Operação plena da Refinaria Abreu e Lima só em 2019”, publicada no dia 29/02/2016, no Diário, que explora o atraso na conclusão da refinaria. Já no título é possível notar o tom de desapontamento com o fato

quando a construção textual utiliza o termo “só”, que denota uma expectativa não atendida e expõe uma frustração com a data.

- (7) O governo federal já considera mais um atraso na operação da Refinaria Abreu e Lima (Rnest), localizada no Complexo Industrial Portuário de Suape. No balanço das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que foi publicado ontem pelo Ministério do Planejamento, a previsão é de que o segundo trem de refino (ou a segunda etapa do projeto) entre em operação no início de 2019. [...] No ano passado, durante divulgação do Plano de Negócios e Gestão da estatal 2015-2019, os diretores da companhia afirmaram que a operação plena do empreendimento havia ficado para 2018. (DANTAS. R. Operação plena da Refinaria Abreu e Lima só em 2019. *Diario de Pernambuco*. Pernambuco. Economia. Notícia. 29 fev.2016).

A decepção fica ainda mais evidente com a construção frasal encontrada na primeira linha “O governo federal já considera mais um atraso na operação da Refinaria Abreu e Lima” com a utilização das palavras “mais um atraso”. Além disso, a notícia traz a explicação para o sentimento de desalento com a informação de que essa não foi a primeira vez que o atraso ocorreu: “No ano passado, durante divulgação do Plano de Negócios e Gestão da estatal 2015-2019, os diretores da companhia afirmaram que a operação plena do empreendimento havia ficado para 2018.”.

Ou seja, como a matéria foi publicada em 2016, em 2015 ocorreu um anúncio prometendo a conclusão para 2018, o que não se concretizou. Aqui também podemos perceber o desencanto, quando o texto enuncia “[...] afirmaram que a operação plena do empreendimento havia ficado para 2018”. Os termos “havia ficado para 2018” empresta o sentido de que algo já era pra estar acontecendo e que teve que ser adiado.

Outro exemplo bastante significativo é a notícia intitulada “Refinaria Abreu e Lima: um ano em operação e sem muito a comemorar”, também publicada pelo *Diario*, desta vez no dia 05/09/2015. Já no subtítulo lemos “Projeto que prometia ser o motor de aceleração da economia do estado ainda hoje não cumpriu os prazos da produção”, e percebemos, claramente, o tom frustrante na construção frasal, a começar pelas palavras escolhidas “prometia ser” e “ainda hoje não cumpriu” o que demonstra haver uma expectativa de uma realidade que não se realizou. Além disso, no título é exposto que havia um desejo positivo em torno do funcionamento da refinaria, e que, apesar de ter iniciado a operação, não foi alcançada a tão esperada comemoração pela obra.

A mesma sensação aparece no lead: “Os planos não foram seguidos tão à risca. A produção teve início, mas a capacidade ficou limitada e a construção não foi concluída.”. É possível notar pela conjunção coordenativa adversativa “mas”, que expressa a ideia de

contraste, e, portanto, promove o sentido de frustração, uma vez que “a capacidade ficou limitada e a construção não foi concluída.”.

No segundo parágrafo ainda há mais construções frasais que trazem a mesma ideia, como por exemplo, “Inicialmente orçado em US\$ 2,5 bilhões, o valor da obra saltou para US\$ 18,5 bilhões”, que com o verbo “saltou” a notícia mostra uma surpresa negativa com o valor do empreendimento.

- (8) O orçamento fez com que o empreendimento figurasse entre os principais cenários da Operação Lava-Jato, que investiga esquema de corrupção nos contratos da Petrobras. Com isso, algumas licitações foram suspensas e o andamento da obra está abaixo do desejado. (DANTAS. R. Refinaria Abreu e Lima: um ano em operação e sem muito a comemorar. *Diario de Pernambuco*. Pernambuco. Economia. Notícia. 05 set. 2015).

Essa sequência também comprova que o discurso midiático apresenta um desencanto com o projeto, principalmente, quando traz explicitamente a ideia de contraste entre o início e o atual estágio da obra, que no exemplo (8), aparece em “[...] o andamento da obra está abaixo do desejado.”.

O JC segue a mesma linha e publica em 29/03/2016 a notícia “Má gestão e Lava Jato fazem refinaria perder R\$9 bilhões em 2015”, em Economia. A matéria traz a informação de que “A Refinaria Abreu e Lima ainda está bem distante de operar a sua plena capacidade, mas já sofreu depreciação em seu ativo (patrimônio)” evidencia um sentimento de pesar quando utiliza os termos “ainda está bem distante” e na mesma linha “mas já sofreu depreciação”, que significa que mesmo sem funcionar plenamente, o empreendimento já carrega prejuízos.

A sensação de frustração também aparece no final do texto quando vai se referir à capacidade da RNEST: “A refinaria tem capacidade para processar 230 mil barris de petróleo por dia, mas, só está fazendo 100 mil, porque não concluiu a fábrica.”. É possível notar o desapontamento na notícia quando faz a comparação entre o que a obra poderia gerar e o que ela, de fato, produz.

Textos opinativos e editoriais são lançados, como os últimos esforços de uma mídia que parece não acreditar naquilo que está noticiando – o comprometimento total do projeto. A Operação Lava Jato, nesse sentido, é amplamente colocada como um dos principais fatores responsáveis pelo fim do “sonho pernambucano”. Com isso, a falta de planejamento, a má gestão e a corrupção são tratadas como assuntos secundários, e, não, como as principais contribuições para a falibilidade da RNEST.

Os demais temas também permanecem com menos destaques, como os processos

socioambientais e os danos sofridos em consequência de uma obra mal planejada. O discurso econômico continua sendo pronunciado pelos órgãos oficiais, que se esforçam em negar que tenha sido um equívoco a instalação de uma refinaria no estado.

Um exemplo é a matéria intitulada “Complexo Portuário de Suape comemora 38 anos de construção”, publicada pelo Diário, no dia 05/11/2016, e que dá a impressão de ignorar todas as matérias publicadas anteriormente, dando conta de inúmeros casos de corrupção, de danos ambientais e sociais, e faz uma homenagem ao empreendimento que abriga a refinaria.

- (9) Certa vez me chamaram de louco por eu dizer que naquele terreno acidentado haveria uma refinaria de petróleo e mais na frente um estaleiro. Disseram ser impossível. Mas estava tudo no master plan e eu acreditava. Hoje me emociono ao ver que as pedras se tornaram edifícios, a poeira virou estrada e o sonho está realizado”, diz com orgulho de quem se denomina “acionista afetivo” do complexo. (DANTAS. R. *Diário de Pernambuco*. Complexo Portuário de Suape comemora 38 anos de construção. Economia. Notícia. 05 nov. 2016).

O trecho acima, extraído do lead da matéria, exemplifica como a construção noticiosa esquece a realidade danosa da obra e seleciona um depoimento com um discurso positivo acerca do projeto. Além disso, carrega também na voz do personagem, uma contradição, quando o mesmo afirma que “o sonho está realizado”. Na verdade, as notícias, de forma sequencial, demonstram que o empreendimento não ficou pronto e teve seu início marcado pelo imprevisto.

O último parágrafo é reservado para comentar sobre os benefícios do Complexo Portuário de Suape, o que envolve números e dados positivos da obra. Contudo, mesmo presente dentro do complexo, a refinaria não é citada e não são apresentados números expressivos ligados a ela.

- (10) De janeiro a setembro deste ano, passaram pelo porto 37.843 veículos. Deste total, 11.806 foram importados e 26.037 foram exportados. O balanço das operações também aponta que o ancoradouro tem a maior movimentação no comparativo com os demais portos públicos do Brasil, com 12.517.486 toneladas de cargas. O número representa um incremento de 24,11% neste tipo de operação, em comparação com o ano anterior. (DANTAS. R. Complexo Portuário de Suape comemora 38 anos de construção. *Diário de Pernambuco*. Economia. Notícia. 05 nov. 2016).

A publicação “Os sonhos de crescimento”, publicada no dia 20/03/2016, pelo Diário, traz uma entrevista com o presidente do jornal, Alexandre Rands. O tom utilizado no texto é bem positivo e baseado em projeções futuras, mesmo quando toca em assuntos delicados, economicamente falando, como a refinaria.

- (11) A não conclusão de alguns projetos envolvendo o setor público, como a Refinaria [...] certamente reduziu a perspectiva de impacto econômico desses empreendimentos. Entretanto, parte dos impactos positivos dos grandes empreendimentos deve ser sentida quando a economia brasileira voltar a crescer. Ou seja, há ainda perspectivas de crescimento de Pernambuco superior aos níveis nacionais por vários anos após a retomada. (Os sonhos de crescimento. *Diário de Pernambuco*. Pernambuco. Economia. Entrevista. 20 mar. 2016).

A entrevista é uma forma encontrada pelo portal para manter o tema “aquecido” e com esperança de que apesar de no tempo presente a RNEST não gerar o que foi prometido, ainda é possível que no futuro a obra consiga atingir o que se esperava dela.

Já o JC Online publica “Refinaria Abreu e Lima turbina movimentação de cargas do Porto de Suape”, no dia 22/10/2015, e ao contrário do que vinha publicando, o portal muda a construção textual e dá uma injeção de ânimo ao empreendimento.

- (12) Apesar de não estar operando na sua capacidade total, a unidade de refino colocou Suape na liderança nacional na movimentação de granéis líquidos (petróleo e derivados), ultrapassando inclusive o Porto de Santos. (Refinaria Abreu e Lima turbina movimentação de cargas do Porto de Suape. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Economia. Notícia. 22 out. 2015).

Embora seja observada a expressão “apesar de” para ilustrar um sentimento de frustração pela não conclusão da obra, a RNEST é colocada numa posição de destaque, num enfoque bem positivo.

A fala escolhida para a matéria é a do secretário estadual de Desenvolvimento Econômico e presidente do Complexo de Suape, Thiago Norões, e indica ainda mais o filtro positivo pelo qual a notícia foi construída: “Apesar do cenário econômico desafiador do Brasil, Suape apresenta um crescimento consistente e nossa expectativa é encerrar o ano com um aumento de cerca de 30%”. O discurso é muito parecido com os dos anos anteriores, quando havia o boom noticiário desenvolvimentista ao se referir à refinaria. Ainda mais impactante por vir em um momento em que os jornais noticiam a todo instante os prejuízos causados pela falta de planejamento e corrupção nos canteiros de obra do empreendimento.

O mesmo acontece com o Diário na matéria intitulada “Na contramão do país, Pernambuco segue rumo ao crescimento de 3%”, publicada na editoria de Economia, no dia 12/12/2014 e carrega o típico discurso econômico positivo, que era bastante utilizado antes do início da operação da refinaria.

A notícia começa com “A economia pernambucana prossegue a trajetória ascendente. O bom desempenho da indústria e do setor de serviços alavancaram o

crescimento” e traz como única fonte o presidente da Agência Condepe-Fidem, Maurílio Lima. Com isso, a construção textual explora apenas os aspectos econômicos pelo viés positivo e não questiona os demais desdobramentos da obra, como a questão socioambiental, por exemplo. Seguindo a “receita de bolo” encontrada nos anos que antecederam a instalação da RNEST, a matéria termina com um parágrafo destinado à refinaria como a base esperançosa do crescimento econômico do estado.

(13) A entrada em operação da Refinaria Abreu e Lima com a produção de diesel e o início das atividades da fábrica Jeep em Goiana, prevista para o primeiro semestre de 2015, devem alavancar a economia do estado nos próximos anos. (FALCÃO.

R. Na contramão do país, Pernambuco segue rumo ao crescimento de 3%. *Diário de Pernambuco*. Economia. Notícia. 12 dez. 2014).

Observando o material analisado, encontramos três grandes categorias nas quais está evidente a falência do projeto: econômica, ambiental e social. É o que vamos expor nos tópicos a seguir.

5.1 CATEGORIA ECONÔMICA

Com o avanço das investigações policiais envolvendo a RNEST, pessoas ligadas à obra forneceram depoimentos detalhados sobre como o empreendimento não era viável para a região e o contexto da época. Esse fato atinge diretamente um dos pilares da refinaria, que é justamente o econômico. Ora, vimos que, na verdade, a economia era o fator principal ligado ao projeto, largamente anunciado pelas instituições oficiais e a mídia, e esse elemento estava comprometido.

O JC Online é o primeiro a relatar os problemas enfrentados economicamente pela refinaria, antes mesmo de entrar em operação. No mês de março de 2014, o veículo publica três matérias, todas relacionadas ao tema. Intituladas “Descontos não barateiam construção da Refinaria Abreu e Lima”, Política em 30/03/2014, “Mais R\$ 1 bilhão em aditivos vêm por aí para a Refinaria Abreu e Lima”, Política em 23/03/2014, e “Refinaria Abreu e Lima: uma conta que não fecha”, Política em 23/03/2014, as três notícias estão inseridas na editoria de Política e abordam, de uma forma geral, o desequilíbrio financeiro que envolve a obra.

Vale destacar que os indícios de prejuízos financeiros à Petrobras em construir a refinaria partem inclusive de fontes oficiais, como o Tribunal de Conta da União, como pode ser observado no exemplo (14).

(14)O empreendimento começou a ficar caro antes de colocar a primeira

estaca. A falta de detalhamento do projeto inicial provocou uma avalanche de problemas. ‘As estimativas de custos não representavam a realidade da obra, porque a Petrobras não contrata seus empreendimentos adotando as determinações da Lei de Licitações, que prevê o detalhamento no projeto executivo. A empresa usa o modelo de contratação integrada, com risco maior para o contratado’, explica o Secretário de Fiscalização de Obras de Energia e Saneamento do Tribunal de Contas da União (TCU), Eduardo Nery. (GUARDA. A. *Jornal do Commercio*. Refinaria Abreu e Lima: uma conta que não fecha. Pernambuco. Política. Notícia. 23 mar. 2014).

Causa certo estranhamento o fato de que uma obra desse porte não contenha “detalhamento do projeto inicial”. Também é de se questionar o porquê de a Petrobras escolher o “modelo de contratação integrada, com risco maior para o contratado.” A resposta para essa pergunta parece ser o que motiva, inclusive, o Secretário de Fiscalização de Obras de Energia e Saneamento do Tribunal de Contas da União (TCU), Eduardo Nery, citado na reportagem, e que investia a razão da empresa não ter escolhido um dispositivo que garantisse maior segurança econômica como as determinações da Lei de Licitações. Além disso, a falta de planejamento da obra também acarreta graves danos sociais, evidenciados no trecho a seguir.

(15)A estatal chegou a relincar cinco contratos para reduzir o orçamento mas, nos anos seguintes, os custos só fizeram crescer. Um exemplo foi a mão-de-obra. No começo, a previsão era de 10 mil operários na construção. A projeção de pico foi inflada para 28 mil e hoje já são 42 mil trabalhadores no canteiro. O aumento foi para acelerar o descompasso no cronograma. (GUARDA. A. Refinaria Abreu e Lima: uma conta que não fecha. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Política. Notícia. 23 mar. 2014).

O chamado “descompasso no cronograma” teve seu efeito já no final do mesmo ano, em 2014, em que os trabalhadores foram demitidos aos milhares, já que a obra estava comprometida no nível de planejamento/cronograma e não tinha sustentação para manter a mão-de-obra contratada.

A matéria “Descontos não barateiam construção da Refinaria Abreu e Lima”, publicada no dia 30/03/2014, reforça a conotação política que envolve o empreendimento e se “camufla” em meio aos contratos da RNEST. A notícia traz algumas informações graves, que comprometem o plano de ação da obra, uma vez que atingem a base legal do empreendimento, como pode ser observado no exemplo (16).

(16)O governo do Estado concedeu, em setembro de 2013, desconto em parte dos impostos pagos pelas empreiteiras que comandam a polêmica, superfaturada e questionada construção da Refinaria Abreu e Lima (Rnest), no Complexo de Suape. O benefício restrito às empresas que formam 12 consórcios à frente da obra. (LIMA. F.

Jornal do Commercio. Descontos não barateiam construção da Refinaria Abreu e Lima. Pernambuco. Política. Notícia. 30 mar. 2014).

É interessante observar o tom utilizado para se referir à RNEST neste momento. Se antes, as notícias “bombardeavam” os leitores com termos relacionados à refinaria com “desenvolvimento”, “sonho” e “empregos”, agora vemos “polêmica”, “superfaturada” e “questionada”. É uma guinada jornalística. A mídia percebe os sinais de fracasso emitidos pelo projeto e passa a repercuti-los publicamente. Além disso, é preocupante a “escolha” feita pelo Estado por um complexo de 12 empresas “aptas” para receber descontos sobre os impostos, quando todas as demais ligadas à obra não foram contempladas. O jornal compartilha com o público esta preocupação quando afirma:

(17) Sem a benesse, a refinaria, que hoje estima-se está orçada em US\$ 17 bilhões, ficaria ainda mais cara. E a conta do aumento seria colocada nas costas do governo de Pernambuco por não controlar um ambiente de insegurança jurídica. (LIMA. F. *Jornal do Commercio*. Descontos não barateiam construção da Refinaria Abreu e Lima. Pernambuco. Política. Notícia. 30 mar. 2014).

O JC Online, sagazmente, revela a conexão existente entre os benefícios econômicos dispensados às empresas e o comprometimento delas em financiar campanhas políticas.

(18) Sem contar que fazem parte da obra da Rnest os maiores grupos de construção civil do País, doadores importantes de campanhas eleitorais. (LIMA. F. *Jornal do Commercio*. Descontos não barateiam construção da Refinaria Abreu e Lima. Pernambuco. Política. Notícia. 30 mar. 2014).

Com isso, o discurso oficial de desenvolvimento e geração de empregos tem a sua legitimidade abalada, quando os indícios apontam para a Petrobrás como um “balcão” de negócios políticos e interesses particulares em detrimento do público.

(19) O pleito partiu da própria Petrobras, segundo relatou a Secretaria da Fazenda, que analisou o pedido em conjunto com a pasta de Desenvolvimento Econômico. (LIMA. F. *Jornal do Commercio*. Descontos não barateiam construção da Refinaria Abreu e Lima. Pernambuco. Política. Notícia. 30 mar. 2014).

Ou seja, partiu da maior empresa pública do país o interesse para que houvesse empresas particulares indicadas para receber descontos nos impostos. E ainda de que se não fossem realizadas essas manobras, a turbulência envolvendo a refinaria seria bem maior, com risco, inclusive, de paralisar completamente a obra.

(20) Nos bastidores, a análise é que a confusão teria potencial para interromper as obras, que já estão atrasadas em quatro anos. (LIMA. F. Descontos não barateiam construção da Refinaria Abreu e Lima. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Política. Notícia. 30 mar. 2014).

Nesse trecho tem-se uma clara alusão de que algo não está correto e que teria o potencial de interromper o projeto. Consequentemente, cabe perguntar o que realmente motiva o Estado e a Petrobras a se esforçarem para que o empreendimento aconteça de qualquer forma? Esse questionamento encontra respaldo em outra notícia divulgada, dessa vez pelo Diário, no dia 20/01/2015. Intitulada “Paulo Roberto Costa nega ser o culpado pelo prejuízo bilionário da Petrobras em Pernambuco”, a notícia repercute a defesa do ex-diretor de abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, frente às acusações feitas pela empresa responsabilizando-o pelos prejuízos bilionários acumulados.

Após a prisão de diretores e políticos envolvidos diretamente com a obra, passam a surgir novas informações que explicam o porquê da falibilidade do projeto. Paulo Roberto Costa, por exemplo, por meio de seu advogado, afirmou que foi realizado um plano de antecipação da refinaria por toda a diretoria executiva da empresa em 2007, inclusive com o aval da presidente Graça Foster, na época. A informação vai em direção contrária ao que determina o próprio corpo técnico da empresa, de que a antecipação das obras não é recomendada em fase inicial.

A “pressa” em tirar a obra do papel custou caro, e até os dias atuais a RNEST ainda não se concretizou. Nesse sentido, a matéria ainda traz a informação de que “As receitas futuras do projeto, quando estiver em pleno funcionamento, não devem bancar os prejuízos do investimento. Ou seja, a obra nascerá operando no vermelho.” É possível perceber uma determinada vontade dos envolvidos, que desde o início tentou “bancar” o projeto sem as condições corretas de planejamento e execução. A atitude comprometeu o principal fator levantado pelas autoridades para justificar a refinaria: o viés econômico.

(21) Em 2009, o projeto já dava sinais que estava com a rentabilidade comprometida. A diretoria da Petrobras, no entanto, aprovou que a construção da refinaria entrasse formalmente em sua fase de execução. (*Diário de Pernambuco*. Paulo Roberto Costa nega ser o culpado pelo prejuízo bilionário da Petrobras em Pernambuco. Pernambuco. Política. Notícia. 20 jan. 2015).

Em 05/02/2015 é publicado um texto opinativo, pelo Diário, e autoria do jornalista Vandek Santiago. Intitulado de "A importância de Abreu e Lima". O texto vem em defesa da refinaria. Como é um texto opinativo, o autor faz uso de uma linguagem coloquial e aproveita essa liberdade para se posicionar em relação a discursos anteriores, ou possíveis

críticas, uma vez que a Petrobras, responsável pela refinaria, tem sido alvo de investigações policiais.

(22) Para começo de conversa é preciso que se diga: lugar de ladrão é na cadeia, ideologia (qualquer que seja ela) não atenua crime de corrupção e corruptos devem ser tratados com toda a intolerância permitida por lei. Ponto. Feita a ressalva, diga-se: a refinaria Abreu e Lima já é um patrimônio de Pernambuco. Foi um dos investimentos que impulsionaram a nossa economia, aumentando e diversificando a oferta de empregos e contribuindo para que nosso crescimento tenha se mantido acima da média do Brasil. (SANTIAGO. V. A importância de Abreu e Lima. *Diario de Pernambuco*. Pernambuco. Opinião. 05 fev. 2015).

O texto segue pregando que o empreendimento é sinônimo de desenvolvimento "A nós, pernambucanos e nordestinos, não interessa apostar no fracasso no empreendimento ou na criação de dificuldades capazes de lhe atrapalhar o desenvolvimento".

Outro fato interessante de se observar é de que mesmo após inúmeras matérias, publicadas pelo mesmo veículo, sobre tantos casos de desrespeito a direitos trabalhistas e sociais, o jornalista afirma "Neste momento a refinaria está em fase de corte de empregos, dada a conclusão de obras em que trabalhavam." Atenua o fato de não ter havido um planejamento das obras nem de que fortes indícios davam conta de que o projeto não era viável (dito pela própria diretoria da Petrobras) e do grave dano social causado pelo desemprego de milhares de trabalhadores.

Por fim, o texto ressalta que a refinaria seria a salvação econômica para Pernambuco, com o trecho "e um Nordeste, que, ressalve-se, tem respondido positivamente aos investimentos, obtendo índices de crescimento superiores ao do país". Com a afirmação, o jornalista ignora o fato de que os números divulgados de crescimento econômico não se refletem na qualidade de vida da população, que continua marginalizada e vulnerável.

Seguindo a linha de defesa da refinaria, o JC assim como o Diario fez, publica a matéria "Refinaria conclui a 1ª fase, mas não há motivo para festa", no dia 18/03/2015 e assinada pela jornalista Emília Felipe, em tom de reflexão sobre a situação da RNEST. O texto é melancólico e demonstra uma frustração com o impasse envolvendo o empreendimento.

(23) Pernambuco deveria estar comemorando. Depois de mais de duas décadas de acalanto, o que era um projeto distante tomou corpo e finalmente poderia caminhar para realizar seu propósito [...] "Mas o que era expectativa de vigor econômico e autossuficiência de combustíveis virou frustração, já que a Rnest é um dos pontos mais sensíveis da operação Lava Jato. (FELIPE. E. *Jornal do*

Commercio. Refinaria conclui a 1ª fase, mas não há motivo para festa. Pernambuco. Economia. Notícia. 18 mar. 2015).

Os verbos ‘deveria’ e ‘poderia’ indicam uma ação que deixou de ocorrer, que havia uma possibilidade e que, no entanto, não existe mais. Aqui, o texto marca claramente o sentimento de frustração e de modo sutil transfere para a operação Lava Jato a responsabilidade de ter interrompido o projeto.

(24) E, para os pernambucanos, fica o “meio-sonho”, a desconfiança de que os milhões vazados nas propinas investigados pela Polícia Federal poderiam ter dado ao Estado o projeto inteiro. (FELIPE.

E. *Jornal do Comercio*. Refinaria conclui a 1ª fase, mas não há motivo para festa. Pernambuco. Economia. Notícia. 18 mar. 2015).

Vê-se, então, que desde o primeiro paragrafo há um posicionamento favorável à obra. Também é notório o tom de decepção frente às investigações policiais que envolvem a refinaria. As palavras-chave “expectativa de vigor econômico”, “autossuficiência”, “frustração” e “meio-sonho” constroem um cenário de dissabor. E fala como o povo pernambucano, assumindo um papel de voz popular que pretende fortalecer a opinião do jornal, como se fosse a opinião pública.

Destaque-se, ainda, o rancor velado contra a operação Lava Jato.

(25) Além dele e do coque, a refinaria já produz comercialmente nafta, gás combustível, gás liquefeito de petróleo (GLP) e gasóleo pesado. São feitos que acabam soterrados pelas pás de cal que a Lava Jato vem jogando sobre a Rnest. (FELIPE. E. Refinaria conclui a 1ª fase, mas não há motivo para festa. *Jornal do Comercio*. Pernambuco. Economia. Notícia. 18 mar. 2015).

Essa prática de “achar culpados” para a falibilidade da RNEST é algo que merece cuidado, principalmente porque responsabiliza determinada instituição pública que, na verdade, tem o papel de investigar os crimes praticados na sociedade. Ora, aqui vale a pergunta de por que não seguir com os modelos éticos de como gerir uma empresa pública e evitar escândalos criminosos. Ou ainda, como se posicionar dessa forma, jornalisticamente falando, quando o mesmo veículo midiático expôs em matérias anteriores as reais razões de o projeto ter fracassado até então.

5.2 CATEGORIA AMBIENTAL

Como vem sendo dito ao longo do trabalho, os aspectos ambientais pouco tiveram espaço nos portais midiáticos. A mídia, quando o assunto era a refinaria em Suape, tinha uma tendência em focar nos elementos econômicos e pouco repercutia as questões sobre o

meio ambiente local. Desde 2005, quando o projeto passou a ser executado, poucas foram as matérias que abordavam os impactos ambientais, como os riscos oferecidos pela obra ou quais as consequências para os ecossistemas existentes em torno da RNEST.

Como o foco estava no quadro econômico, as notícias com algum aspecto ambiental estarão relacionadas com o funcionamento da refinaria. Licenças de aprovação e equipamentos obrigatórios são os principais assuntos retratados nas matérias, quando o tema é meio ambiente. E é nesse contexto que encontramos o outro pilar de sustentação da obra comprometido: a refinaria passou a funcionar com documentos ambientais provisórios e sem o maquinário completo.

A matéria publicada pelo JC Online “Refinaria Abreu e Lima opera na base do improvisado”, no dia 09/09/2014, resume de uma forma geral como a obra negligenciou os parâmetros ambientais legais para entrar em funcionamento.

Já no subtítulo o jornal chama atenção para um fato preocupante: “Concessão de licenças estão saindo de última hora”. Próximo à data planejada para o início das operações, a RNEST ainda angariava licenças ambientais às pressas e sem planejamento. O lead é contundente e tipifica os problemas.

(26) A dragagem para receber grandes petroleiros não foi concluída, a Petrobras está conseguindo a conta-gotas as autorizações da Agência Nacional de Petróleo (ANP) para utilizar os tanques de armazenamento de petróleo, parte das obras do primeiro trem de refino ainda estão em andamento e os pedidos de licença de operação foram entregues em cima da hora da partida oficial da unidade, prevista para novembro. (GUARDA. A. *Jornal do Commercio*. Refinaria Abreu e Lima opera na base do improvisado. Pernambuco. Economia. Notícia. 09 set. 2014).

Para um empreendimento que teve início ainda em 2005 é preocupante o fato de que dez anos depois, quando a notícia foi publicada, a obra ainda não tinha obtido as concessões ambientais legais para funcionar. E ainda: evidencia o grau de periculosidade para os ecossistemas e as pessoas em torno da refinaria. A licença em questão na matéria, obtida junto à Agência Nacional do Petróleo (ANP), é direcionada à liberação dos tanques de armazenamento de petróleo. No caso, a RNEST apenas conseguiu a liberação para apenas um tanque, de um total de quatro.

(27) A Petrobras também aguarda as licenças de operação do empreendimento, que precisam ser concedidas pela ANP e pela Agência de Meio Ambiente (CPRH) de Pernambuco. Os pedidos foram encaminhados para análise no dia 8 de agosto à CPRH e no dia 15 de agosto à ANP. (GUARDA. A. Refinaria Abreu e Lima opera na base do improvisado. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Economia. Notícia. 09 set. 2014).

Ora, a matéria foi publicada em setembro, um mês após o pedido da estatal para a obtenção das licenças de uma obra que tem seu início datado para novembro, com a ressalva de que processos pré-operatórios já estavam em curso pela RNEST, como o armazenamento de petróleo, por exemplo. De fato, o jornal foi bastante assertivo quando utilizou o termo “improviso” no título para se referir ao empreendimento.

Os portais jornalísticos passam a acompanhar o processo envolvendo o pedido da Petrobras pelas licenças emitidas através dos órgãos responsáveis. O trâmite “se arrasta” durante meses e reforça não somente a falta de planejamento que permeia a RNEST, como também a negligência com os processos ambientais legais e suas possíveis consequências desastrosas para o meio ambiente. Além disso, durante as publicações midiáticas, outro fator alarmante aparece com a notícia de que equipamentos obrigatórios não estão instalados, como o SNOX, por exemplo.

No desenho da Refinaria Abreu e Lima estão projetados dois trens de refino, que duplicam as máquinas. São duas unidades de destilação atmosférica, duas de coqueamento retardado, duas de hidrotreatamento de diesel, duas de hidrotreatamento de nafta, duas de geração de hidrogênio e duas de abatimento de emissões. Cada trem é um conjunto completo de cada uma dessas unidades.

A matéria “Refinaria vai começar a processar petróleo em Suape”, publicada em 31/08/2014, traz a informação de que “Em novembro começa a operar o primeiro trem (a primeira metade) e em maio de 2015 está previsto o início do funcionamento do segundo trem.”. Contudo, os atrasos durante o processo ambiental legal fizeram com que a formação dos chamados “trens” fosse comprometida.

Nesse sentido, no dia marcado para o lançamento da produção da refinaria é mais uma vez anunciado o adiamento do início operacional da RNEST. É também o dia em que o empreendimento obtém a licença da Agência Estadual do Meio Ambiente (CPRH) e que vem com várias ressalvas, limitando-se apenas ao trem 1. Além disso, o documento é provisório, com prazo de validade e pode ser anulado caso a empresa não cumpra os pré-requisitos exigidos.

(28) A licença de operação reflete o grau de atraso na implantação da refinaria. A CPRH fez 40 exigências que devem ser cumpridas na implantação da primeira linha de produção, incluindo equipamentos que deveriam estar funcionando como o sistema SNOX. (GUARDA. A. Refinaria vai começar a processar petróleo em Suape. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Economia. Notícia. 31 ago. 2014).

A CPRH estabeleceu o prazo até 15 de maio de 2015 para que o maquinário esteja

concluído (SNOX). Ou seja, a obra teve o início de suas operações marcadas pela falta de equipamento obrigatório exigido (SNOX) e funcionando com licenças provisórias, com datas de vencimento. Uma situação crítica para o tamanho do empreendimento e para os possíveis danos que ele pode causar no contexto socioambiental.

No entanto, em maio de 2015, data que encerrava a validade para a construção do equipamento Snox, nenhum dos portais repercutiu o fato. O que se noticiou foi o replanejamento para a conclusão da obra, mais uma vez adiada. E com o adiamento, seguem em caráter provisório as licenças ambientais, uma vez que os equipamentos obrigatórios, que regulam a emissão de fluentes poluidores, ainda não ficaram prontos.

A matéria “Refinaria Abreu e Lima terá autorização para processar 100% do petróleo da primeira etapa”, publicada em 23/12/2015, expõe a situação geral. A notícia revela que a obra seguiu operando durante um ano sem os equipamentos obrigatórios necessários, e, portanto, abaixo da capacidade total.

- (29) Há um ano em operação no Complexo de Suape, terá autorização para processar 100% do petróleo da primeira metade do empreendimento. Hoje o processamento está limitado a 64%, por conta do descumprimento de exigências ambientais. (GUARDA. A. *Jornal do Commercio*. Refinaria Abreu e Lima terá autorização para processar 100% do petróleo da primeira etapa. Pernambuco. Economia. Notícia. 23 dez. 2015).

A situação causou impacto no Governo de Pernambuco que, apesar de tentar negar seu envolvimento com a obra, principalmente quando citado nas delações da Lava Jato, passou a intermediar junto à Petrobras e à CPRH a obtenção de documentos que permitam a refinaria operar com mais intensidade.

- (30) Como a Petrobras não concluiu o equipamento SNOX (responsável por tratar a emissão de gases poluentes na atmosfera), o empreendimento só foi autorizado a processar 74 mil bpd. Para autorizar o processamento de 100% da capacidade, o governo do Estado exigiu o processamento de petróleo com menor teor de emissão de enxofre e outros gases, além da retomada da obra da SNOX (paralisada desde 2014, quando a Alusa deixou a construção). (GUARDA. A. *Jornal do Commercio*. Refinaria Abreu e Lima terá autorização para processar 100% do petróleo da primeira etapa. Pernambuco. Economia. Notícia. 23 dez. 2015).

Mais uma vez o que se vê é uma improvisação, em acordo, feito pelo governo com a empresa, para que esta última, de modo alternativo, realize determinados procedimentos em substituição ao Snox, já que não foi concluído. Evidencia a negligência com que os processos ambientais são tratados e ainda com o aval do poder público, neste caso,

“desesperado” com a retomada do projeto, mesmo que seja de “qualquer jeito”.

Segue um trecho da matéria que traz a fala do secretário estadual de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, Thiago Norões, e que aponta a falência do projeto perpassando pela questão ambiental.

A Petrobras vai assinar o termo e encaminhar ao governo do Estado para que seja enviado à CPRH. Acreditamos que a nova licença ambiental, com a permissão do processamento de 115 mil bpd, será liberada no início de janeiro. Estamos condicionando a autorização a níveis de emissões apontados como permitidos e fiscalizados pela CPRH. A companhia vem realizando vários testes com tipos diferentes de petróleo na refinaria, utilizando óleo mais leve. Do jeito que está operando, a Petrobras está tendo prejuízo com a Rnest”, pontua Norões. (GUARDA. A. Refinaria Abreu e Lima terá autorização para processar 100% do petróleo da primeira etapa. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Economia. Notícia. 23 dez. 2015).

Como é improvisada, a licença é provisória e tem validade de um ano. O termo de compromisso exige a retomada das obras da SNOX e de obras de logística interna na refinaria.

O JC Online ainda publica outras duas matérias sobre o tema, que aborda o Termo de Compromisso como uma alternativa para a conclusão das obras do trem 1 e do equipamento Snox. As publicações “Refinaria Abreu e Lima deveria ter obras da primeira etapa retomadas este mês”, em 26/06/2016, e “Retomada de obras na Refinaria Abreu e Lima gera expectativa por empregos”, em 26/07/2016, publicadas em Economia, expõem o descumprimento das metas estabelecidas pela Petrobras, que tinha afirmado reiniciar as obras dos equipamentos obrigatórios, responsáveis pela manutenção do meio ambiente, no período das matérias publicadas.

No entanto, não foi isso o que aconteceu. Além do mais, procurada pela equipe de reportagem, a empresa disse que não iria se pronunciar.

(31) Procurada pelo JC, a empresa respondeu que não vai comentar o assunto, em mais uma demonstração de falta de transparência com a obra que está no centro das investigações da operação Lava Jato e do esquema de corrupção no governo Federal. (GUARDA. A. Refinaria Abreu e Lima deveria ter obras da primeira etapa retomadas este mês. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Economia. Notícia. 26 jun. 2016).

Já em 22/07/2016 é publicada pelo Diário a matéria “Petrobras aprova retomada de obras da Refinaria Abreu e Lima e do Comperj” e expõe o desgaste pelo qual o tema vem passando. As obras se arrastam e as datas vão sendo adiadas consecutivamente.

A notícia repercute a reunião do Conselho de Administração da Petrobras que

reavaliou o projeto. Durante o encontro ficou decidido que os projetos da Refinaria Trem 2 foram cancelados. Além disso, expôs que não tem previsão para a conclusão do equipamento Snox, ainda no trem 1, em funcionamento desde 2014, no imprevisto.

(32) A decisão permitirá a continuidade das atividades de contratação em andamento para conclusão da unidade de abatimento de emissões (SNOX) e demais obras de complementação do Trem 1, que é um dos dois trens de refino com implantação prevista no projeto. (Petrobras aprova retomada de obras da Refinaria Abreu e Lima e do Comperj. *Diário de Pernambuco*. Pernambuco. Economia. Notícia. 22 jul. 2016).

O JC Online também repercutiu e acompanhou os adiamentos das estruturas relacionadas aos equipamentos voltados à proteção ambiental. E em 06/10/2016 o portal publicou “Refinaria Abreu e Lima adia retomada das obras em Pernambuco”, com duras críticas à postura da Petrobras e da CPRH.

(33) A companhia não cumpriu a data e pediu prorrogação de prazo para outubro (vencida na terça-feira, 5), além de pedir uma nova extensão de prazo. [...] (Jornal do Commercio. Refinaria Abreu e Lima adia retomada das obras em Pernambuco. Pernambuco. Economia. Notícia. 06 out. 2016).

A notícia traz a informação de que a estatal ainda não possui data marcada para a retomada das obras, mesmo quase dois anos depois de ter iniciado a produção de modo improvisado.

(34) A Petrobras esclarece que ainda não tem data para contratação da empresa que concluirá a obra da Unidade de Abatimento de Emissões (Snox). [...] “Além disso, a unidade de refino não cumpriu exigências ambientais em Pernambuco e precisa estar na mira da CPRH, que tem obrigação de fiscalizar e dar respostas à sociedade. (Refinaria Abreu e Lima adia retomada das obras em Pernambuco. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Economia. Notícia. 06 out. 2016).

Dessa forma, ficam evidentes a negligência e o imprevisto que tomam conta da questão ambiental em torno da refinaria. É também preocupante um empreendimento do porte da RNEST funcionar sem os equipamentos obrigatórios e que têm a função de proteger o meio ambiente. Ainda assim, predomina o viés econômico nas notícias mesmo quando o assunto são os mecanismos de proteção ambiental.

Na verdade, os jornais deixam mais uma vez de contribuir para o acesso público à informação de qualidade, já que não ilustram com outras vozes como ambientalistas ou pesquisadores que possam elucidar os possíveis danos socioambientais decorrentes de improvisações em empreendimentos da magnitude uma refinaria de petróleo. Deixam tais

contribuições para os discursos oficiais de fontes ligadas ao governo.

5.3 CATEGORIA SOCIAL

Nas duas categorias anteriores percebemos como a falta de planejamento e de uma gestão responsável comprometeu a implantação da obra desde o início, ainda em 2005. Relatos de ex-diretores da Petrobras, colhidos durante as investigações policiais, foram amplamente noticiados e deram conta de como o projeto, antes de ser iniciado na prática, já mostrava ser inviável economicamente, e mesmo diante desta informação, a empresa deu prosseguimento ao empreendimento, sinalizando que a obra deveria acontecer a todo custo.

O que se viu depois disso foi uma refinaria comprometida financeiramente e responsável por um “rombo” bilionário nas contas da Petrobras, comprovando a inviabilidade e a falência de um dos principais pilares argumentativos a favor da RNEST: o aspecto econômico.

Além disso, pelos mesmos motivos citados anteriormente, a obra também não obedeceu às exigências ambientais legais, e passou a operar de modo restrito e improvisado. As matérias, uma a uma, evidenciavam a obtenção, a duras penas, vale ressaltar, de licenças ambientais provisórias e com datas de expiração. Os documentos exigiam contrapartidas do empreendimento que nunca eram atendidas em sua plenitude, a exemplo da conclusão do maquinário obrigatório em toda refinaria, responsável por regular as emissões de poluentes na atmosfera e assim preservar o meio ambiente, como o equipamento Snox, por exemplo.

Uma das tantas consequências desastrosas desse quadro geral é também um dos lados mais cruéis da falência do empreendimento. Movidos por um discurso propagandista e oficial, amplamente anunciado por essa mesma mídia que agora reporta estupefata o declínio do “sonho pernambucano”, milhares de trabalhadores, vindos de todos os cantos do Brasil, passaram a ocupar o território de Suape em busca das tão faladas vagas de emprego.

Mas o que parecia ser uma garantia de postos de trabalho com carteira assinada, na verdade, se mostrou ser um trampolim para o desemprego e o caos social. Passada a primeira fase de contratação, para as obras mais imediatas, tem início o processo de demissão. Os trabalhadores vão sendo demitidos sistematicamente até que as empresas contratantes abrem falência e passam a demitir em massa, sem respeitar os direitos trabalhistas.

Com isso o que se vê são municípios sofrendo inchaço populacional e sem

condições de infraestrutura para atender à população total, que ficou maior com o contingente flutuante. Cresce o número de moradias improvisadas e a favelização. O tráfico de drogas também aumenta assim como o número de crimes praticados relacionados a esta contravenção penal. O cenário é ainda pior para aqueles que vieram de outros estados do país, muitas vezes acompanhados pela família e que, agora, passam necessidade.

O contexto é impossível de ser ignorado pelos jornais, que já em 2014 noticiam o estado deplorável em que se encontram os trabalhadores. As matérias, em sua maioria, retratam os números de demitidos, as causas e algumas das consequências. Entre elas, os inúmeros protestos praticados pela classe trabalhadora.

Contudo, há um movimento inicial dos dois portais em retratar negativamente os trabalhadores protestantes. Os jornais se valem de recursos literários como hipérboles e metáforas para reproduzir as cenas e muitas vezes deslegitimam o movimento trabalhador que é legal. Focam em aspectos desfavoráveis à manifestação, como o caos no trânsito e induzem os leitores a acreditar que os protestos são violentos.

Um exemplo desse tipo de construção pode ser visto na matéria publicada no dia 20/11/2014, pelo Diário, intitulada “Trabalhadores bloqueiam entradas da Refinaria Abreu e Lima” que noticia o protesto realizado por trabalhadores ligados à construção da RNEST. A matéria cita que cerca de 600 trabalhadores estão com os salários atrasados e vivendo em condições precárias. Apesar de não trazer números, seja de prejuízos causados pela manifestação dos empregados ou custos relacionados à mão-de-obra, a notícia encontra-se em Economia, mesmo quando os principais fatos abordados em nada se relacionem com qualquer aspecto econômico.

(35) Os constantes protestos relacionados à construção da Refinaria Abreu e Lima voltaram, nesta quinta-feira (20), para as rodovias que são acesso ao Complexo Industrial Portuário de Suape. As três entradas de acesso a Refinaria Abreu e Lima foram bloqueadas. Uma fila de veículos foi formada no acostamento do Complexo Industrial Portuário de Suape. (*Diário de Pernambuco*. Trabalhadores bloqueiam entradas da Refinaria Abreu e Lima. Pernambuco. Economia. Notícia. 20 nov. 2014).

Ora, o fato de estar havendo protestos relacionados à construção da Refinaria Abreu e Lima e que bloqueiam os acessos ao Complexo Industrial Portuário de Suape já possui impactos suficientes que atingem diretamente o âmbito socioambiental. Mais à frente, podemos constatar o poder estatal que se utiliza da força para liquidar o movimento de protesto dos trabalhadores. E ainda é possível perceber no discurso noticioso termos que reforçam a ideia da criminalização da luta da classe trabalhadora.

(36) No início da manhã, os trabalhadores fecharam a PE-60, sentando-se na rodovia estadual, com faixas e cartazes e queimando pneus e pedaços de madeira. O Batalhão de Choque foi acionado e houve confronto com os manifestantes. Tiros de balas de borracha foram disparados e seis pessoas foram presas, sendo cinco trabalhadores e um integrante do sindicato da categoria, o Sintepav/PE. (*Diario de Pernambuco*. Trabalhadores bloqueiam entradas da Refinaria Abreu e Lima. Pernambuco. Economia. Notícia. 20 nov. 2014).

Nesse trecho a palavra “confronto” instiga o leitor a pensar que houve um embate físico, disposto pelos dois lados, tanto pela polícia como pelos trabalhadores. No entanto, fica claro o uso da força policial apenas para coibir o ato dos manifestantes, como na sentença *Tiros de balas de borracha foram disparados e seis pessoas foram presas*.

(37) Temendo passar pelo local, cerca de 50 ônibus aguardaram parados na BR-101, desde as imediações da fábrica da Vitarella até o posto de combustíveis Cotegi. O mesmo aconteceu na Charneca, no Cabo de Santo Agostinho, onde mais 20 ônibus ficaram parados na via. Por volta das 9h, o fluxo de veículos foi liberado. (Trabalhadores bloqueiam entradas da Refinaria Abreu e Lima. *Diario de Pernambuco*. Pernambuco. Economia. Notícia. 20 nov. 2014).

A construção frasal que começa com “Temendo” insinua uma agressividade dos trabalhadores, que no próprio texto, na passagem anterior, relatava que eles estavam sentados. Esse tipo de produção noticiosa é danosa à esfera pública de comunicação, uma vez que criminaliza manifestos legítimos, pois a notícia começa o discurso afirmando que há salários atrasados, e o pior, trabalhadores vivendo em condições precárias, o que justifica a reivindicação da classe trabalhadora. E no mesmo parágrafo acima (37) vemos que os ônibus estavam parados devido à interdição das vias, e não por medo da manifestação, já que o fluxo de veículos foi liberado por volta das 9h.

A matéria não apresenta nenhum tipo de fonte, o que acarreta em baixa contextualização para o leitor e ajuda a ampliar a imagem negativa das manifestações. Nesse caso seria urgente a diversificação das vozes, inclusive dos empregados, para que o contexto fosse retratado no discurso jornalístico.

A matéria publicada pelo *Diario* no dia 28/11/2014 “Petrobras consegue desbloquear bens que pagariam operários. Clima é tenso entre trabalhadores de Suape” continua abordando os desdobramentos do conflito entre a Petrobras e a classe trabalhadora. O título tem um apelo alarmista para a situação em Suape, que com o termo *tenso* cria uma atmosfera de expectativa nos leitores em relação aos ânimos dos trabalhadores. Também é bastante questionável o fato de a notícia estar em *Economia* quando já no título é possível perceber os possíveis impactos sociais que o fato pode acarretar.

Na primeira linha do lead “A Petrobras conseguiu desbloquear os recursos que haviam sido imobilizados pela justiça para pagamento das verbas rescisórias de cerca de 4.800 trabalhadores que atuam na construção da Refinaria Abreu e Lima” o termo “conseguiu” carrega consigo, além do óbvio aspecto de vitória, um caráter de contrariedade a algo tido como positivo que havia sido determinado antes.

O termo também marca uma posição “novelesca” do jornal, que ao acompanhar os fatos relacionados ao tema, começa a investir em narrativas dramáticas para descrever suas notícias.

(38) A determinação havia acalmado os ânimos dos trabalhadores, que segundo o sindicato da categoria (Sintepav) estão em situação alarmante no Litoral Sul do estado. (CAVALCANTI. J. *Diario de Pernambuco*. Petrobras consegue desbloquear bens que pagariam operários. Clima é tenso entre trabalhadores de Suape. Pernambuco. Economia. Notícia. 28 nov. 2014).

Os termos “acalmado” e “alarmante” destacam uma forma de narrar os fatos que mais se aproxima de gêneros literários, e que são responsáveis por promover uma situação de suspense em quem ler a matéria.

(39) Muitos foram despejados dos alojamentos. Eles estão sem ter onde morar, alguns tiveram a água e a energia cortadas e não têm o que comer, nem como voltar para os seus estados. Eles estão chamando esta situação de 'senzala aberta"', conta o diretor do Sintepav, Leodelson Bastos. (CAVALCANTI. J. *Diario de Pernambuco*. Petrobras consegue desbloquear bens que pagariam operários. Clima é tenso entre trabalhadores de Suape. Pernambuco. Economia. Notícia. 28 nov. 2014).

A notícia traz a fala de um representante dos trabalhadores e que revela vários aspectos negativos denunciados anteriormente na nossa fundamentação teórica, tais como o processo de favelização que os grandes empreendimentos industriais acarretam e o inchaço populacional local. O depoimento também reforça a indagação sobre a matéria estar em Economia, quando há outro viés (socioambiental) mais apropriado para ser abordado.

(40) Bastos está retornando neste momento de uma visita a vários alojamentos no Litoral Sul e diz que a situação dos operários é de revolta com o desbloqueio dos bens da empresa. "Depois do bloqueio, as verbas iam ser calculadas para serem pagas aos trabalhadores. Agora não sabemos qual vai ser a reação deles, que estão muito revoltados", complementa o líder sindical, informando que o sindicato já comunicou a situação dos trabalhadores ao Governo do Estado e ao Ministério Público. (CAVALCANTI. J. Petrobras consegue desbloquear bens que pagariam operários. Clima é tenso entre trabalhadores de Suape. *Diario de Pernambuco*. Pernambuco. Economia. Notícia. 28 nov. 2014).

Continua ressaltando a atmosfera tensa e alimentando a expectativa nos leitores de que algo negativo pode acontecer, com origem no estado dos ânimos dos trabalhadores. É notório o aspecto literário de dualidade, entre a classe trabalhadora e a Petrobras, como recurso criado para enaltecer uma característica de disputa na notícia, como a espera por “cenas do próximo capítulo”. É válido questionar por que não há respostas ligadas à Petrobras bem como fontes relacionadas ao Governo do Estado e ao Ministério Público, citados na matéria. Com isso, apesar de tantos fatores que poderiam ser explorados, a matéria apresenta baixa contextualização, com apenas uma fonte utilizada.

O modo de noticiar o tema também é encontrado no JC Online, por exemplo, na matéria publicada no dia 20/11/2014 “Após negociação, Petrobras deposita R\$ 7,7 milhões para pagar salários atrasados” e está inserida em Economia, como poderia ser pela indicação do título. No entanto, já no lead, percebemos que o mote da matéria é, na verdade, uma manifestação provocada pelos trabalhadores em consequência aos atrasos salariais.

(41) Após negociar com trabalhadores da Refinaria Abreu e Lima, que realizaram um protesto na manhã desta quinta-feira (20), a Petrobras depositou R\$ 7,7 milhões na Justiça. O dinheiro é um paliativo para trabalhadores que estão sem receber desde o mês passado. A manifestação reuniu terceirizados da refinaria na PE- 60, em Ipojuca, município da Região Metropolitana do Recife. Durante quase sete horas, o grupo protestou contra atraso de salários, benefícios e direitos trabalhistas. Onze trabalhadores foram detidos. (*Jornal do Commercio*. Após negociação, Petrobras deposita R\$ 7,7 milhões para pagar salários atrasados. Pernambuco. Economia. Notícia. 20 nov. 2014).

Um primeiro ponto que causa estranheza se encontra já na primeira linha quando diz “Após negociar com trabalhadores da Refinaria Abreu e Lima, que realizaram um protesto na manhã desta quinta-feira (20), a Petrobras depositou R\$ 7,7 milhões na Justiça”. Ora, nesses casos não há negociação. Há cumprimentos legais, que determinam via justiça a obediência à lei. Neste exemplo, às leis trabalhistas. Também é estranha a construção da notícia colocando a Petrobras numa posição de sensibilidade à classe trabalhadora, que após “negociar” com os mesmos realizou a liberação da verba, quando, na verdade, foi obrigada a isso. Além do que é de se questionar a posição da empresa como agente ativo na oração, e que toma a iniciativa benéfica de pagar aos empregados, o que, ao contrário, só ocorreu devido a pressões externas, sejam vias judiciais ou pela resistência dos trabalhadores.

Outro ponto que chama atenção está localizado na última linha do lead quando

afirma que “Onze trabalhadores foram detidos”. Contudo, quem lê o primeiro parágrafo é levado a pensar que a manifestação realizada ocorreu de forma pacífica, em que após protesto e negociações, a Petrobras e os trabalhadores chegaram a um ponto comum. Quando, de repente, fechando o parágrafo, surge a informação de que ocorreram prisões. É desafiador tentar compreender depois destes fatores citados a razão pela qual a notícia é de caráter econômico.

Apenas no terceiro parágrafo é apresentada uma explicação para as detenções:

(42) Segundo o 18º Batalhão da Polícia Militar, 11 trabalhadores foram detidos durante o ato por "desobediência, desacato e dano ao patrimônio". Eles foram levados para a Delegacia de Porto de Galinhas, no Litoral Sul de Pernambuco. De acordo com o Coronel Roberto Galindo, o uso da força contra os manifestantes não foi abuso. "Abuso é impedir o direito de ir e vir", afirmou. O Sindicato dos Trabalhadores na Construção Pesada de Pernambuco (Sintepav-PE) acionou jurídico para liberar trabalhadores detidos. (*Jornal do Commercio*. Após negociação, Petrobras deposita R\$ 7,7 milhões para pagar salários atrasados. Pernambuco. Economia. Notícia. 20 nov. 2014).

A ressalva é que o esclarecimento apenas é fornecido pela polícia, única fonte (voz) utilizada para o assunto. O trecho “De acordo com o Coronel Roberto Galindo, o uso da força contra os manifestantes não foi abuso. ‘Abuso é impedir o direito de ir e vir’, afirmou” deixa transparecer que houve excesso do uso da força por parte do braço operacional do Estado, que é a polícia, mas a matéria não deixa claro quem questionou, se o jornalista ou uma fonte qualquer que teve sua voz suprimida na notícia. A matéria termina detalhando alguns pontos da manifestação e que envolvem o trânsito, como a interdição da via e a consequência disso.

(43) Os dois sentidos da PE-60 foram inicialmente interditados com pneus e galhos queimados. Uma fila de ônibus dos trabalhadores ficou parada ao longo da via, deixando o tráfego com retenções. (Após negociação, Petrobras deposita R\$ 7,7 milhões para pagar salários atrasados. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Economia. Notícia. 20 nov. 2014).

Leva-se à conclusão que o movimento dos manifestantes foi algo negativo, uma vez que precisaram ser detidos e ainda atrapalharam o trânsito, ao passo que a Petrobras agiu adequadamente ao pagar parte da dívida e a polícia cumpriu com o seu dever, detendo aqueles que descumpriram a lei. Aliás, a voz do coronel responsável pelo 18º Batalhão da Polícia Militar foi a única utilizada na matéria, o que a torna empobrecida no seu conteúdo, marginaliza o movimento legal dos trabalhadores e legitima os interesses oficiais.

A matéria “Operários da Refinaria Abreu e Lima levam novo calote, agora do

Consórcio Coeg”, do JC Online, publicada em 18/12/2014, evidencia a situação de calamidade social vivenciada pelos trabalhadores em Suape.

(44) Nem bem os ex-funcionários da Alumini Engenharia (antiga Alusa) começam a receber salários e rescisões atrasadas, outras empresas vão deixando a obra da Refinaria Abreu e Lima (Rnest) sem pagar rescisões trabalhistas. (GUARDA. A. *Jornal do Commercio*. Operários da Refinaria Abreu e Lima levam novo calote, agora do Consórcio Coeg. Pernambuco. Economia. Notícia. 18 dez. 2014).

Portanto, tem sido uma prática corriqueira nos canteiros de obras da RNEST o descaso por parte das empresas com os direitos trabalhistas relacionados aos funcionários da refinaria. Esse fato contraria de forma explícita o discurso amplamente divulgado pelo Governo de Pernambuco e com respaldo em inúmeras matérias jornalísticas que apregoavam o desenvolvimento da região, inclusive com a criação de milhares de vagas de empregos.

Um outro trecho da matéria sinaliza para os problemas caóticos enfrentados pelos trabalhadores, assim como a fala escolhida (citação indireta) para a notícia:

(45) Os processos contra as terceirizadas na obra da Rnest estão abarrotando as varas do trabalho de Ipojuca [...] Em audiência de conciliação na semana passada a juíza da 1ª Vara, Josimar Mendes, chegou a dizer que o problema da Justiça do Trabalho no município é a Petrobras. (GUARDA. A. Operários da Refinaria Abreu e Lima levam novo calote, agora do Consórcio Coeg. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Economia. Notícia. 18 dez. 2014).

Percebe-se, então, que as vozes de autoridades também engrossam o coro que alerta para os distúrbios socioambientais encontrados na região da RNEST. No entanto, não há aprofundamento jornalístico sobre o tema e as notícias continuam a ser construídas com poucas fontes utilizadas, com baixa contextualização e restrito enquadramento (em sua esmagadora maioria, econômico).

Já em 2015, os funcionários do Consórcio Coeg realizaram uma série de manifestações para cobrar salários atrasados e outros direitos trabalhistas. Enquanto que o Diário publicou apenas uma matéria sobre o tema, o portal online do Jornal do Commercio acompanhou o movimento de perto e publicou quatro matérias sobre o tema, compondo o total de notícias publicadas em janeiro, quando o assunto é Refinaria Abreu e Lima. Todas em Economia.

A primeira matéria “Funcionários do consórcio Coeg realizam uma paralisação na Refinaria Abreu e Lima”, publicada no dia 13/01/2015, detalha bem a situação geral e serve como base de informações para as notícias seguintes. É composta por seis parágrafos e

possui a voz dos trabalhadores como a principal. A outra fonte utilizada é uma nota divulgada pela Petrobras explicando que está em dia com os pagamentos repassados ao consórcio Coeg. Já o consórcio não se pronunciou.

Assim como a única matéria publicada pelo Diário, a notícia expõe de forma detalhada os desrespeitos trabalhistas praticados pela empresa.

(46)[...] o consórcio demitiu cerca de 500 trabalhadores e, destes, 337 ainda não receberam a rescisão do contrato. A crise financeira também afetou alguns funcionários que ainda estão em atividade. Eles estão sem receber o salário de dezembro, a segunda parcela do décimo terceiro salário e a cesta básica. O plano de saúde desses operários também foi cortado. (Funcionários do consórcio

Coeg realizam uma paralisação na Refinaria Abreu e Lima. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Economia. Notícia. 13 jan. 2015).

É exposto mais uma vez os graves danos sociais, envolvendo demissões em massa, ligados à RNEST. O fato contribui para o aumento da pobreza e da vulnerabilidade por parte dos trabalhadores.

Ainda sobre o tema, a matéria publicada no dia 20/01/2015, “Funcionários da Coeg fazem protesto na entrada da refinaria” traz um intertítulo de nome “Alumini”, que relembra ao leitor a situação calamitante de trabalhadores de outra empresa:

(47) Ontem encerrou o período de recesso no Judiciário e a expectativa é de novos embates no processo movido pelo Sintepav contra a Alumini (antiga Alusa). A empresa adiantou apenas parte dos salários atrasados e verbas rescisórias dos 4.700 ex-funcionários. Passando necessidade nos alojamentos, trabalhadores migrantes voltaram para seus Estados de origem, aguardando o fim do recesso para retomar as discussões na Justiça. (*Jornal do Commercio*. Funcionários da Coeg fazem protesto na entrada da refinaria. Pernambuco. Economia. Notícia. 20 jan. 2015).

Ou seja, desde 2014 os trabalhadores da Alumini estão sem receber e sem garantias de quando irão obter os direitos trabalhistas. Além disso, a notícia expõe o grave dano social de que “Passando necessidade nos alojamentos, trabalhadores migrantes voltaram para seus Estados de origem”. Muitos trabalhadores que vieram de outros lugares do país, em busca da promessa de emprego e desenvolvimento apregoada pelo Governo de Pernambuco, encontraram uma situação divergente daquela anunciada, submetendo-se inclusive a situações de vulneração social, como diz a matéria, “passando necessidade”.

Essa é, talvez, a face mais cruel da irresponsabilidade de se tentar tirar do papel uma obra que já apresentava fortes indícios de não ser viável, ainda quando era um projeto, e que, portanto, sinaliza ser um empreendimento para atender interesses particulares e escusos.

Os números são assustadores, como deixa claro um trecho atribuído ao presidente do Sintepav, Aldo Amaral, na matéria “Trabalhadores realizam protesto no Cabo para denunciar desemprego”, publicada pelo Diário, em Economia, no dia 24/08/2016.

(48) Ele disse que só na Refinaria Abreu e Lima tinham 40 mil trabalhadores no pico e hoje são 800 e que a refinaria chegou só na metade da sua construção. Ele espera que haja uma mobilização para construir a segunda parte porque, nela, devem ser empregados 15 mil trabalhadores, o que ajudaria a diminuir o índice de desemprego. (Trabalhadores realizam protesto no Cabo para denunciar desemprego. *Diário de Pernambuco*. Pernambuco. Economia. Notícia. 24 ago. 2016).

Através das matérias trazidas aqui pudemos constatar o lado mais frágil do modelo de desenvolvimento adotado para a região: as pessoas. O aspecto social é o que acusa de forma mais explícita o excesso de negligência dado à refinaria. Um movimento que tem início com a ampla propaganda de emprego e renda em Suape, responsável por atrair milhares de trabalhadores vindos de todas as partes do País, para depois ser marcado pelo fechamento dos postos de trabalho sem qualquer preocupação com a vida dos desempregados.

Pais de família que abandonaram suas casas em busca de uma promessa massivamente divulgada pela imprensa e que deram de cara com a demissão em massa e progressiva. Além disso, ainda tiveram que assistir as empresas descumprindo as normas das leis trabalhistas e sentiram na pele os efeitos de não ter seus direitos assegurados.

O lado mais triste da história de Suape ao menos teve o alento de ser bastante noticiado nos dois portais. Mesmo que de forma repetitiva e sem explorar com mais propriedade – utilizando fotos e personagens- os jornais deram visibilidade ao caos social vivenciado pelo imenso contingente humano que foi desmobilizado dos canteiros de obra da RNEST.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando a Refinaria Abreu e Lima era apenas um projeto no papel e muito se especulava sobre os benefícios que ele traria ao estado de Pernambuco uma onda de otimismo tomou conta das redações. As motivações para tanto talvez permaneçam ocultas, mas é certo que o tema foi tratado com otimismo e serviu como uma base esperançosa para um discurso desenvolvimentista. As falas partiam de órgãos oficiais e depois eram amplamente divulgadas pela mídia local, em notícias que muito se pareciam com releases. Em grande parte, as publicações jornalísticas demonstravam uma tendência em tratar a obra como um empreendimento positivo e em sua maioria inseriam as produções noticiosas na editoria de economia.

Isso acontecia mesmo que o fato jornalístico pouco tivesse a ver com números e correlatos, o que prejudicava o debate público sobre outros temas relacionados à refinaria, como os impactos socioambientais gerados por ela, por exemplo. O meio ambiente, aliás, era também tratado pelo viés econômico, com abordagens sobre as tecnologias utilizadas na obra ou matérias muito parecidas com publicações de assessorias. Além disso, era bastante reduzida a quantidade de notícias que abordavam as mazelas causadas pelo início do empreendimento ou que questionasse as interferências que iria causar na região.

O território de Suape é uma área rica em fauna, flora e ecossistemas complexos, com a forte presença de manguezais. Também possui rica vida marinha o que torna o ambiente estratégico para os moradores do local, que tiram o seu sustento da pesca ou da agricultura de subsistência, bem como pela venda de frutas. Vários estudos acadêmicos foram realizados dando conta de inúmeros danos causados ao meio ambiente, incluindo a destruição dos mangues e florestas assim como estragos na vida das pessoas. Vários foram os casos analisados que comprovaram o forte processo de desterritorialização, que descaracterizou o cotidiano social da região, a memória coletiva e a ruptura com as práticas tradicionais das comunidades locais.

A mudança brusca sofrida pelo território, antes caracterizado por atividades agrícolas e pesqueiras em um polo industrial, contribuiu para um severo processo de favelização, uma vez que as comunidades tradicionais perderam o acesso às suas práticas de sobrevivência e as indústrias instaladas na região não conseguiram absorver a mão de obra local. Não houve tempo hábil para as pessoas estudarem e se capacitarem para trabalhar em atividades industriais.

Além disso, a obra atraiu milhares de trabalhadores de todas as partes do Brasil. Muito porque as notícias relacionadas à refinaria, amplamente divulgadas, eram altamente sedutoras e carregadas de discursos oficiais. Logo, refletiam apenas um viés positivo, político, que pregava amplas vagas de empregos e renda para a região. As vozes contrárias a esse movimento eram suprimidas e por isso o debate ficou empobrecido, com a dominância de poucas fontes, com dito acima, marcadamente governamentais.

E todo esse contexto raramente aparecia nas publicações dos jornais, contribuindo para o baixo acesso à informação. A população, de uma forma geral, que se informa pelos noticiários, não tinha conhecimento do que ocorria em Suape e acreditava que o local era um espaço ligado ao desenvolvimento e responsável por alavancar a economia de Pernambuco. Era um cenário ideal para interesses políticos que enxergavam na obra um trampolim para uma eleição de sucesso.

Contudo, pelos atrasos na inauguração da obra e o encarecimento da mesma, o empreendimento passou a levantar suspeitas. Começaram as investigações da Polícia Federal e do Tribunal de Contas da União, em que os dois órgãos confirmaram diversas irregularidades na refinaria. Os jornais, por mais “boa vontade” que tivessem em relação à Refinaria Abreu e Lima, não tinham como deixar de publicar as investidas policiais e os casos de corrupção no canteiro de obras.

Esse movimento de mudança no tratamento das notícias pelos jornais pernambucanos não aconteceu de forma suave. Os noticiários pareciam não acreditar no que estavam noticiando. As matérias eram carregadas de termos como “esperança” e “expectativa”, e construíam, muitas vezes, um discurso voltado à necessidade extrema de retomada das obras, mesmo noticiando os escândalos de corrupção praticados na região.

Muitas vezes publicaram editoriais pró-refinaria e outros produtos jornalísticos marcados pela presença de apenas uma voz, seja na forma do presidente do jornal, do governador ou do presidente do Complexo Industrial de Suape. Também tentavam encontrar culpados e chegaram até mesmo a atribuir a culpa pela falibilidade do projeto à Operação Lava-Jato, como se a paralisação da obra pela força-tarefa policial fosse o principal problema, ignorando a raiz da questão. Ora, bastava questionar a quem ou ao quê interessava que a obra saísse do papel a todo custo, ignorando, inclusive, relatórios oficiais da própria Petrobras que demonstravam problemas no planejamento e gestão da refinaria.

Mas o “estrago” já estava feito. A refinaria apresentava ser uma grande teia de costura de esquemas de propinas e financiamento de campanhas. Isso explicava os altos valores encontrados nos materiais utilizados nas obras. Explicava também o salto no orçamento final para a conclusão do empreendimento. O superfaturamento escoava dinheiro para transações ilegais e sustentava um mecanismo de corrupção.

Agora, estava tudo noticiado. O desencanto com a refinaria se tornou evidente nas manchetes e nos textos jornalísticos. Os interesses escusos ficaram evidentes em cada linha publicada. E apesar de tudo, o tema Refinaria Abreu e Lima permaneceu dividido entre duas editorias: economia e política, mesmo com as mazelas expostas.

Descortinada das boas intenções com que as matérias eram escritas, pôde-se constatar um quadro totalmente diferente daquele previamente noticiado. Podemos observar uma obra comprometida desde a base do projeto, com documentos oficiais comprovando a inoperância do empreendimento, inclusive, no âmbito econômico. Além disso, vimos uma refinaria funcionar sem os equipamentos obrigatórios de proteção ambiental, como o sistema Snox, por exemplo. Até a presente data, a refinaria opera à base de licenças ambientais provisórias, com datas de expiração e concedidas mediante garantias nem sempre atendidas, como a conclusão do equipamento citado logo acima.

Presenciamos uma multidão equivalente a um pequeno município de 40 mil pessoas ser desmobilizada da obra devido ao comprometimento de planejamento e gestão do projeto, que mais cedo ou mais tarde, iria paralisar a refinaria. Seres humanos que perderam de uma hora para a outra o emprego, sem receber os benefícios garantidos por lei e que se viram imersos numa realidade de sofrimento.

Por tudo isso, podemos concluir que o direito público à informação de qualidade, que o jornalismo enquanto serviço público, que deve ter responsabilidades éticas e profundas com o amplo debate democrático das ideias, contribui também para evitar danos reais no contexto socioambiental. É preciso ter como prioridade em sua prática jornalística fomentar discussões essenciais a todos os fatos noticiados, principalmente àqueles capazes de intervir diretamente sobre a vida de milhares de pessoas, como a construção de uma refinaria de petróleo, por exemplo.

Deve-se evitar de forma veemente se contaminar pelas falas oficiais e positivas, que pregam o discurso desenvolvimentista sem se preocupar com os impactos oriundos das atividades industriais ou de qualquer natureza. As consequências negativas da

irresponsabilidade com as informações são concretas. Além de tudo, é importante aos grupos de pesquisas estarem alertas ao papel da mídia na sociedade enquanto mecanismo de dominação ideológica ou manutenção do poder para que os estudos desenvolvidos tornem evidentes os reais interesses mascarados pelas publicações e possibilitem uma força de resistência diante da dominação.

Questionar é um princípio básico aos jornalistas. O jornalismo, na realidade, é feito para responder perguntas. E por isso não perguntar é contribuir para uma realidade baseada em um modelo economicista restrito de desenvolvimento pautado por critérios produtivistas e consumistas.

E desde muito tempo é sabido que o modelo capitalista vigente em grande parte do mundo desrespeita a vida humana e os ecossistemas, como também a cultura, as tradições e os valores das comunidades nos territórios onde os investimentos e as cadeias produtivas se realizam. Como afirma Porto e Pacheco (2009, p.3) “O agravamento da crise socioambiental em diferentes territórios, países e regiões expressa a apropriação dos recursos naturais e espaços públicos para fins específicos que geram exclusão e expropriação”.

Além disso, os autores também destacam que os modelos de desenvolvimento hegemônicos “hipervalorizam os benefícios dos grandes empreendimentos e da economia de mercado, ocultando ou invisibilizando os riscos ambientais e os processos de vulnerabilização das populações atingidas.” (PORTO & PACHECO, 2009, p.4).

Ou seja, não deve ser aceitável que os empreendimentos do porte de uma refinaria sejam construídos sem uma consulta pública e isentos de questionamentos pertinentes, como os impactos socioambientais gerados, por exemplo. Ou que as falas oficiais, impregnadas de interesses próprios, sejam dominantes nas construções noticiosas.

Nesse sentido, Pacheco (2007) chama atenção para a transformação que todos deveriam passar saindo de um estado de passividade para um movimento de ação em prol de uma sociedade mais justa.

A alternativa ao modelo de desenvolvimento vigente, que nos subordina e explora, não cairá dos céus sobre nossas cabeças nem será consequência da ação de algum líder carismático ou de algum déspota esclarecido. Cabe a nós forjá-lo, a partir do que Gramsci chamaria de “reforma cultural e

moral” da nossa sociedade. Se queremos que ela seja equânime, justa, não preconceituosa e fundada nas noções de democracia e de cidadania plena para todos, é nossa tarefa garanti-lo, a partir das nossas próprias visões de mundo e construções éticas (PACHECO, 2007, p.14).

A imprensa, na verdade, deve ser uma forma de defesa dos interesses da sociedade, e, não, mais uma maneira de dominá-la. Vimos que apesar da enxurrada de casos envolvendo falcaturas na construção da Refinaria Abreu e Lima, os efeitos foram pouco repercutidos pelos portais JC Online e Diário de Pernambuco, com a exceção das situações relacionadas aos trabalhadores demitidos. Em sua maioria, as notícias replicavam mais os prejuízos econômicos, associando-os às operações policiais, do que as consequências catastróficas no contexto socioambiental.

O desencanto dos jornais pelo tema aconteceu tarde. O caso Refinaria Abreu e Lima, em Suape, pode ser um convite à reflexão sobre a prática jornalística nos meios de comunicação em massa. É importante para a profissão reconhecer os impactos positivos e negativos da sua atuação ou omissão.

O quadro geral composto por essa falta de pensamento crítico, associado aos interesses políticos e privados, acarreta na institucionalização das injustiças ambientais, que precisam ser repensadas e combatidas para se erigir um estado verdadeiramente democrático.

O mesmo se aplica ao lugar de direito no discurso midiático dos que hoje são excluídos e que, portanto, não existem para a opinião pública. A reversão desse quadro é necessário e urgente até para a manutenção da democracia vigente em nosso País, que apenas passará a existir com o devido compartilhamento do poder.

Enquanto nossa mídia for um espaço excludente e ocupado por poucas e selecionadas vozes, a realidade que vivenciaremos será marcada por injustiças sociais e ambientais. O jornalismo deveria ser um lugar de exposição e denúncia, de “arena” pública aberta ao debate, o que, conseqüentemente, deveria abarcar a multiplicidade de vozes e o compartilhamento de saberes.

Não se trata apenas de apontar ou manter um discurso utópico acerca do que seria a imprensa ideal. É, de fato, sistematizar as situações de descaso e desrespeito praticados contra o meio ambiente ao longo dos anos e ao redor do Brasil, e partir para uma mudança de postura quanto ao tratamento dado aos fatos e de como a informação é repassada ao público.

No caso da Refinaria Abreu e Lima, os estudos desenvolvidos de análise crítica do

discurso sobre a imprensa pernambucana completaram 10 anos em 2017. O tempo expõe a pouca ou praticamente nula mudança na construção noticiosa sobre o tema, e evidencia o desafio que é quebrar os paradigmas impostos por veículos de comunicação e por um sistema que manipula e formata a informação de acordo com interesses particulares, capitalistas ou político-partidários (SANTOS et al, 2013).

A constatação desse fato preocupa uma vez que o custo socioambiental é muito alto. Quantos milhares de trabalhadores precisaram ser demitidos para que os jornais se dessem conta do desastre em torno da refinaria? Ou quantos esquemas de corrupção envolvendo dinheiro público tiveram que ser expostos para que a imprensa passasse a questionar o empreendimento?

E mesmo diante do fracasso, as vozes dos pescadores, donas de casa, agricultores e moradores das comunidades tradicionais de Suape pouco apareceram na composição das matérias. Assim como também os números das perdas da biodiversidade local, as consequências dos desmatamentos e da exploração dos recursos naturais e vivos, como plantas e animais sacrificados para a construção da RNEST.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. G. 2016. Injustiças socioambientais e interferências na saúde de populações localizadas na área do complexo industrial portuário de Suape. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

APÓS negociação, Petrobras deposita R\$ 7,7 milhões para pagar salários atrasados. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Economia. Notícia. 20 nov. 2014. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2014/11/20/apos-negociacao-petrobras-deposita-r-77-milhoes-para-pagar-salarios-atrasados-157051.php>. Acesso em: 23 ago. 2016.

ARANHA, F. A. V. 2012. Razão, Método, Ciência: Reflexão A Partir de Descartes e Habermas. Terceira Edição da Revista de Metodologia da Pesquisa em Direito. Programa de Pós- Graduação. Revista Eletrônica de Metodologia UFBA.

ARAUJO, I. S. 2004. Mercado Simbólico: um modelo de comunicação para políticas públicas. *Interface - Comunic., Saúde, Educ.*, v.8, n.14, p.165-77.

ARAÚJO. M. Comissão da Câmara dos Deputados realiza visita técnica na Refinaria Abreu e Lima. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Política. Notícia. 08 maio 2015. Disponível em: <http://m.jc.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2015/05/08/comissao-da-camara-dos-deputados-realiza-visita-tecnica-na-refinaria-abreu-e-lima-180372.php>. Acesso em: 27 set. 2016.

BAHIA, J. 1990. *Jornal, história e técnica*. São Paulo: Ática, 1990.

BELTRÃO, A. B. et al. (Org.). 2005. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea: diagnóstico do município de Escada, estado de Pernambuco. Recife: CPRM. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/pernambuco/relatorios/ESCA056.pdf>>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.

BENITES, F. Paulo diz que "medidas irresponsáveis" do governo federal tiraram empregos de Pernambuco. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Política. Notícia. 04 set. 2015. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2015/09/04/paulo-diz-que-medidas-irresponsaveis-do-governo-federal-tiraram-empregos-de-pernambuco-197668.php>. Acesso em: 27 set. 2016.

BRASIL importou volume recorde de gasolina em 2012. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Economia. Notícia. 13 fev. 2013. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-importou-volume-recorde-de-gasolina-em-2012,143773e>. Acesso em: 25 fev. 2018.

BUENO, W. da C. 2007. *Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito*. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 15, p. 33-44, jan./jun. Editora UFPR.

CAMPOS, C. L. O. 2012. O processo de construção das narrativas midiáticas como marca da ideologia no discurso: análise de histórias sobre a criminalidade associada ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos.

CAPRA, F. 1982. *O ponto de mutação*. São Paulo, Cultrix.

_____. 2003. Alfabetização Ecológica: O desafio para a Educação do século 21. In: A., TRIGUEIRO (org.). *Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão nas suas áreas*

de conhecimento. Rio de Janeiro, Sextante.

_____. 2005. As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix.

CASTANON, G. 2007. Introdução À Epistemologia. São Paulo: EPU.

CAVALCANTI, C. 2008. Desenvolvimento a todo custo e a dimensão ambiental: o conflito do complexo industrial-portuário de Suape, Pernambuco. Disponível em: <http://www.unicap.br/ihu/wp-content/uploads/2010/06/C1%C3%B3vis-Final3.pdf>. Acesso em: 10 de setembro de 2017. COUTO, J.M. 2003. Entre Estatais e transnacionais: o polo industrial de Cubatão. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas.

CAVALCANTI, J. Petrobras consegue desbloquear bens que pagariam operários. Clima é tenso entre trabalhadores de Suape. *Diário de Pernambuco*. Pernambuco. Economia. Notícia. 28 nov. 2014. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2014/11/28/internas_economia,545902/petrobras-consegue-desbloquear-bens-que-pagariam-operarios-clima-e-tenso-entre-trabalhadores-de-suape.shtml. Acesso em: 15 jan. 2017.

CHÁVEZ critica Petrobras por atraso em obra de refinaria Abreu e Lima. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Economia. Notícia. 29 set. 2011. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2011/09/29/chavez-critica-petrobras-por-atraso-em-obra-de-refinaria-abreu-e-lima-17510.php>. Acesso em: 15 out. 2016.

COMPRADOR de avião era 'entregador' de propina de Eduardo Campos, aponta PF. *Diário de Pernambuco*. Pernambuco. Política. Notícia. 03 agos. 2016. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2016/08/03/interna_politica,658305/comprador-de-aviao-era-entregador-de-propina-de-eduardo-campos-apon.shtml. Acesso em: 20 mar. 2018.

DANTAS, R. Complexo Portuário de Suape comemora 38 anos de construção. *Diário de Pernambuco*. Economia. Notícia. 05 nov. 2016. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2016/11/05/internas_economia,673648/complexo-portuario-de-suape-comemora-38-anos-de-construcao.shtml. Acesso em: 24 abr. 2017.

DANTAS, R. Operação plena da Refinaria Abreu e Lima só em 2019. *Diário de Pernambuco*. Pernambuco. Economia. Notícia. 29 fev. 2016. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2016/02/29/internas_economia,629699/operacao-plena-da-refinaria-abreu-e-lima-so-em-2019.shtml. Acesso em: 10 fev. 2017.

DANTAS, R. Refinaria Abreu e Lima: um ano em operação e sem muito a comemorar. *Diário de Pernambuco*. Pernambuco. Economia. Notícia. 05 set. 2015. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2015/09/05/internas_economia,596547/refinaria-abreu-e-lima-um-ano-em-operacao-e-sem-muito-a-comemorar.shtml. Acesso em: 10 fev. 2017.

DANTAS, R. Refinaria recebe a licença de operação. Petrobras já pode marcar inauguração. *Diário de Pernambuco*. Pernambuco. Economia. Notícia. 25 nov. 2014. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2014/11/17/internas_economia,543260/refinaria-recebe-a-licenca-de-operacao-petrobras-ja-pode-marcas-inauguracao.shtml. Acesso em: 12 dez. 2016.

DEL VECCHIO DE LIMA, M.; LOOSE, E. B.; SCHNEIDER, T. C.; NOGAROLLI, A. de F.; LAMBACH, H. F. 2014. Os dilemas da Comunicação Ambiental

no contexto do desenvolvimento hegemônico. PPGCOM – ESPM, Comunicação Mídia e Consumo. Ano 11, vol.11 n.32 p. 203-221.

DIJK, T. A. V. 2008. Discurso e Poder. São Paulo: Editora Contexto.

EAGLETON, Terry. 1997. Ideologia. Uma introdução/Terry Eagleton; tradução Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo.

EDUARDO CAMPOS: 'O discurso da mágoa já foi derrotado'. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Política. Entrevista. 21 dez. 2013. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2013/12/21/eduardo-campos- o-discurso-da-magoa-ja-foi-derrotado-110491.php>. Acesso em: 22 abr. 2018.

EM REUNIÃO, Paulo Câmara apresenta lista de prioridades a Temer. *Diario de Pernambuco*. Pernambuco. Política. Notícia. 27 out. 2016. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2016/10/27/interna_politica,672193/em-reuniao-paulo-camara-apresenta-lista-de-prioridades-a-temer.shtml. Acesso em: 10 fev. 2017.

FAIRCLOUGH, N. 2001. Discurso e mudança social. Brasília: Universidade de Brasília.

FALCÃO. R. Na contramão do país, Pernambuco segue rumo ao crescimento de 3%. *Diario de Pernambuco*. Economia. Notícia. 12 dez. 2014. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2014/12/12/internas_economia,548760/na-contramao-do-pais-pernambuco-segue-rumo-ao-crescimento-de-3.shtml. Acesso em: 25 out. 2016.

FELIPE. E. Refinaria conclui a 1ª fase, mas não há motivo para festa. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Economia. Notícia. 18 mar. 2015. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/noticia/2015/03/18/refinaria-conclui-a-1-fase- mas-nao-ha-motivo-para-festa-172654.php>. Acesso em: 15 fev. 2017.

FIORIN, J.L. 2008. Introdução ao pensamento de Bakhtin. São Paulo: Ática, 2008.

FREITAS, C. M. & PORTO, M. F. 2006. *Saúde, ambiente e sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.

FUNCIONÁRIOS do consórcio Coeg realizam uma paralisação na Refinaria Abreu e Lima. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Economia. Notícia. 13 jan. 2015. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/nacional/noticia/2015/01/13/funcionarios-do-consorcio-coeg-realizam-uma-paralisacao-na-refinaria-abreu-e-lima-163980.php>. Acesso em: 15 fev. 2017.

GANS, H. J. 1980. Deciding What's News: A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time. New York: Vintage Books.

GIRARDI, I. T. 2006. Pensando o Jornalismo Ambiental na ótica da Sustentabilidade. *UNIrevista* - Vol. 1, n° 3.

GOMES, I. M. A. M. 1995. Dos Laboratórios aos Jornais - Um estudo sobre Jornalismo Científico. Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística.

_____. 2010. Mídia pernambucana e degradação ambiental: o caso Suape. Trabalho apresentado no VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, São Luís.

_____. 2011. O Complexo de Suape na Mídia Pernambucana. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Recife, PE.

GOMIS, L. 1991. Teoría del periodismo. Cómo se forma el presente. Ediciones Paidós Ibérica, S.A., Mariano Cubí, 92 - 08021 Barcelona y Editorial Paidós, SAICF, Defensa, 599 - Buenos Aires.

GUARDA, A. Operários da Refinaria Abreu e Lima levam novo calote, agora do Consórcio Coeg. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Economia. Notícia. 18 dez. 2014. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2014/12/18/operarios-da-refinaria-abreu-e-lima-levam-novo-calote-agora-do-consorcio-coeg-160990.php>. Acesso em: 18 out. 2016.

GUARDA, A. Refinaria Abreu e Lima deveria ter obras da primeira etapa retomadas este mês. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Economia. Notícia. 26 jun. 2016. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2016/06/26/refinaria-abreu-e-lima-deveria-ter-obras-da-primeira-etapa-retomadas-este-mes-241444.php>. Acesso em: 14 set. 2017.

GUARDA, A. Refinaria Abreu e Lima opera na base do improviso. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Economia. Notícia. 09 set. 2014. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2014/09/09/refinaria-abreu-e-lima-opera-na-base-do-improviso-144619.php>. Acesso em: 18 out. 2016.

GUARDA, A. Refinaria Abreu e Lima terá autorização para processar 100% do petróleo da primeira etapa. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Economia. Notícia. 23 dez. 2015. Disponível em: http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2015/12/23/refinaria-abreu-e-lima-tera-autorizacao-para-processar-100_porcento-do-petroleo-da-primeira-etapa-13811.php. Acesso em: 13 mar. 2017.

GUARDA, A. Refinaria Abreu e Lima: uma conta que não fecha. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Política. Notícia. 23 mar. 2014. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2014/03/23/refinaria-abreu-e-lima-uma-conta-que-nao-fecha-122345.php>. Acesso em: 15 out. 2016.

GUARDA, A. Refinaria vai começar a processar petróleo em Suape. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Economia. Notícia. 31 ago. 2014. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2014/08/31/refinaria-vai-comecar-a-processar-petroleo-em-suape--143098.php>. Acesso em: 15 out. 2016

GUARDA, A. Sem PDVSA, custo da refinaria fica menor. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Economia. Notícia. 31 maio 2015. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2011/05/31/sem-pdvsa-custo-da-refinaria-fica-menor-5975.php>. Acesso em: 15 out. 2016.

GUARDA, A. e SERRA, B. Dilma "corta" fala de Eduardo aos operários em Suape. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Política. Notícia. 17 dez. 2013. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/noticia/2013/12/17/dilma-corta-fala-de-eduardo-aos-operarios-em-suape-109823.php>. Acesso em: 04 mar. 2018.

GUARESHI, P.A. 2013. O Direito Humano À Comunicação - Pela Democratização Da Mídia. Petrópolis: Editora VOZES.

GUATTARI, F. 1990. As Três Ecologias. 11 ed. Campinas-SP: Papirus.

- GURGEL, A.M. 2009. Framework dos cenários de risco no contexto da implantação de uma refinaria de petróleo em Pernambuco. 2009. Monografia (Residência em Saúde Coletiva) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fiocruz, Recife.
- HABERMAS, J. 1997. Direito e democracia: entre facticidade e validade, volume II/ Jürgen Habermas; tradução: Flávio Beno Siebeneichler. - Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- JOHN, L. 2001. Imprensa, Meio Ambiente e Cidadania. In: Ciência & Ambiente n.23. Santa Maria, UFSM.
- KUNCZIK, M. 2002. Conceitos de jornalismo: Norte e Sul - Manual de comunicação. São Paulo: Edusp:Com- Arte.
- LEFF, E. 2001. Saber Ambiental. Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. Petrópolis, RJ, Vozes/PNUMA. 343p.
- LIMA, F. Descontos não barateiam construção da Refinaria Abreu e Lima. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Política. Notícia. 30 mar. 2014. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2014/03/30/descontos-nao-barateiam-construcao-da-refinaria-abreu-e-lima-123114.php>. Acesso em: 25 jul. 2016.
- MAIS R\$ 1 bilhão em aditivos vêm por aí para a Refinaria Abreu e Lima. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Política. Notícia. 23 mar. 2014. Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2014/03/23/mais-r-1-bilhao-em-aditivos-vem-por-ai-para-a-refinaria-abreu-e-lima-122346.php>. Acesso em: 25 jul. 2016.
- MARIANO, J. B. 2001. Impactos Ambientais do Refino de Petróleo. 2001. Dissertação (Mestrado em Planejamento Energético) – Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MARQUES, E. C. 2006. REDES SOCIAIS E PODER NO ESTADO BRASILEIRO
Aprendizados a partir das políticas urbanas. *Revista Brasileira De Ciências Sociais* - VOL. 21 Nº. 60.
- MASSUCHIN, M. G. 2009. Jornalismo ambiental: quando a crise do meio ambiente entra em pauta. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Blumenau.
- MIGUEL, L. F. 1999. O jornalismo como sistema perito. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S.Paulo*, 11(1); 197-208.
- MOLOTCH, H. e LESTER, M. 1974. News as purposive behavior: On the strategic use of routine events, accidents, and scandals. *American Sociological Review*, 39 (1): 118-137.
- NETO, A. J. R. 2015. Estudo da construção dos sentidos das redes sociais sobre as situações de conflitos socioambientais relacionadas à refinaria de Suape-Pernambuco. Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste - Natal – RN.
- OS SONHOS de crescimento. *Diario de Pernambuco*. Pernambuco. Economia. Entrevista. 20 mar. 2016. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2016/03/20/internas_economia,633782/os-sonhos-de-crescimento.shtml. Acesso em: 23 nov. 2017.

PACHECO, T. 2017. Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor. I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental. Fortaleza.

PAES e SILVA, L. H. 2012. Ambiente e Justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. e-cadernos CES, 17: 85-111.

PARK, R. 2008. Notícia e poder da imprensa. In: BERGER, C., MAROCCO, B. A Era Glacial do Jornalismo; Teorias Sociais da Imprensa, v.2. Porto Alegre: Sulinas.

PAULO CÂMARA anuncia a continuidade das obras da Refinaria Abreu e Lima *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Política. Notícia. 09 jul. 2015. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2015/07/09/paulo-camara-anuncia-a-continuidade-das-obras-da-refinaria-abreu-e-lima-189453.php>. Acesso em: 27 jul. 2017.

PEDIRAM para omitir que Abreu e Lima daria prejuízo, diz ex-gerente da Petrobras. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Política. Notícia. 07 fev. 2015. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-02/pediram-para-omitir-que-abreu-e-lima-daia-prejuizo-diz-ex-gerente-da>. Acesso em: 19 mar. 2017.

PERDAS com a Refinaria Abreu e Lima podem constar no balanço da Petrobras. *Diario de Pernambuco*. Pernambuco. Política. Notícia. 21 jan. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1578263-petrobras-admite-que-balanco-pode-mostrar-prejuizo-com-abreu-e-lima.shtml>. Acesso em: 19 mar. 2017.

PERNAMBUCO. Secretaria de Ciência e Tecnologia. Relatório da Agenda 21 de Pernambuco. 2002. Recife. Disponível em: http://www.sectma.pe.gov.br/download/Agenda_21_Capitulo_2.pdf > Acesso em: 11 de setembro de 2017.

PERUZZO, C. M. K. 2009. Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa E Comunitária Revisitados E as Reelaborações No Setor. *Eco-Pós* 12 (2): 46-61. http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0122-2852008000200014.

PETROBRAS APROVA retomada de obras da Refinaria Abreu e Lima e do Comperj. *Diario de Pernambuco*. Pernambuco. Economia. Notícia. 22 jul. 2016. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/nacional/noticia/2016/07/22/petrobras-aprova-retomada-de-obras-da-refinaria-abreu-e-lima-e-do-comperj-245737.php>. Acesso em: 19 mar. 2017.

PETROBRAS TEM primeira receita com a Refinaria Abreu e Lima *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Economia. Notícia. 17 dez. 2014. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/graca-foster-anuncia-primeira-venda-de-diesel-da-refinaria-abreu-e-lima.htm>. Acesso em: 25 ago. 2016.

PICHELLI, K. R.; RODRIGUES, R. L. S.; RACHWAL, M. F. 2006. Educação ambiental: a utilização da comunicação como ferramenta de sensibilização. Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - UnB.

PIKETTY, T. 2014. *O Capital No Século XXI*. 1ª ed. Rio de Janeiro-RJ: Intrínseca.

PORTO, M. F.; PACHECO, T. 2009. Conflitos e injustiça ambiental em saúde no Brasil. *Tempus*. Actas em Saúde Coletiva, vol. 4, n. 4, p. 26-37.

REFINARIA ABREU E LIMA ADIA retomada das obras em Pernambuco. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Economia. Notícia. 06 out. 2016. Disponível em:

<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2016/10/06/refinaria-abreu-e-lima-adia-retomada-das-obras-em-pernambuco-255636.php>. Acesso em: 18 mar. 2017.

REFINARIA ABREU E LIMA TURBINA movimentação de cargas do Porto de Suape. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Economia. Notícia. 22 out. 2015. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2015/10/22/refinaria-abreu-e-lima-turbina-movimentacao-de-cargas-do-porto-de-suape--204677.php>. Acesso em: 18 mar. 2017.

RESENDE, V. de M.; RAMALHO, V. 2011. Análise de discurso (para a) crítica – O texto como material de pesquisa. São Paulo: Pontes.

RETOMADA de obras na Refinaria Abreu e Lima gera expectativa por empregos. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Economia. Notícia. 26 jul. 2016. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2016/07/26/retomada-de-obras-na-refinaria-abreu-e-lima-gera-expectativa-por-empregos-246012.php>. Acesso em: 18 mar. 2017.

RIGOTTO, R. 2008. Desenvolvimento, Ambiente e Saúde: implicações da (des)localização industrial, Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.

ROCHA, H. C. L. 2007. Habermas e a Teoria do Jornalismo: A Manipulação Ideológica no Jornalismo como Distorção Sistemática da Comunicação. *Contracampo*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação- UFF.

SANDES, G. Dilma e Eduardo: pressão política custa caro. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Política. Notícia. 11 agos. 2013. Link inutilizado pelo site.

SANTIAGO, V. A importância de Abreu e Lima. *Diario de Pernambuco*. Pernambuco. Opinião. 05 fev. 2015. Disponível em: <http://blogs.diariodepernambuco.com.br/diretodaredacao/2015/02/05/a-importancia-de-abreu-e-lima/>. Acesso em: 14 fev. 2017.

SANTOS, M. O. S. 2011. Análise crítica do discurso da mídia impressa sobre a saúde e o ambiente no contexto da instalação da refinaria de Petróleo em Suape-PE. 2011.

SANTOS, M. O. S.; GURGEL, A. M.; OLIVEIRA, G. H.; GURGEL, I. G. D.; AUGUSTO, L. G. SILVA. 2013. Análise crítica do discurso da mídia impressa sobre a saúde e o ambiente no contexto da instalação da refinaria de petróleo em Suape, PE.

SCHLESINGER, P. 1992. Repenser la sociologie du journalisme. Les stratégies de la source d'information et des limites du média-centrisme. *Resaux*, 51: 75-98.

SERRA, B. Vinda de tropa presidencial anima petistas. *Jornal do Commercio*. Pernambuco. Política. Notícia. 23 nov. 2013. Disponível em: <https://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2013/11/23/vinda-de-tropa-presidencial-anima-petistas-em-pernambuco/>. Acesso em: 20 abr. 2018.

SIGAL, L. V. 1973. Reporters and Officials: The Organization and Politics of Newsmaking. Lexington: D. C. Heath.

SIGNATES, L. 2012. Epistemologia e comunicabilidade: as crises das ciências, ante a perspectiva da centralidade do conceito de comunicação. *Comum. & Inf.*, v. 15, n. 2, p. 133- 148.

SILVA, J. M. 2009. Análise da inter-relação Saúde-Trabalho-Ambiente no Estudo e Relatório de Impacto Ambiental da Refinaria Nordeste – RNEST. 2009. Monografia

(Especialização em Saúde Pública) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife.

SOULÉ, M. E. 1997. *Mente na Biosfera; mente da Biosfera*. IN: E. O. Wilson (org.). *Biodiversidade*. Rio de Janeiro/RJ: Nova Fronteira.

SOUSA, J. P. 2002. *Teorias da Notícia e do Jornalismo*. Florianópolis, Brasil: Letras Contemporâneas e Argos/UNOESC.

SUZINA, A.C.; PICHELLI, K.R. 2005. A questão ambiental e o discurso informativo: formas de mobilização social In: Seminário Celacom, São Bernardo do Campo. Anais. CD ROM.

SYLVESTRE, A. P. M. 2013. *O Eu e o Outro Online - Discurso, Poder e Identidade nas Redes Sociais*. Brasília.

TAVARES, E. 2009. Sim, defendo o diploma. Mas não só! Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/em-defesa-do-diploma-mas-nao-so/>. Acesso em 21 de maio de 2017.

TRABALHADORES BLOQUEIAM entradas da Refinaria Abreu e Lima. *Diario de Pernambuco*. Pernambuco. Economia. Notícia. 20 nov. 2014. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2014/11/20/internas_economia,543964/trabalhadores-bloqueiam-entradas-da-refinaria-abreu-e-lima.shtml. Acesso em: 21 out. 2016.

TRABALHADORES REALIZAM protesto no Cabo para denunciar desemprego. *Diario de Pernambuco*. Pernambuco. Economia. Notícia. 24 ago. 2016. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2016/08/24/internas_economia,661465/trabalhadores-realizam-protesto-no-cabo-para-denunciar-desemprego.shtml. Acesso em: 22 abr. 2017.

TRAQUINA, N. 1993. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Veja.

TRIGUEIRO, A. 2005. *Meio Ambiente no Século XXI*. S/Editora.

TUCHMAN, G. 1993. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In Traquina, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega.

VICTOR, C.; CALDAS, G.; BORTOLIERO, S. 2009. *Jornalismo Científico e Desenvolvimento Sustentável*. Editora: All Print.

YOUSSEF afirma que Eduardo Campos recebeu R\$ 10 milhões de propina pagos por empreiteiras *Diario de Pernambuco*. Pernambuco. Política. Notícia. 03 mar. 2015. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2015/03/03/interna_politica,563859/youssef-afirma-que-eduardo-campos-recebeu-r-10-milhoes-de-propina-pagos-por-empreiteiras.shtml. Acesso em: 25 jan. 2017.